

HISTÓRIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Mauro Vianna Barreto¹

RESUMO - O presente trabalho apresenta uma síntese histórica das pesquisas arqueológicas efetuadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Destaca as atividades e o papel desempenhado pelos estudiosos e pesquisadores que atuaram neste setor ao longo da existência da instituição. As pesquisas pioneiras começaram com Ferreira Penna, o principal responsável pela criação do Museu. Na reorganização do Museu, em fins do século XIX, a pesquisa arqueológica sobressai-se com as investigações de Emílio Goeldi e de seu auxiliar Aureliano Guedes. Segue-se então um período de paralisação. Nos anos 50, as pesquisas são retomadas por Peter Hilbert. Este ressurgimento ganhou impulso após o convênio do Museu com o CNPq (1954). A partir de 1962, sob a direção de Mário F. Simões - que organizou e consolidou a atual Área de Arqueologia -, a pesquisa arqueológica do Museu entrou em sua fase atual. Empreendeu-se uma série de projetos de levantamento com o propósito de reconstituir a pré-história da região. Especial destaque teve a Área de Arqueologia do Museu Goeldi nos programas de levantamento PRONAPA e PRONAPABA. Atualmente, as pesquisas têm circunstancialmente se voltado para projetos de salvamento arqueológico, devido ao surto desenvolvimentista na região. Ao mesmo tempo, a Área de Arqueologia procura diversificar suas investigações em outras linhas de pesquisa além da Arqueologia pré-histórica.

PALAVRAS CHAVE: Arqueologia amazônica, Museu Paraense Emílio Goeldi, Pesquisa arqueológica.

¹ SCT/CNPq - Museu Paraense Emílio Goeldi. Dept^o de Ciências Humanas - Bolsista de Aperfeiçoamento

ABSTRACT - This paper summarizes the history of archaeological research done by the Museu Paraense Emilio Goeldi. It focuses on the activities and the roles played by scholars and researchers during the entire existence of institution. The pioneer work was begun by Ferreira Penna, who was the main person responsible for the creation of the Museum. In the reorganization of the Museum at the end of nineteenth century, a boost was given to archaeological research by the investigations of Emilio Goeldi and his assistant Aureliano Guedes. There followed a period of inactivity. In the fifties research was again started by Peter Hilbert. This revival was strengthened by the accord between the Museum and CNPq (1954). Starting in 1962 under the direction of Mário F. Simões - who organized and consolidated the present Archaeology Department - archaeological research become what it is today. A series of survey projects were started with the objective of reconstructing the region's prehistory. The Archaeology Department of the Goeldi Museum was specially important to the survey programs PRONAPA e PRONAPABA. Currently these projects have turned into archaeological salvage due to the increasing development in the region. At the same time, the Archaeology Department has diversified its investigations in other areas besides the prehistoric Archaeology.

KEY WORDS: Amazon Archaeology, Museu Paraense Emilio Goeldi, Archaeological Research.

INTRODUÇÃO

No que se refere ao estudo e conhecimento da pré-história amazônica, é importante destacar que grande parte das informações que dispomos são devidas às pesquisas arqueológicas realizadas há mais de um século pelo Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG). O Museu Goeldi é a única Instituição científica da Amazônia que tem um Setor de Arqueologia e tradição de atuação neste campo.

O presente trabalho é um resumo da história da pesquisa arqueológica desenvolvida pela Instituição desde a sua criação, no ano de 1866, até os dias atuais. Não pretende ser um artigo primando pelo ineditismo, mas apenas uma sinopse, em caráter documental, das principais realizações e contribuições trazidas pelo Museu Goeldi para o conhecimento da Arqueologia amazônica, apresentando as situações e eventos ligados ao desenrolar da pesquisa arqueológica na Instituição. Espera-se também que possa servir de auxílio a estagiários e pesquisadores iniciantes como um referencial histórico sobre as pesquisas arqueológicas realizadas pelo Museu.

Ao longo de sua história, o Museu Goeldi passou por momentos intercalados de esplendor e decadência, e isso, como veremos, se refletiu no ritmo e no volume de pesquisas efetuadas em todas as suas áreas de investigações científicas. Começando com seu fundador Domingos Ferreira Penna, passando por Emílio Goeldi e Aureliano Lima Guedes, e, mais recentemente, Peter Hilbert e Mário F. Simões, a investigação arqueológica promovida pelo Museu Goeldi sofreu altos e baixos de acordo com a situação financeira da Instituição. Somente após o convênio do Museu com o CNPq em 1954, mediante um acordo entre este e o governo do Estado do Pará, estabeleceram-se as condições adequadas para a criação e desenvolvimento de uma Área de Arqueologia capacitada a planejar e executar pesquisas arqueológicas direcionadas para objetivos mais definidos e em maior escala. A partir de então, a Área de Arqueologia do Museu Goeldi passou a conduzir uma série de projetos de levantamento e exploração arqueológica em toda a Amazônia Legal Brasileira.

A importante contribuição que o Museu Emílio Goeldi tem dado às investigações arqueológicas no decorrer de sua história, seja pelas pesquisas empreendidas ou pela cooperação que ofereceu a outras instituições, transformou-o num ponto de referência para os estudos arqueológicos na Amazônia, dentro e fora do país. Vale também ressaltar que, com exceção do Museu Nacional do Rio de Janeiro, nenhuma instituição científica brasileira tem o mesmo tempo de atuação e tradição de realizar pesquisas arqueológicas como o Museu Goeldi.

Podemos dividir a história da pesquisa arqueológica no MPEG nos seguintes períodos: o período pioneiro (1866-1894); período goeldiano (1894-1907); período estacionário (1907-1948); período de ressurgimento (1948-1962); período de Mário F. Simões (1962-1985) e finalmente o período atual (1985 até nossos dias).

1. O Período Pioneiro (1866-1894)

A história da pesquisa arqueológica no Pará e na Amazônia começa praticamente coincidindo com a própria fundação do Museu Paraense, cuja origem remonta ao ano de 1866, quando no dia 6 de outubro foi instalada em Belém a Sociedade Filomática (amiga da ciência), com o objetivo de criar um Museu. O nascimento dessa associação erudita foi o resultado do interesse

e do esforço de vários intelectuais e aficionados em História Natural e Etnologia. Destacava-se porém, como o principal organizador, o sábio jornalista mineiro Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), que além de estudioso das Ciências Naturais e da Etnologia, era Secretário do governo da Província do Pará. Ferreira Penna foi o primeiro Diretor da recém-fundada associação científica. A Sociedade Filomática foi o núcleo do Museu e tinha como meta a pesquisa das ciências naturais, do ambiente e da história do homem na Amazônia. Escrevendo sobre as razões que levaram a criação do Museu, Ferreira Penna esclarece que o objetivo era:

“... fundar na Capital um Museu no qual pouco a pouco se reunisse os numerosos produtos antigos e modernos da indústria dos índios aproveitando-se ao mesmo tempo toda a sorte de objetos de História Natural que se pudesse obter. Era, por outras palavras, um Museu arqueológico e etnográfico que se tratava de fundar, mas sem a ostentação de palavras pomposas que a ciência rejeita.” (Ferreira Penna 1973:263).

O apoio financeiro inicial dado pelo governo da Província foi fundamental para a criação do Museu. Na primeira referência oficial sobre a existência do Museu Paraense, contida no relatório do governo apresentado em 9 de abril de 1867, o então presidente da Província, Pedro Leão Vellozo, faz menção à quantia que mandou destinar às despesas e necessidades mais urgentes para a instalação do Museu, e, em seguida, justifica sua ação mostrando a importância de se criar uma associação desta natureza:

“Um Museu público é o primeiro monumento de um povo civilizado; a capital do Pará merece um estabelecimento dessa ordem, não só para servir de centro à instrução superior, mas também para reunir em seu seio amostras e exemplares de tantos e tão variados objetos preciosos, atualmente disseminados por todo o vale do Amazonas, quer pertencentes à história natural, quer às raças extintas ou ainda subsistentes dos povos indígenas.” (Pedro Vellozo 1867:32-33).

Assim, desde os seus primeiros anos, estava entre os propósitos destacados do Museu a formação de um acervo arqueológico e etnográfico da Amazônia.

A primeira providência da mesa diretora da Sociedade Filomática foi a obtenção de coleções de objetos indígenas, ou de quaisquer outros que tivessem interesse histórico ou científico. Com as doações individuais de vários tipos de artefatos indígenas antigos e contemporâneos, o Museu iniciou seu acervo antropológico. Ferreira Penna (1973) afirma que já em 1870 as coleções arqueológicas e etnográficas do Museu, embora pequenas ainda, atraíam a

curiosidade dos naturalistas viajantes estrangeiros que visitavam o Pará. Em 1869 o Museu - que a partir de 1871 receberia o nome oficial de Museu Paraense, já como órgão do governo - foi instalado em uma das dependências do atual Colégio Paes de Carvalho e, depois de 1873, após uma rápida mudança, passou a funcionar definitivamente naquele local (Oliveira 1938).

As primeiras investigações arqueológicas empreendidas após a criação do Museu Paraense foram realizadas por Ferreira Penna, que como funcionário do governo do Pará ou a serviço do Museu Nacional do Rio de Janeiro - em 1871 tornou-se naturalista viajante e membro correspondente do Museu Nacional - iniciou uma série de trabalhos pioneiros na ilha de Marajó, nos rios Tocantins, Amazonas, Xingu, Maracá e no litoral do Pará. Nesta época o Museu era uma associação ainda muito incipiente e carente de recursos para promover ou financiar atividades científicas, por isso as pesquisas de Ferreira Penna foram fruto mais do seu interesse e iniciativa pessoal. As viagens de Ferreira Penna transcorreram durante a década de 70 do século passado. Começaram na ilha de Marajó, onde ele realizou explorações no aterro do Pacoval entre os anos de 1871 e 1874 e no sítio de Santa Izabel em 1873². As pesquisas iniciaram-se em Marajó porque na parte leste da ilha existiam pequenos montes, chamados "tesos" pela população local, que eram, na realidade, aterros artificiais edificadas pelos habitantes pré-históricos da ilha. O morro do Pacoval era uma dessas colinas com grande densidade de vestígios arqueológicos. A primeira notícia que se teve a seu respeito foi fornecida pelo General José Couto de Magalhães, presidente da Província do Pará, quando viajava pelo Marajó em 1865 (Magalhães 1935). A partir de então os aterros artificiais de Marajó, especialmente o Pacoval, tornaram-se mais conhecidos.

Nesta mesma época chegava ao Pará, em 1870, a expedição geológica Morgan, sob a direção do geólogo canadense Charles Frederic Hartt, professor de Geologia na Cornell University, em Ithaca, Estado de Nova York (EUA). Além de geólogo, Hartt tinha uma paixão especial pela Etnologia e interessou-se vivamente pela Arqueologia amazônica. Em seu trabalho "*Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas*", publicado postumamente, em

² De acordo com Hilbert (1952), devemos a Ferreira Penna a primeira investigação científica nos aterros de Camutins em 1870, entretanto essa afirmação carece de comprovação documental.

1885, nos *Arquivos do Museu Nacional*, ele apresentou uma síntese do que era conhecido a respeito da Arqueologia amazônica até aqueles dias. Assim que aportou em Belém estabeleceu amizade com Ferreira Penna que, apesar de não ter ainda estado no local, logo lhe chamou a atenção para as “riquezas” arqueológicas da ilha do Pacoval (por localizar-se nas margens do lago Arari, nos meses chuvosos o pequeno aterro virava uma ilha). Impossibilitado de visitá-la pessoalmente, Hartt designou seu assistente W. S. Barnard para examiná-la. Com o auxílio de cartas de recomendação do Visconde de Arary, de Ferreira Penna e de outros amigos, Barnard visitou o Pacoval em 1870 e achou que consistia de um monte funerário no qual se achavam enterradas urnas contendo ossos humanos, estatuetas, utensílios e outros objetos cerâmicos. Barnard não chegou a fazer escavações, mas coletou amostras de fragmentos cerâmicos que estavam à superfície (Hartt 1871)

Em seguida, o Pacoval foi primeiramente escavado no verão de 1871 pelo naturalista norte-americano J. B. Steere, da universidade de Michigan (EUA). Ele também teve sua atenção chamada para este lugar através das informações que lhe foram passadas por Ferreira Penna, que ficou bastante interessado com os resultados das escavações e desejoso de averiguar pessoalmente o local. O governo provincial incumbiu então Ferreira Penna, como Diretor do Museu Paraense, da tarefa de obter da ilha do Pacoval e de outras localidades, alguns artefatos cerâmicos arqueológicos. Sua excursão também data de 1871, tendo feito a maior parte da viagem em canoa. Esta foi a primeira expedição arqueológica realizada por Ferreira Penna. Em seu artigo “*Apontamentos sobre os cerâmios do Pará*”, publicado em 1877, ele nos reporta o início de seu trabalho:

“Logo que cheguei ao Pacoval, comecei por fazer abater o mato miúdo que cobria a parte superior do cerâmio³ e, sem muita demora, começaram a aparecer vários círculos que nada menos eram do que bocas de urnas ali soterradas e sem cobertas ou tampos... Estavam quebradas e cheias de terra, de seus próprios fragmentos e dos de alguns pequenos vasos que originalmente foram nela encerrados. Numa destas apareceu um cachimbo pequeno que, não obstante ser muito grosseiro, não deixa de ter interesse por ser o único que tenho achado nos cerâmios do Pará” (Ferreira Penna 1973:150).

³ Local contendo cerâmica indígena antiga, às vezes acompanhada de cinzas e ossos humanos; atualmente chamamos de “sítio arqueológico” à qualquer local onde ocorra a presença de material arqueológico.

Durante a escavação foram recolhidas duas urnas funerárias despedaçadas e grande número de fragmentos cerâmicos, por serem alguns notáveis em sua decoração pintada e relevo. Recuperou um bom número de estatuetas de barro antropomorfas e zoomorfas, amostras de argila e algumas pedras que supôs terem sido usadas para alisar os ornatos. Foi nesta viagem que, pela primeira vez, se coletou amostras no próprio local do sítio arqueológico, para formarem as coleções que iriam compor o acervo arqueológico da nascente Instituição. Todo o material recolhido foi depositado na sala onde funcionava o Museu Paraense.

O contato de Ferreira Penna com Hartt e com a equipe geológica Morgan foi muito proveitoso para seu aprimoramento no campo das ciências naturais e um grande incentivo para suas subseqüentes explorações arqueológicas.

Ferreira Penna prosseguiu com suas investigações na ilha de Marajó. Em 1873 esteve de volta ao Pacoval e realizou novas escavações. Nesta mesma ocasião, ele descobriu o "cerâmio" de Santa Izabel, sítio arqueológico situado próximo ao lago Arari. O local tinha a superfície nivelada com a campina ao redor e os artefatos estavam soterrados no chão plano, por isso era difícil achá-lo sem um guia. Apesar de ser menor em extensão e quantidade de artefatos que o Pacoval, nele Ferreira Penna encontrou utensílios que qualificou como tinteiras. Em 1874 Ferreira Penna visitou novamente o Pacoval.

A descoberta da cerâmica marajoara atraiu a atenção de colecionadores de peças antigas, provocando escavações depredatórias nos aterros de Marajó, isto fez com que Ferreira Penna se esforçasse, alguns anos depois (1883), para que fossem criadas leis protegendo os sítios arqueológicos e proibindo a saída de antiguidades indígenas do Pará. As medidas tomadas, porém, nunca tiveram efeito prático (Cunha 1989).

Quanto à origem e função dos aterros de Marajó, tanto Ferreira Penna como Barnard, Steere e Derby concordaram com uma origem artificial das colinas. Ferreira Penna deu-nos uma lúcida explicação sobre as razões que levaram seus construtores a erigi-las: seriam abrigos contra as inundações anuais que alagam quase que totalmente a planície de Marajó; esta necessidade associava-se também com as práticas funerárias dos indígenas (Ferreira Penna 1973).

Além dos trabalhos em Marajó, Ferreira Penna empreendeu, por duas vezes consecutivas, em 1872, expedições às florestas do rio Maracá, no atual Estado do Amapá - naquela época conhecido como Guiana Brasileira. O rio Maracá é um pequeno afluente da margem norte do Amazonas e desemboca um pouco acima da cidade de Mazagão. O interesse de Ferreira Penna pela Arqueologia do rio Maracá foi despertado por uma urna funerária de cerâmica com a forma humana proveniente desta região. A urna foi ofertada pelo Dr. Francisco da Silva Castro ao Museu Paraense, do qual Ferreira Penna era então Diretor. A bordo do pequeno vapor "Pará", Ferreira Penna navegou até o rio Maracá (Figura 1). De volta da primeira viagem ele trouxe a Belém um bom número de urnas com diferentes formas, quase todas cheias de ossos humanos. Ferreira Penna (1973) informou que localizou três grupos "cerâmios": estes consistiam de grutas naturais nas quais as urnas estavam acomodadas em fileiras e de pé. Isto parece que impressionou muito Ferreira Penna pois ele afirma que "Nesta atitude, vistas à certa distância, elas apresentavam um aspecto singular" (Ferreira Penna 1973:177). As grutas estavam situadas nos terrenos acidentados da Serra do Laranjal, na extremidade de uma planície banhada por um pequeno afluente do rio Maracá. Abrigavam urnas tubulares antropomorfas e outras em forma zoomorfa, que Ferreira Penna identificou como jabutis, tartarugas terrestres (Figura 2). Na segunda excursão, em outubro de 1872, foram encontradas novamente urnas, embora já quebradas, em pequenos abrigos de rocha, que são aliás bastante comuns na região. As urnas estavam debaixo de lapas de grês que as protegiam do tempo, mas não dos animais que, ao se acomodarem no abrigo, danificavam-nas. A função desses recipientes seria guardar os ossos de enterramentos secundários (sepultamento dos ossos após a descarnação). Para Ferreira Penna (1973) as urnas, não obstante serem de material e mão-de-obra grosseiros, eram de grande interesse, tanto por suas formas como por conterem ossos humanos, e às vezes esqueletos inteiros. De acordo com o pesquisador Cunha (1989), Ferreira Penna teria realizado nova expedição ao sítio de Maracá em 1877.

Ferreira Penna foi também o primeiro a estudar os sambaquis do litoral do Pará, em 1876. Os sambaquis são amontoados artificiais de conchas e de outros restos alimentares de origem marinha. No Pará são conhecidos como Mina de Cernambi. Ferreira Penna visitou e descreveu sete desses locais entre a cidade de Salinas e a baía de Japerica, na região do Salgado - área do litoral nordeste do Pará sujeita às influências das marés (Simões 1981a).

Todos estavam bastante perturbados e três já completamente destruídos. Isto porque, como constatou Ferreira Penna, eles estavam sendo lentamente depredados pelos mineiros exploradores de conchas, que as retiravam para a fabricação de cal. Em alguns sambaquis foram feitas sondagens que permitiram a recuperação de alguns vestígios arqueológicos. No sambaqui Mina da Coroa-Nova, uma colina de conchas com 80 m de extensão e 60 m de largura, uma pequena escavação revelou o conteúdo do sítio. Desenterraram-se fragmentos cerâmicos, restos de ossos humanos, tenazes de caranguejo, artefatos líticos, etc. Ferreira Penna (1973) afirmou que não é só na costa litorânea do Pará que existem sambaquis. Eles aparecem também ao longo das margens do Baixo Amazonas, perto de Óbidos, bem como no Baixo Tocantins, onde Ferreira Penna descobriu dois sambaquis, Curuçá e Jassapetuba, perto da cidade de Cametá. Estavam mais destruídos que os da região do Salgado, conseqüentemente, as escavações não revelaram muita coisa, tal era o estado de arrasamento dos sambaquis.

Quanto à idade e ao povo que construiu os sambaquis, Ferreira Penna só pôde fazer conjecturas, mas algumas de suas conclusões foram bastante acertadas e confirmadas por pesquisas mais recentes e modernas. Exemplo disso é o fato de ele asseverar que o povo dos sambaquis provavelmente não conhecia a agricultura, que enterravam seus mortos no próprio local da habitação e que a colina do sambaqui era o resultado da deposição aleatória dos restos alimentares no terreno da aldeia (Ferreira Penna 1973).

Depois disso, Ferreira Penna ainda realizaria uma de suas últimas viagens em proveito da Arqueologia. Com o objetivo de conhecer o curso inferior do rio Xingu, partiu em 1879 até as ilhas de Sousel, no Baixo Xingu. Seguiu então até a pedra de Itamaracá, situada em uma ilha próxima a cachoeira com este mesmo nome. Lá pôde vislumbrar uma curiosa gravura rupestre indígena que o deixou admirado: era um petróglifo esculpido em baixo relevo, mas realçado por traços de um amarelo profundo sobre a face plúmbeo-escura e aplainada de uma rocha fonolítica (Araripe 1887). Contudo não teve tempo de desenhar toda a inscrição, memorizou então os traços principais a fim de completar mais tarde o esboço. Devido a problemas de saúde não foi possível a Ferreira Penna retornar ao local. Alguns anos depois chegou a enviar um criado seu com intuito de obter um molde da inscrição, mas ele só trouxe uma cópia da pintura. Mesmo assim, Ferreira Penna remeteu o desenho para o Diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, pedindo-lhe que enviasse um

artista hábil para a tarefa. O desenhista veio, mas não foi ao Xingu. Posteriormente, em 1885, numa carta endereçada ao presidente da Província, Ferreira Penna apela novamente para que se mandasse com urgência às cachoeiras do Xingu um artista capaz de desenhar a inscrição, devendo o molde ficar depositado no Museu Paraense para ser examinado e estudado pelos interessados. Infelizmente nada foi feito.

Antes de encerrarmos esta parte correspondente ao período pioneiro das pesquisas do Museu, convém fazermos uma breve menção a dois exploradores brasileiros que se interessaram pela Arqueologia amazônica. O primeiro deles foi o naturalista João Barbosa Rodrigues que, em uma viagem pelo rio Amazonas, por volta de 1870, localizou o sítio de Miracanguera (Figura 1), cerca de 14 milhas acima da cidade de Itacoatiara. Era formado por abundantes restos de fragmentos cerâmicos e várias urnas funerárias - razão pelo qual Barbosa Rodrigues considerou o local como um cemitério, chamando-o de "necrópole de Miracanguera" (Barbosa Rodrigues 1892). Ferreira Penna tomou conhecimento da descoberta que fizera Barbosa Rodrigues e algum tempo depois, em 1877, visitou o sítio de Miracanguera. Percebeu que a superfície do mesmo dilatava-se por uma extensão de 5 milhas. Os artefatos cerâmicos estavam espalhados; eram decorados e na parte externa apresentavam uma camada esbranquiçada parecendo porcelana polida. Nesta mesma viagem esteve no sítio Paru, localizado perto de Óbidos, que também fora descoberto por Barbosa Rodrigues. Ferreira Penna (1973) considerou a qualidade dos artefatos de Miracanguera, assim como os do Paru, bastante inferiores aos do Marajó, e acrescenta que os vasos destes dois sítios do rio Amazonas carecem do aspecto solene e quase imponente dos de Maracá. O sítio de Miracanguera estava completamente destruído pela erosão fluvial quando Curt Nimuendaju o visitou em 1925.

Mais tarde, em 1882, Ladislau de Souza M. Netto, designado Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1872, organizou uma expedição arqueológica ao Marajó. Influenciado desde jovem pelas revolucionárias idéias do pré-historiador francês Boucher de Perthes, ele se esforçou vivamente para ampliar os horizontes da Arqueologia brasileira. Viajou ao Pará e entrou em contato com Ferreira Penna, de cuja colaboração e amizade compartilhou. Depois, na companhia de Ferreira Penna, dirigiu-se ao Pacoval onde realizou escavações (Cunha 1989). A grande quantidade de objetos recuperados por Ladislau Netto em sua exploração do Pacoval encontra-se hoje no

Museu Nacional do Rio de Janeiro. Todo esse esforço resultou na elaboração de um dos primeiros grandes tomos da Arqueologia brasileira: "*Investigações sobre a Arqueologia brasileira*", publicado em 1885 nos *Arquivos do Museu Nacional*. A principal razão da vinda de Ladislau Netto ao Pará era obter material arqueológico e indígena da Amazônia para uma exposição de Antropologia no Rio de Janeiro. Com esta justificativa conseguiu autorização para levar emprestado as coleções arqueológicas e etnográficas reunidas até aquele momento no Museu Paraense. A solicitação de Ladislau Netto foi atendida pelo governo provincial sem que o Conselho Administrativo do Museu fosse consultado. Ferreira Penna, acreditando na palavras do Diretor do Museu Nacional, não fez objeções. Contudo os objetos levados nunca foram devolvidos, desfalcando o Museu de um valioso patrimônio logo em seu início (Cunha 1989).

Esta fase inicial de interesse pela Arqueologia amazônica, que ocupou a década de 70 e o início da de 80 do século passado, não teve prosseguimento nos anos seguintes. Inclusive porque, já idoso, Ferreira Penna não tinha mais a mesma disposição e vigor de suas primeiras viagens. Mesmo assim, o papel desempenhado por Ferreira Penna, como iniciador dos estudos arqueológicos no Museu Paraense, foi fundamental. As viagens pioneiras que empreendeu inauguraram uma tradição que ficaria incorporada à linha de pesquisa científica da Instituição. Ferreira Penna, além de explorador, foi um escritor que discorreu sobre temas da História, Geografia e Etnologia da região amazônica. Seus escritos em Arqueologia, ao todo 3 artigos, foram publicados nos *Arquivos do Museu Nacional* (1876 e 1877). Um trabalho inédito, "*Arqueologia e Etnografia no Brasil*", reportando a fundação do Museu, seus primeiros anos, a formação de seu acervo arqueológico e etnográfico e as investigações do naturalista Hartt na Amazônia, foi editado postumamente no tomo I do *Boletim do Museu Paraense*, em 1894.

Apesar da importante contribuição que deu ao início da pesquisa arqueológica na região, Ferreira Penna realizou suas investigações através de uma abordagem não sistemática, como aliás era um procedimento geral naqueles tempos. Na ausência de uma metodologia de trabalho criteriosa para orientar as escavações, estas eram conduzidas sem muito rigor no que se refere ao registro e documentação. Os relatos dos trabalhos de campo deixavam a desejar no que diz respeito à localização dos sítios, estratigrafia das escavações e ao modo como o material era coletado. As coleções arqueológicas eram

formadas através de coletas seletivas, segundo critérios estéticos; dava-se preferência às peças incomuns, decoradas, belas e inteiras para formarem coleções em museus. Era um procedimento mais de colecionador de objetos de arte do que de cientista. Essa fase da Arqueologia amazônica, chamada de etapa "especulativo-descritiva" por Simões (1981b), irá se estender até a vinda do casal Clifford Evans e Betty Meggers, em 1948.

Devido a intrigas e desavenças políticas, Ferreira Penna havia se demitido da direção do Museu em 1872. Esta atitude, somada à falta de verbas e ao descaso de alguns governantes em manter o Museu funcionando, quase o levou à completa extinção. O Museu praticamente passou seus primeiros vinte e cinco anos como uma simples e sonolenta repartição pública (Cunha 1989). E teria, sem dúvida, sido pior se não fosse a atuação de Ferreira Penna em seus primeiros anos de fundação, tanto como Diretor, quanto como pesquisador. Posteriormente, entre agosto de 1882 e dezembro de 1883, Ferreira Penna voltaria a dirigir o Museu, por insistência do presidente da Província, mas já cansado e desanimado e sem verbas ou recursos, quase nada pôde fazer (Cunha 1989).

Em face do estado de abandono em que se encontrava o Museu, a Câmara Provincial chegou mesmo a decretar a sua extinção em 6 de janeiro de 1888 - por uma irônica coincidência, neste mesmo dia faleceu, pobre e esquecido, Ferreira Penna. O que viria reverter essa situação foi a proclamação da República. Os primeiros governantes republicanos percebendo a importância de um Museu para a ciência e a instrução pública, iniciaram um trabalho de recuperação que culminou na reinauguração do Museu, em 13 de maio de 1891 (Cunha 1986).

2 - O Período Goeldiano (1894-1907)

Apesar do interesse do governo republicano e do apoio de vários intelectuais, a Instituição ressentia-se da falta de uma direção competente e com preparação científica. Diante dessa situação, o então governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, convidou o zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1859-1917), que estava radicado em Teresópolis, para assumir a direção do Museu Paraense. Doutor em Zoologia, Emílio Goeldi havia trabalhado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. O governador prometeu-lhe amplo apoio financeiro. Aceitando o convite, Emílio Goeldi chegou a Belém no dia 7 de junho

de 1894 e logo assumiu a direção da Instituição - que a partir do mês seguinte, passou a chamar-se oficialmente Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Imediatamente, após sua posse, Emílio Goeldi iniciou um amplo trabalho de reestruturação do Museu. Dividiu as áreas de pesquisas por setores: Zoologia, Botânica, Etnologia (englobando Arqueologia e Antropologia), Geologia e Biblioteca. A partir daquele mesmo ano, começou a ser editado o *Boletim do Museu Paraense*, órgão destinado à divulgação das pesquisas realizadas pelo Museu. A necessidade de mais espaço para suas instalações fez com que o Museu se transferisse, em 1895, para o quarteirão situado entre as atuais avenidas Magalhães Barata e Gentil Bittencourt, onde permanece desde então. O prédio atualmente conhecido como "Pavilhão Ferreira Penna" abrigou o Museu e, com o tempo, tornou-se o símbolo da Instituição.

O Museu, que a partir de 31 de dezembro de 1900 passou a chamar-se Museu Goeldi - decreto assinado pelo governador José Paes de Carvalho, surpreendendo o próprio Goeldi -, tendo sido reorganizado e dinamizado, deu início a um amplo trabalho de pesquisa científica na região. Se bem que a ênfase e a prioridade fossem dadas à Zoologia e à Botânica (não devemos esquecer que Goeldi era um zoólogo), é nesta época que se reiniciam as explorações arqueológicas, nas quais o próprio Goeldi participa.

O estado de abandono e descuido em que se encontrava o Museu antes das reformas de Emílio Goeldi é atestado, no caso da Arqueologia, pelo relatório apresentado pelo novo Diretor ao governador, em 28 de junho de 1894 (Goeldi 1896a). Goeldi lamentou o fato de que muitas coleções arqueológicas haviam sido desviadas do Museu para outras instituições. Citou o caso do grande número de objetos de Marajó e de outros pontos da Amazônia, alguns coletados por Ferreira Penna, que foram emprestados para amostra na Exposição Antropológica Brasileira de 1882, realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, e que nunca foram devolvidos. No inventário anexo ao relatório, consta que o acervo arqueológico do Museu - excluídos, portanto, os artefatos etnográficos - estava reduzido a 1 urna funerária contendo ossos, 14 fragmentos de igarabas e 1 mão de múmia egípcia!

As investigações arqueológicas começaram com uma descoberta quase acidental. Nos meses de outubro e novembro de 1895, Emílio Goeldi chefiou uma equipe exploratória do Museu numa expedição científica ao Amapá.

O objetivo era realizar um levantamento científico na região que naquela época continuava sendo alvo de uma disputa territorial entre o Brasil e França. Subindo o pequeno rio Cunani, situado no norte do Amapá, a equipe chegou a um morro chamado Monte Curú. Quase no topo desta colina, um marco de granito enterrado no chão despertou a atenção do grupo. Analisando o terreno em volta, não tardaram a perceber que a uns oito metros de cada lado do marco existiam duas lajes graníticas discóides; verificaram ainda que esses discos de pedra (mediam 1,50 m de diâmetro e 14 cm de espessura) serviam de tampa para cobrir a entrada de dois poços. A remoção da tampa de um dos poços revelou que o buraco escavado nada mais era do que uma antiga caverna funerária artificial, contendo cerâmica mortuária indígena (Figura 3). O poço alcançava aproximadamente 2,50 m de profundidade. O Tenente-Coronel Aureliano Guedes, um auxiliar de Goeldi encarregado do serviço arqueológico, que participava da expedição, descreveu a inédita descoberta após descer ao fundo da caverna artificial:

"Descendo ao poço, vi ao lado de Oeste, um lugar cavado em forma de semicírculo com um raio mais ou menos de 0,90 m, tendo seu solo nivelado com o do poço e sua abertura voltada para este. O teto deste escavado tem a forma de meia esfera imperfeita, cujo zênite, na parte interna desce regularmente até nivelar-se com o solo deste escavado. Emprego o termo - escavado - porque realmente foi escavado pelos índios ao contrário notar-se-ia sobre a abóbada terra que teria sido revolvida, ao passo que o corte neste poço indica terra primitiva que, de modo algum foi removida. Neste escavado que para mim representa o verdadeiro papel do mausoléu, é que estavam colocadas 18 igarabas de diversas formas e tamanhos, notando-se duas a duas semelhantes. O lugar mais central era ocupado pelas maiores, e as menores enchiam o resto do espaço" (Guedes 1898:49-50).

Goeldi (1905) completa o relato afirmando que além dos 18 vasos (alguidares, potes, etc.) inteiros retirados desses poços sepulcrais, foram recolhidos fragmentos cerâmicos quebrados de outros vasos e um único machado de pedra. Comentando sobre a importância e a singularidade desta descoberta no Amapá, Goeldi ressaltou que esses poços sepulcrais artificiais assemelhavam-se às catacumbas romanas e mais ainda com os túmulos neolíticos da Europa Central e Setentrional, mas revestiam-se de uma importância excepcional pelo fato de serem o primeiro e único exemplo, achado até aquele momento, de poços artificiais encontrados em território cisandino da América do Sul. Para Goeldi (1905) também era evidente o relacionamento entre as práticas funerárias do Cunani e as dos habitantes do rio Maracá, mais ao sul. Enquanto os primeiros construíam galerias funerárias

subterrâneas para depositar suas urnas, o povo de Maracá aproveitava as grutas naturais como cemitério.

Os objetos recolhidos nos poços funerários do Cunani formaram a primeira coleção de peças cerâmicas arqueológicas recuperadas pelo Museu em sua nova fase. A cerâmica do Cunani era decorada com relevos e pinturas dicrômicas. As formas das peças eram bastante variadas. Quase todos os vasos continham restos de ossos humanos misturados com terra e cinzas. Na opinião de Goeldi (1905), esta cerâmica seria pós-colombiana ou, quando muito, contemporânea das primeiras incursões européias. Foram duas as razões que o levaram a defender essa idéia:

- a) o estado de perfeita conservação das peças cerâmicas recuperadas, indicando uma origem não muito remota;
- b) a cerâmica de Maracá por ser mais simples e de acabamento grosseiro parecia ser mais antiga, contudo vestígios de origem européia (contas de vidro) a colocaram irrefutavelmente como pós-colombiana.

Esta dedução seria confirmada, em parte, por Clifford Evans e Betty Meggers mais de cinquenta anos depois, quando classificaram a cerâmica de Cunani dentro da fase⁴ Aristé. É a única coleção cerâmica de poços artificiais do Cunani existente em museus do mundo.

A descoberta dos poços do Cunani estimulou novas investigações no Amapá que tiveram prosseguimento no ano seguinte. O Ten-Cel Aureliano Pinto de Lima Guedes (1848-1912), conhecido professor, compositor e regente musical a serviço do Museu, realizou, entre julho e outubro de 1896, uma nova missão arqueológica à região. Aureliano Guedes nasceu na Bahia e era oficial da Guarda Nacional. Nunca aceitou ser funcionário do Museu, mas auxiliava Emílio Goeldi na Seção de Etnologia por solicitação deste último, que tinha em alta consideração seu trabalho desde a viagem de 1895 (Goeldi 1905; Cunha 1989). De acordo com um plano esboçado por Emílio Goeldi, definindo quais as áreas que deveriam ser percorridas e quais os objetos que de preferência deveriam ser recolhidos, Aureliano Guedes visitou

⁴ Fase arqueológica: delimitação espacial e temporal de uma determinada unidade cultural arqueológica.

os rios Maracá, Anauerapucu, Mazagão e a ilha do Pará (Figura 4). Partindo de Belém no dia 20 de Julho, a bordo de um pequeno paquete, a expedição dirigiu-se ao rio Maracá, o mesmo que antes fôra percorrido por Ferreira Penna. A escolha deste rio se devia, sem dúvida, aos relatos anteriores de Ferreira Penna sobre as urnas encontradas nas cavernas-cemitérios da região. Aqui podemos ver que o objetivo da viagem prendia-se primariamente a razões museológicas, isto é, a procura de peças arqueológicas exóticas para formar coleções. Pelas informações colhidas durante a viagem, Aureliano Guedes escolheu o igarapé do Lago, um pequeno afluente do rio Maracá, como alvo de suas investigações. No levantamento efetuado na região registraram-se 5 sítios arqueológicos. Em dois desses lugares a equipe empreendeu escavações que Aureliano Guedes chamou de metódicas.

A fazenda Santo Antônio serviu de base e centro de operações pelos dias que ficaram na região. Nas escavações ali realizadas só encontraram uma urna muito deteriorada contendo alguns fragmentos de ossos calcinados. Depois a equipe partiu para um outro sítio, a Ilha do Cunhaí. Nesta ilha rochosa existiam quatro pequenas grutas naturais que foram aproveitadas pelos indígenas como cemitérios. As grutas abrigavam diversos tipos de urnas, uma delas continha uma ossada, ao lado de muitos fragmentos de urnas tubulares e de outros formatos. Aureliano Guedes (1898) esclarece que a denominação "urna tubular", adotada por ele, foi dada por Ferreira Penna - Aureliano Guedes e Ferreira Penna chegaram a ser colegas de magistério na Escola Normal - às urnas antropomorfas de Maracá por serem estas em forma de tubos colocados sobre um pequeno banco (Figura 2). A Ilha da Fortaleza, o terceiro sítio, ficava numa elevação onde existia uma espécie de trincheira com um amontoado de terra formando uma mureta com pouco mais de meio metro de altura por um de largura. Devido a essa característica particular, o povo da região dizia que o local fôra uma antiga fortaleza holandesa, idéia para a qual Aureliano Guedes não deu crédito. A uns 200 m atrás da trincheira, foi encontrado um "necrotério" - a presença de urnas funerárias na maioria desses locais fez com que Aureliano Guedes os denominasse como "necrotérios de indígenas", muito embora nem todos fossem sítios-cemitérios (locais de sepultamentos). Entretanto, para desapontamento do militar arqueólogo, aquele sítio havia sido pilhado, há não muito tempo, por um "caçador de tesouros" que procurava ouro e prata nas urnas e como nada encontrou, despedaçou-as. Coletaram aí somente 5 machados de pedra e amostras geológicas.

Um outro sítio, a Ilha da Terra Preta, situava-se num afluente do igarapé do Lago. Na ilha encontraram uma gruta onde as urnas estavam quase todas deslocadas, partidas ou aterradas pela queda de um grande bloco de pedra que se desprendera do teto. No lado sul da ilha, Aureliano Guedes encontrou mais duas concentrações cerâmicas, ambas porém apresentavam-se bastante perturbadas. Nesta ilha foi achada uma urna antropomorfa com miçangas de vidro enfeitando seus braços, o que levou Aureliano Guedes (1898) a supor uma época pós-colombiana para o sítio-cemitério. O colar, contas de origem européia dos séculos XVI-XVII, provou que a fase Maracá foi contemporânea da penetração colonial na região. Falando a respeito desta descoberta, numa conferência pública realizada no Museu logo após essa viagem, em 7 de dezembro de 1896, Emílio Goeldi demonstrou que este achado era um dado fundamental para se determinar a cronologia das urnas de Maracá. Através de testes (aquecimento com a junção de cobalto) ficou comprovado que o colar era de vidro verdadeiro, produto de uma indústria européia, sendo provavelmente pérolas venezianas. Assim sendo, podia-se atribuir uma data bem recente para as urnas de Maracá:

“Ora, isto constitui uma indicação segura para determinarmos a idade da respectiva urna, pelo menos como PÓS-COLOMBIANA. Não pode datar de uma era anterior ao ano de 1500, e terá com bastante probabilidade uma idade máxima de 350 anos” (Goeldi 1898:417).

De volta do igarapé Rio Branco, o grupo seguiu até as imediações da Serra do Laranjal, onde existia uma extensa laje com uma fenda conhecida como gruta do Buracão. Em um salão aberto dessa curiosa formação geológica, Aureliano Guedes pôde distinguir uma pintura rupestre. Não foram encontradas urnas porque as que existiam foram completamente esmagadas pela queda de grandes fragmentos despencados de cima das lajes. Esta gruta foi provavelmente a mesma que Ferreira Penna descreveu em suas viagens de 1872.

Terminada esta etapa, a equipe retornou rio abaixo até a foz do Maracá. Lá encaixotaram devidamente as urnas enquanto Aureliano Guedes atravessava o rio Amazonas a fim de explorar a ilha do Pará, situada logo em frente à boca do rio Maracá. Encontraram um sítio-cemitério que estendia-se por mais de 300 metros, não muito longe da beira. Desafortunadamente o local havia sido visitado por “caçadores de tesouros” que além de quebrarem as urnas à cata de dinheiro, deixaram o lugar bastante remexido. Conseguiram

recolher somente três urnas zoomorfas inteiras. Deixando a ilha do Pará retornaram à foz do rio Maracá. Escavando no igarapé Urubu encontraram apenas fragmentos de vasos inutilizados. Em seguida Aureliano Guedes dirigiu-se ao rio Mazagão. Adentrando o pequeno igarapé Frechal, a expedição se deteve em um local de terras altas. Após uma caminhada de 4 km, encontraram um grande "necrotério". Conseguiram retirar algumas urnas estragadas pelas raízes das imensas árvores que cresceram no local. As urnas, em sua maioria, eram semelhantes às de Marajó, embora fossem quase desprovidas de decoração. Comparando cuidadosamente os vasos, Aureliano Guedes (1898) supôs que aquele sítio tinha sido habitado por uma tribo Aruã que mantinha contato com os habitantes da ilha do Pará e do rio Maracá. Dali embarcaram de volta a Belém onde chegaram a 31 de agosto para deixarem o material recolhido na primeira etapa da viagem.

A 10 de setembro estavam de volta à Guiana brasileira. Dirigiram-se ao rio Anauerapucu (ou rio da Vilanova). Subindo pelo igarapé do Lago, um afluente do rio Anauerapucu homônimo ao do rio Maracá, a equipe localizou 5 sítios arqueológicos; num deles realizaram escavações metódicas. Viajando pelo igarapé alcançaram um pequeno povoado, Santa Bárbara. Num mato de terras altas a cerca de 2 km da vila, havia um sítio situado num capão de mato conhecido como Ilha da Canoa - dá-se o nome de "ilha" a esses capões que se elevam no meio dos campos inundáveis. Lá existia um cemitério indígena cuja cerâmica pareceu a Aureliano Guedes (1898) análoga à de Marajó e com a ornamentação muito parecida com a de Cunani. Estavam em mal estado de conservação, fazendo com que só pudessem retirar urnas despedaçadas. Uma delas ainda continha, junto com a ossada, um resto de resina aromática do tamanho de um ovo, conhecida como "cuanuarú", que mantinha ainda seu odor. Próximos à Ilha da Canoa existiam mais dois sítios em capões de mato: a Ilha das Pombas e a Ilha das Mutucas. Ambos estavam completamente perturbados pelas raízes das árvores e pela chuva, por isso só desenterraram urnas quebradas ou em mal estado. Passando para o lado oposto do igarapé do Lago, foram a um planalto conhecido como Tabuleiro do Gentio. Ali os índios tiveram uma aldeia e um cemitério. Porém, devido às intempéries e ao fogo que é posto ao campo todos os anos, as urnas deste sítio estavam completamente inutilizadas, restando apenas uns poucos fragmentos ósseos. Na mesma situação se encontrava o sítio Ilha das Igaçabas, meia légua mais além.

Depois disso, Aureliano Guedes subiu o igarapé do Lago a fim de descobrir suas nascentes. A região era formada por serras áridas e desprovidas de vegetação; devido talvez a esse ambiente, não encontraram nenhum vestígio arqueológico. De regresso ao povoado, novamente subiram o rio Anauerapucu até o lugar chamado Campos da Rainha. Penetrando no interior chegaram a uma colina com mais de 70 m de altura. No topo desta elevação depararam-se com um cemitério indígena no qual as urnas estavam dispostas da mesma maneira que em Marajó (talvez ele quisesse dizer enterradas em grupo). Foram escavadas com muito trabalho por causa da dureza do solo. Dada a dificuldade de transporte, fabricaram redes para trazerem-nas. Retornando à foz do rio, encaixotaram-nas e partiram de volta a Belém.

A viagem de Aureliano Guedes foi a primeira expedição patrocinada pelo Museu Goeldi especificamente para exploração arqueológica. As peças recuperadas formam até hoje uma das mais valiosas coleções arqueológicas adquiridas pelo Museu. É a maior e melhor documentada coleção de cerâmica arqueológica do rio Maracá existente em museus do mundo. O sucesso do Museu Paraense na aquisição de coleções cerâmicas arqueológicas em duas expedições consecutivas (1895/1896) foi atribuído por Goeldi (1905), em sua maior parte, à habilidade e experiência de seu prestimoso amigo Aureliano Guedes. As descobertas no Amapá despertaram a curiosidade nos meios intelectuais da Belém dos inícios da República; chegaram também a atrair a atenção do público leigo como se pode constatar por sua concorrida presença na conferência realizada por Goeldi em dezembro de 1896.

O desmontamento da pesquisa arqueológica no Museu Paraense era consequência direta do interesse de Emílio Goeldi e dos razoáveis recursos financeiros repassados pelo governo do Estado, que então vivia o “boom” da borracha, para o Museu. A promoção de pesquisas arqueológicas fazia parte de um plano preconcebido por Emílio Goeldi que, mesmo não sendo etnólogo, procurava engajar o Museu neste campo de pesquisa a fim de continuar a tradição iniciada por Ferreira Penna. Visava não somente aumentar o acervo museológico da Instituição mas, principalmente, coletar novos dados, fatos, provas e documentos que permitissem o aprimoramento dos conhecimentos etnológicos da região. Para tanto colocaram-se as escavações em Marajó num plano secundário e foi dada prioridade às ilhas adjacentes e à margem norte do rio Amazonas. Goeldi destaca esse assunto como o tema principal de sua já citada palestra:

“O Museu Paraense não podia permanecer indiferente perante os problemas que agitam tão vivamente a atenção dos etnólogos e este estabelecimento, que no seu título e programa promete participar ativamente no movimento relativo à eludicação do aborígene amazônico, principiou a orientar-se no papel que naturalmente lhe convém nesta campanha científica e formar um plano metódico de trabalho. Partindo do fato empírico, que na vizinhança da própria capital do Pará há necrotérios índios, contendo fartamente objetos de uma adiantada cerâmica, parecia lógico... estender radialmente idênticas investigações e pesquisas arqueológicas sobre outros pontos do Estado. Resolveu-se principiar com a exploração da foz do Amazonas e do litoral da Guiana” (Goeldi 1898:409).

Goeldi ressalta também que os resultados obtidos foram além das expectativas e as coleções reunidas em tão pouco tempo formavam documentos muito valiosos para o estudo dos índios da foz do Amazonas. As coleções eram constituídas de material cerâmico de vários sítios do Marajó; urnas e alguidares do Cunani; urnas de Maracá, Anauerapucu e ilha do Pará; e por último de fragmentos cerâmicos das vizinhanças de Faro e do rio Trombetas, sendo as coleções do Cunani e do Maracá as mais belas e completas. Estava-se formando, no dizer de Goeldi, “um arquivo escrito em barro” (Goeldi 1898:410).

Embora Emilio Goeldi afirmasse, nesta mesma conferência, que o serviço arqueológico do Museu estava metodicamente organizado, e até iniciado em outros pontos intermediários entre os locais já pesquisados, não existe registro de outras excursões depois da de Aureliano Guedes - com a única exceção de uma expedição, mencionada rapidamente por Goeldi em seu relatório do ano de 1901, enviada naquele ano à ilha de Mexiana com a missão de estudar sua antiga cerâmica indígena (Goeldi 1906). Após a viagem de Aureliano Guedes praticamente cessaram as investigações arqueológicas do Museu, e por um longo tempo não seriam organizadas novas explorações. Os motivos veremos mais à frente. Deve-se, entretanto, mencionar aqui rapidamente a expedição que dois pesquisadores do Museu desta época, Jacques Huber e Karl von Kraatz-Koschlau, empreenderam em 1899 à costa do Pará, zona bragantina e rio Guamá, onde realizaram estudos geológicos e botânicos (Kraatz-Koschlau & Huber 1900). Apesar de não serem arqueólogos, fizeram observações proveitosas para a Arqueologia sobre os sambaquis da região do Salgado, existindo até hoje na Reserva Técnica de Arqueologia do Museu um artefato lítico, fragmentos de cerâmica, ossos e conchas recolhidos por esses cientistas no sambaqui da Ponta de Pirabas. Outro pesquisador, dessa mesma época, que escreveu breves referências sobre sambaquis no

Pará, especialmente os fluviais, foi o geólogo Karl Katzer, que trabalhou no Museu entre 1896-1898 (Katzer 1933).

Antes de concluirmos este curto, porém ativo, período no qual Emílio Goeldi deu sua importante contribuição ao conhecimento da Arqueologia da foz do Amazonas, devemos fazer uma pequena observação quanto à condução e os objetivos do trabalho. Naquele tempo a Arqueologia não era ainda concebida como uma Ciência Social e sim como parte da História da Arte ou como apêndice da História Antiga ou da Etnografia. A pesquisa, geralmente, não ia muito além da descrição e classificação elementar dos artefatos arqueológicos. O valor dos vestígios eram julgados pelo seu estado de preservação (preferência pelas peças inteiras) e por sua qualidade estética (forma e decoração). Esta postura é evidenciada pelo próprio Goeldi em sua expedição de 1895 ao Amapá. Chegando a vila do Amapá, que mais tarde daria o nome ao território, o grupo percebeu que no lugar onde estava assentada a vila havia um sítio arqueológico formado por um aterro. A exploração do local não foi terminada porque, de acordo com Goeldi, não valia a pena o esforço por ser a cerâmica daquele sítio muito simples e estar em um solo difícil de escavar:

“As escavações, porém, a que procedemos, ensinaram-nos que as urnas de lá eram de feição tosca, da aparência de simples moringas, sem arte e sem ornamentos quer plásticos, quer pintados. Sendo além disso o solo muito duro, compacto e ressequido por prolongada seca, na ocasião da nossa estadia (fins de outubro e novembro), dificultando extremamente o trabalho, não insistimos no serviço. Um tanto mal acostumados já, por assim dizer, pela estranha beleza da cerâmica encontrada mais ao Norte no Cunani, as urnas lisas e mal feitas do Amapá não nos pareciam mais apresentar equivalente justo para o suor, que nos ia custar a continuação da rude fadiga” (Goeldi 1905:8).

A publicação dos relatos com os resultados das pesquisas no Amapá se constituíram nos primeiros trabalhos sobre Arqueologia editados pelo Museu Paraense (Simões 1971). O Ten-Cel Aureliano Guedes publicou no *Boletim do Museu Paraense* (1898) uma narração resumida de sua viagem; seu “*Relatório sobre uma missão Ethnographica e Archeologica aos rios Maracá e Anauerá-pucu*” é basicamente um diário de seu trabalho de campo com alguns comentários, sendo acompanhado de um mapa mostrando a área explorada e os sítios prospectados (Figura 4). Também neste mesmo Boletim, está transcrita a palestra proferida por Emílio Goeldi no Museu em 7 de dezembro de 1896: “*O estado atual dos conhecimentos sobre os índios no Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente*”. Nesta preleção ele apresentou uma síntese dos conhecimentos

etnográficos e das culturas arqueológicas, até então descobertas, na boca do Amazonas. Poucos anos depois, em 1900, Goeldi imprime sua monografia ilustrada "*Escavações Archeologicas em 1895*" sobre a descoberta das cavernas funerárias artificiais do rio Cunani e a cerâmica que elas continham (uma segunda edição foi reimpressa em 1905). Neste trabalho procurou tirar algumas conclusões a respeito do sítio, do significado dos achados e do povo que o construiu. Goeldi pretendia publicar outra monografia sobre a Arqueologia da região de Maracá, chegando inclusive a preparar as estampas para ilustrar o novo álbum, mas não teve tempo ou oportunidade (Goeldi 1905, Goeldi s.d.). Estas obras tiveram ampla divulgação e tornaram conhecido o nome do Museu, tanto nacional, quanto internacionalmente. Iniciava-se a fama do Museu Goeldi como centro de pesquisas arqueológicas. Em nenhum outro lugar do Brasil no fim do século passado e início deste - excetuando-se o trabalho de H. Von Ihering no Museu paulista - havia pesquisas arqueológicas tão intensas quanto as empreendidas pelo Museu Goeldi. O futuro da pesquisa arqueológica na Instituição parecia promissor.

3. O Período Estacionário (1907-1948)

Tempos difíceis porém esperavam o Museu. Depois de treze anos à frente da Instituição, Emilio Goeldi, já meio estafado pelos anos de trabalho, pediu sua demissão do cargo de Diretor (21 de março de 1907) e retornou à Suíça, onde faleceu em 1917. A partir deste episódio, iniciou-se uma paralisação total nas pesquisas arqueológicas empreendidas pelo Museu; muito embora tal fato já estivesse ocorrendo nos últimos anos da administração de Goeldi. Aconteceu não só devido à falta de pessoas qualificadas para essa atividade⁵, como também pela grave crise econômica que se abateu sobre o Estado do Pará em decorrência da crise no comércio da borracha. Com as finanças abaladas, o governo do Estado - que sustentava o Museu - foi cortando sucessivamente a parte do orçamento destinada à sua manutenção. A decadência foi irreversível. Em 1915 o Boletim do Museu deixou de ser publicado. A partir de 1921 a escassez de verbas limitou imensamente os

⁵ Isto é demonstrado pelo fato de que Emilio Goeldi esteve provisoriamente na direção da Seção de Etnologia durante todo o tempo em que foi Diretor do Museu, não se encontrando em sua gestão "um profissional para seu chefe," (Goeldi 1896b:223), segundo suas próprias palavras.

recursos financeiros à disposição do Museu, que entrou então em uma fase de declínio e estagnação, afetando todas as suas áreas de pesquisa (Barata 1965). Esta situação se estenderia até o final da década de 20.

Uma grande melhora ocorreu depois da Revolução de 1930, quando o major Magalhães Barata - que era um admirador do Museu - tomou providências para recuperar seu patrimônio. O nome do Museu Goeldi foi mudado passando a chamar-se oficialmente Museu Paraense Emílio Goeldi (novembro de 1931), nome que permanece desde então. A melhoria das condições físicas e funcionais do Museu não se refletiram na área da pesquisa científica, que continuou em segundo plano. O Boletim ressurgiu brevemente em 1933, para interromper-se logo em seguida. Em um período de quinze anos (1934-1948) quase nenhum trabalho acadêmico relevante chegou a ser publicado pelo Museu. Durante boa parte desse tempo, de 1930 a 1945, coincidindo com a Era de Vargas, o Museu esteve sob a direção de Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946), nomeado Diretor pelo interventor Magalhães Barata. Carlos Estevão de Oliveira nutria viva curiosidade pelos assuntos etnográficos e arqueológicos da região, motivo pelo qual reuniu uma coleção particular de cerâmica marajoara, de Santarém e Maracá. Em 1939 escreveu, na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, uma pequena nota expositiva, "*A cerâmica de Santarém*", tratando da cerâmica e da cultura arqueológica daquela região. Além disso, pelo tempo que esteve à frente da Instituição, incentivou vários pesquisadores, entre os quais Helen C. Palmatary e Curt Nimuendaju.

Neste interim, enquanto a investigação arqueológica entrava em declínio no Museu Goeldi, estiveram na Amazônia alguns etnólogos, naturalistas, jornalistas e até aventureiros leigos que deixaram sua contribuição no campo da Arqueologia. Não é nosso objetivo, porém, apresentar uma relação completa de todos os que pesquisaram ou escreveram sobre a Arqueologia da região, e sim apenas fazer uma breve referência aos que tiveram um maior ou menor relacionamento com o Museu Goeldi.

Em 1914, chegava ao Pará o antropólogo William Curtis Farabee, do Museu de Philadelphia (EUA). Escavando nos tesos de Marajó, conseguiu reunir uma grande coleção de cerâmica marajoara. Depois resolveu percorrer, no início de 1916, as mesmas regiões visitadas anteriormente por Aureliano Guedes no Amapá (sem dúvida estava inteirado de seu relatório), onde também recolheu urnas cerâmicas. Passando por Santarém reconheceu

nos terrenos de "terra preta"⁶ o marco do local de antigas aldeias indígenas (Farabee 1921). Após três anos realizando pesquisas etnográficas e arqueológicas na Amazônia, durante os quais contou com a cooperação do corpo científico do Museu Goeldi, William Farabee regressou ao Estados Unidos em 1916.

Passado alguns anos, chegou a Belém, vindo das Guianas, o etnólogo italiano Antonio Mordini que, entre 1926-1928, realizou pesquisas arqueológicas em Marajó. Esteve em contato com o Museu Goeldi, que nesses anos não deixou de ser uma referência para os que exploravam a Arqueologia amazônica. Mordini chegou a estudar a coleção particular de Carlos Estevão de Oliveira (Cunha 1989). Pouco tempo depois, a pesquisadora do Museu Nacional Heloisa Alberto Torres, também atraída pela ilha de Marajó, chegou até lá em 1930; trabalhou em Marajó e na ilha de Mexiana. O Museu prestou uma colaboração as suas pesquisas na pessoa do seu Diretor, Carlos Estevão de Oliveira, que também permitiu que ela estudasse sua coleção particular. Carlos Estevão de Oliveira também realizou pesquisas arqueológicas em Marajó. Em 1925 escavou no Teso do Severino, recuperando uma coleção cerâmica que foi examinada por Mordini. Em 1941 acompanhou, já como Diretor do Museu, a pesquisadora norte-americana Helen C. Palmatary numa pequena expedição ao interior da ilha; visitaram o Pacoval e depois a fazenda de Santa Brígida, onde Carlos Estevão de Oliveira supervisionou uma rápida escavação. O material recolhido foi depositado no Museu Goeldi.

Além de Marajó, outra área vai se destacar depois dos anos 20 com a descoberta da cerâmica dos antigos Tapajó, também conhecida como cerâmica Santarena, por ser a cidade de Santarém seu mais famoso foco. A cerâmica tapajônica foi estudada pela primeira vez em 1923 pelo etnólogo Curt Nimuendaju. Depois dele, outros que se dedicaram à análise desta cerâmica foram Helen C. Palmatary e o jornalista amazonense Frederico Barata. A pesquisadora Helen C. Palmatary esteve no Museu Goeldi em duas oportunidades: em 1941, quando estudou a cerâmica marajoara contida no acervo da Instituição, e em 1953, ocasião em que estudou e fotografou a coleção

⁶ Terrenos com solos de terra escurificada apresentando elevados teores de matéria orgânica onde se encontram restos de cerâmica indígena, indicando um antigo aldeamento silvícola.

tapajônica, sendo auxiliada pelo então arqueólogo do Museu Peter Hilbert (Palmatary 1950, 1960). No decorrer de sua vida, Frederico Barata reuniu uma apreciável coleção de objetos da cultura tapajônica. Posteriormente vendeu sua coleção ao CNPq, que a depositou no Museu Goeldi (1959). Entre 1944 e 1954, ele publicou uma série de monografias, nas quais descreve as características estilísticas e morfológicas da cerâmica de Santarém.

Enquanto esses fatos se sucediam, na pacata Belém das décadas de 20-40 o Museu continuava sendo um ponto de informação e consulta sobre a Arqueologia amazônica. Nesta condição atraía até pesquisadores de países distantes como o Japão, como mostra a visita do antropólogo Ryuzo Torri, em 1937, ao Museu Goeldi, que foi colocado a sua disposição pelo governo do Estado para os estudos que desejasse. Pretendia fazer investigações em torno do homem do Pacoval, em Marajó. Outro destacado visitante foi o escritor e naturalista Gastão Cruls que lançou, em 1942, o artigo "*Arqueologia Amazônica*", uma síntese sobre a Arqueologia da região. Seu autor esteve na Amazônia em 1928, quando passou por Belém e visitou o Museu Goeldi. Nesta ocasião, participava da expedição militar do Estado Maior do Exército - chefiada pelo Marechal Cândido Rondon - ao rio Cuminá e à Serra de Tumucumaque.

Contudo esses anos não foram completamente inativos para a Seção de Etnologia do Museu Goeldi. Apesar da ausência de pesquisas arqueológicas sistemáticas, a atuação do etnólogo alemão Curt Nimuendaju (1883-1945), trouxe uma valiosa contribuição ao Museu. Imigrando ao Brasil no início do século, ele logo começou a se interessar pela Etnologia indígena. Em 1914 vem à Amazônia e inicia uma série de viagens pela região. Ao assumir pela primeira vez a direção da Seção de Etnologia do Museu, durante o ano de 1921, reorganizou e catalogou o acervo etnográfico acumulado ao longo do tempo de existência da Instituição. Infelizmente, devido ao breve tempo que passou neste cargo, o catálogo das coleções arqueológicas não pôde ser iniciado (O' de Almeida 1921). Depois disso, Curt Nimuendaju realizou - patrocinado pelo Museu de Gotenborg, Suécia - explorações arqueológicas entre os anos de 1922-1928. Iniciou suas escavações no Marajó em 1922, já não mais trabalhando para o Museu Goeldi. Nos anos seguintes também explorou alguns dos grandes tributários do Amazonas e outros pequenos rios. Porém o principal trabalho de Curt Nimuendaju para o conhecimento da Arqueologia amazônica foi, sem dúvida, o levantamento que realizou na região de

Santarém. Ele coletou para o Museu Goeldi e para o Museu de Gotenborg as primeiras peças de cerâmica da cultura tapajônica. Teve notícia dessa cerâmica por intermédio de um padre alemão, conhecido seu, que lhe informou que as crianças de Santarém começaram a aparecer com pedaços de cerâmica modelada, as quais chamavam de "caretas", que haviam sido desenterradas pelas fortes chuvas que caíam na cidade. A partir desse episódio, quando também foram descobertas peças cerâmicas inteiras em um boeiro aberto pela chuva, começaram, em 1923, os estudos de Curt Nimuendaju em Santarém. Suas pesquisas revelaram a larga influência da cultura tapajônica no baixo Amazonas: entre 1923-1926 localizou 65 sítios na região de Santarém e arredores. Sobre a cultura e a história dos Tapajó, Curt Nimuendaju escreveu uma pequena monografia que foi publicada postumamente no *Boletim do Museu Paraense*, com o título de: "*Os Tapajó*" (1949).

As investigações arqueológicas de Curt Nimuendaju se restringiram a esses anos da década de 20. Entre outras razões porque ele mesmo reconhecia que seu trabalho nesta disciplina era limitado pela sua falta de treino e familiaridade com os modernos métodos de levantamento arqueológico. Após muitos anos afastado da chefia da Seção de Etnologia do Museu Goeldi, ele voltou a reassumi-la em 1940, graças aos esforços de Carlos Estevão de Oliveira. Durante sua gestão duas curadoras da Seção, Evalda Xavier Falcão e Lygia Estevão de Oliveira, filha do Diretor, chegaram a elaborar, entre 1943 e 1944, um "Catálogo Arqueológico da Cerâmica de Marajó", uma relação completa de todo material cerâmico de Marajó existente no Museu. Curt Nimuendaju ocupou o cargo até sua morte em 1945, ocorrida no decurso de uma visita aos índios Tukuna no Estado do Amazonas. Ainda naquela função, chegou a ministrar um curso de Etnologia indígena, dividido em módulos parcelados, entre novembro de 1941 e agosto de 1944 (Nunes Pereira 1946).

Mesmo com as explorações de Curt Nimuendaju, uma retrospectiva desses anos mostra que a Arqueologia amazônica fez poucos progressos. O hiato nas pesquisas do Museu Goeldi não permitiu muitos acréscimos. A interrupção das pesquisas arqueológicas no Museu foi consequência direta da decadência financeira da Instituição, mas também não deixava de ser um reflexo da situação de paralisia e mediocridade geral pela qual passava a Arqueologia brasileira entre 1910-1950 (Prous 1982). Apesar disso, no final deste período o Museu Goeldi ainda abrigava uma das maiores coleções de peças arqueológicas da Amazônia existentes em museus do mundo.

4. O Período de Ressurgimento (1948-1962)

Esses anos presenciaram um lento, porém gradual, renascimento nas pesquisas arqueológicas do Museu Goeldi. No final da década de 40, três fatos importantes contribuíram para esse ressurgimento: a fundação em 1947, do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará; a vinda do casal Clifford Evans e Betty Meggers em 1948 para realizar investigações arqueológicas na foz do Amazonas, e, por fim, a chegada ao Museu Goeldi do etnólogo alemão Peter Hilbert, também em 1948.

O Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, cuja sede provisória era no Museu Goeldi, congregava estudiosos da nascente Antropologia paraense como Armando Bordalo da Silva, Inocêncio Machado Coelho, Manuel Nunes Pereira e Frederico Barata, entre outros. Visava servir de espaço e estímulo às investigações etnológicas, na medida em que o Museu, em decorrência da longa crise que enfrentava, não oferecia condições para tais empreendimentos. Em sua curta existência chegou a financiar e publicar alguns trabalhos de Arqueologia. Posteriormente, com a melhoria das condições do Museu, foi substituído pela Divisão de Antropologia do Museu Goeldi.

Contudo, o fato de maior consequência para o ressurgimento da pesquisa arqueológica no Museu Goeldi foi a chegada a Belém do casal de arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers. Vinham com o apoio do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia (EUA), em colaboração com o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em Belém, contaram com a cooperação do Museu Paraense Emílio Goeldi, cujo Diretor nesta época, Inocêncio Machado Coelho Neto, prestou valioso apoio ao empreendimento do casal. Pela sua formação e metodologia de trabalho, revolucionária para a época, eles deram início à pesquisa arqueológica profissional na Amazônia. Aplicando técnicas relativamente novas e até então inéditas na região, como a escavação estratigráfica, a análise tipológica e quantitativa dos restos cerâmicos, a seriação, a definição de seqüências culturais no tempo e no espaço (fases), o estudo dos padrões de assentamento e procurando utilizar-se de explicações ecológicas - baseadas no conceito de limitação ambiental - para elucidar o desenvolvimento cultural na região, foram capazes de reconstituir a pré-história da foz do rio Amazonas (Evans 1967). Os sítios não foram explorados com o propósito de procurar exemplares para coleções em museus, e sim para tentar estabelecer, pelo conteúdo de seus remanescentes, os padrões culturais dos povos que os habitaram.

O interesse do casal de pesquisadores pela Arqueologia da foz do Amazonas vinha desde o ano de 1943, quando Meggers, ao estudar o material de Marajó recolhido por J.B. Steere em 1871 e por Algot Lange em 1913, constatou a pobreza de dados confiáveis que poderiam ser tirados daquelas coleções selecionadas. O estudo revelou também a deficiência de informações sobre os sítios marajoaras e seu conteúdo (Evans 1967). O desejo de obter dados mais concretos sobre a cultura marajoara, por meio de sondagens estratigráficas, levou os pesquisadores norte-americanos a planejarem uma expedição arqueológica à boca do Amazonas. Chegando a Belém em 17 de julho de 1948, o casal Evans procedeu, entre agosto de 1948 e maio de 1949, a extensivas escavações na região da foz do Amazonas (ilhas de Marajó, Mexiana, Caviana e Território Federal do Amapá). O trabalho foi realizado em condições muito difíceis, principalmente pela deficiência de transporte que os obrigou a usarem animais e canoas para se deslocarem pelos interiores. Escavaram em vários sítios recolhendo uma enorme quantidade de material cerâmico. Durante parte da estação chuvosa de 1948-1949, residiram e trabalharam na antiga casa de Diretores do Museu Goeldi (atual Pousada Clifford Evans), que lhes foi oferecida pelo Diretor Machado Coelho. Lá analisaram e classificaram o imenso volume de fragmentos cerâmicos coletados nas etapas de campo. A maior parte desse material (25 peças inteiras e cerca de 22.000 fragmentos) ficou depositado no Museu Goeldi. Deixaram Belém em 1 de julho de 1949.

O material cerâmico coletado nas ilhas de Marajó, Caviana e Mexiana foi classificado em cinco fases culturais cuja seqüência era: Ananatuba, Mangueira, Formiga, Marajoara e Aruã. Com exceção da última, todas eram pré-colombianas. Já as 3 fases identificadas no Amapá: Mazagão, Aristé e Aru, sobreviveram até o contato. Dessas 8 fases, 7 se enquadravam dentro do padrão de Cultura de Floresta Tropical⁷, enquanto a fase Marajoara distinguia-se nitidamente das outras. A complexidade da cultura marajoara é evidenciada pela qualidade de sua indústria cerâmica, pela construção de grandes aterros artificiais, os tesos, e pela desigualdade no requinte das práticas funerárias. Para Meggers & Evans (1957) esta diferenciação só poderia ser

⁷ Sistema de subsistência baseado no cultivo de raízes tropicais (principalmente mandioca) pelo método de derrubada e queima da floresta "coivara"; usavam a cerâmica e habitavam em aldeias autônomas.

explicada como resultado da penetração de povos com uma estrutura sócio-econômica e tecnológica bem mais desenvolvida que os dos grupos de floresta tropical da planície amazônica. De acordo com sua teoria, a agricultura de subsistência praticada nos solos pobres da floresta tropical não poderia originar ou sustentar uma sociedade avançada como a de Marajó. Portanto, era de se supor que a fase marajoara fosse uma cultura intrusa na área, proveniente de algum ponto da Bacia Amazônica adjacente à região andina: noroeste da América do Sul, com centro no Equador e na Colômbia (Meggers & Evans 1954, 1957). Porém, depois de algum tempo, essa cultura alienígena não teria suportado as condições do meio ambiente tropical, tendo então decaído e entrado irreversivelmente em rápido declínio, com seu povo extinguindo-se ou adaptando-se ao nível cultural das tribos de floresta tropical.

Na realidade, esta concepção está baseada numa teoria difusionista amparada pelo determinismo ambiental. Outros estudiosos da história da adaptação cultural aborígene na Amazônia têm defendido teorias diferentes para explicar a presença de culturas avançadas ao longo da calha do rio Amazonas (Roosevelt 1980). Isto não invalida a importância do trabalho de Evans e Meggers, em 1948-1949, para o estudo da Arqueologia amazônica. Suas idéias e métodos de pesquisa vão influenciar, toda uma geração de arqueólogos brasileiros e também irão orientar as pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo Museu Goeldi entre as décadas de 50 e 80.

Aproveitando a estada de Evans e Meggers, o pesquisador alemão Peter Paul Hilbert (1914-1989), etnólogo do Museu Goeldi chegado a Belém durante esse tempo, participou, em maio de 1949, da última etapa de campo do casal de arqueólogos ao centro de Marajó. Hilbert havia estudado Etnologia na Suíça, vindo posteriormente a residir no Pará e trabalhar no Museu. Os trabalhos de escavação serviram para familiarizá-lo com os métodos da Arqueologia. A partir de então, sob a condução de Hilbert, reiniciaram-se as explorações arqueológicas do Museu Goeldi, paradas desde o início do século. Todavia, a começar pela contínua falta de recursos que se prolongava no Museu, foi um começo bastante modesto, tendo Hilbert que contar com a colaboração de outras entidades, como o Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, do qual também era membro. Na verdade, a participação do Museu nos primeiros empreendimentos, de 1950 a 1954, foi mais simbólica do que efetiva (Simões 1981b). Ainda assim, a atuação de Hilbert nos anos de 1948-1961 encarnou este período de reerguimento da Arqueologia no Museu Goeldi,

e também preparou as bases para o estabelecimento de um futuro Setor de Arqueologia na Instituição. Durante este tempo, ele realizou prospecções em vários locais do médio e baixo Amazonas.

Hilbert empreendeu novas escavações no Marajó, entre janeiro e março de 1950, quando acompanhou, como representante do Museu Goeldi e do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, uma missão do Museu Paulista à ilha. A missão era integrada por Harald Schultz e Myrthes Nogueira. Exploraram os tesos do igarapé dos Camutins, os tesos do Severino e a ilha do Pacoval. Neste último sítio, Hilbert escavou três cortes estratigráficos que mostraram a completa perturbação da camada cultural. Na oportunidade pôde constatar que o Pacoval estava irreversivelmente destruído devido a diversos fatores: escavações desordenadas a procura de raridades; depredação pela população cabocla; erosão provocada pela derrubada da mata que cobria o sítio e, por último, pisoteamento do local pelos animais domésticos. Hilbert concluiu lamentando que "O Pacoval, o sítio clássico da fase marajoara, praticamente deixou de existir como objeto de estudos para a obtenção de dados arqueológicos" (Hilbert 1952:30). Infelizmente, o quadro pintado acima não é um fato isolado, a destruição e pilhagem dos aterros marajoaras continua ocorrendo ainda nos dias atuais.

Contando com os recursos do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Hilbert continuou seu trabalho de pesquisa em campo. Desta vez viajou à região do baixo Nhamundá-Trombetas, onde realizou um levantamento arqueológico nos meses de novembro e dezembro de 1952. Os quase 30 sítios prospectados na região correspondiam aos locais de "terra preta", fato já observado anteriormente pelo etnólogo da missão Rondon, João Barbosa de Faria em 1928-1929. Entretanto, discordando deste último, que argumentava por uma causa geológica natural para a formação das "terras pretas", Hilbert defendia uma origem antrópica para o fenômeno: "As perfurações de teste que fizemos, apoiam antes, de resto, a idéia de que se trata de terras arqueológicas e não de natureza meramente geológica" (Hilbert 1955b:13). A cerâmica complexa da região possuía várias semelhanças com a de Santarém e havia sido atribuída, por Curt Nimuendaju (Hilbert 1955b), à tribo Konduri, vizinha dos Tapajó, que habitava no rio Trombetas.

Em 1954, Hilbert foi convidado a instalar um museu no Território Federal do Amapá, hoje Estado. Com este propósito esteve no baixo rio Cassiporé, situado na parte setentrional do Território (Figura 1). A pesquisa

foi realizada sob os auspícios do Museu Territorial do Amapá, o qual ajudava a instalar. Lá, levou a efeito escavações em 2 sítios-cemitérios (Vila Velha e Ilha das Igaçabas) pertencentes à fase Aristé, a última cultura arqueológica a ocupar o norte do Amapá. Hilbert (1957) concluiu o trabalho levantando a possibilidade de se correlacionar a cerâmica arqueológica Aristé com uma das tribos que ainda existiam no norte do Território, os Palikúr, embora ressaltasse serem insuficientes os elementos para uma definição segura. O resumo desta pesquisa no Amapá, sob o título de "*Contribuição à Arqueologia do Amapá*", foi publicada na nova série de Antropologia do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* em setembro de 1957. Neste ano o antigo Boletim - que chegou a ser reeditado em 1949 e depois regularmente a partir de 1955 - foi dividido em séries de acordo com cada área do conhecimento: Geociências, Antropologia, Botânica e Zoologia. Esta resenha de Hilbert inaugurou o número 1 desta nova série. Foi o primeiro trabalho inédito de Arqueologia editado pelo Museu desde o fim do século passado, quando Goeldi publicou suas memórias (1900) sobre as descobertas no Cunani.

Por essa mesma época, Hilbert chegou a explorar o igarapé do Lago no rio Maracá, também no Amapá, onde constatou a presença de pinturas rupestres em cavernas da região. Desta viagem existem algumas notas manuscritas e datilografadas, mas nunca foram publicadas.

Entretanto, devido à limitação de verbas, esses projetos eram empreendidos com poucos recursos. Apenas a ajuda do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará e a dedicação de Hilbert, superavam as dificuldades da precária condição em que se encontrava o Museu Goeldi, que não podia dar nenhum suporte à pesquisa. A situação no Museu Goeldi no tempo do pós-guerra era a pior possível. Sem verbas, sem apoio do Estado e praticamente sem pessoas qualificadas para desenvolver projetos de pesquisa, sua condição era de marasmo e declínio (Barata 1965). Quando Evans e Meggers aqui chegaram em 1948, encontraram o Museu nessa lamentável situação. Este quadro só irá melhorar a partir de 1954, quando, para salvar a Instituição de uma paralisação total, foi firmado um convênio entre o governo do Estado e o recém criado Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Por este acordo, o CNPq passaria a administrar o Museu através do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) com sede em Manaus. Já no ano seguinte, o Museu estava sendo sustentado com verbas federais. A partir de então, seus recursos técnicos, financeiros e humanos começaram a melhorar sensivelmente. O

Museu ganharia sua autonomia somente em 1983, quando deixou de ser um departamento do INPA, permanecendo porém subordinado ao CNPq.

Em agosto de 1955 foi organizada, sob a chefia de Eduardo Galvão, a Divisão de Antropologia do Museu Goeldi. Eduardo Enéas Gustavo Galvão (1921-1976) era formado em Geografia e História e recém-doutorado em Antropologia pela Universidade de Columbia nos EUA (1952). Foi o responsável pela reativação dos estudos de Antropologia no Museu durante essa nova fase de administração do INPA (Arnald 1981). Desde a fundação do Museu até aquela data (1955), a antiga Seção de Etnologia nunca teve um quadro permanente de técnicos e cientistas. Com a mudança da situação abriram-se as portas para o ingresso de pesquisadores qualificados. Assim Peter Hilbert, pela capacidade e experiência adquirida nos anos de trabalho no Museu, foi contratado devido a sua especialidade em Arqueologia. A nova Divisão se instalou num dos velhos chalés de residência, próximos à rua 9 de janeiro. Uma sala ficou reservada à Arqueologia. Quanto ao acervo da Arqueologia, parte do material se encontrava armazenado nas gavetas dos armários da Exposição e o resto nos porões do Pavilhão Central (atual Pavilhão Ferreira Penna). Em 1956 foi realizada, sob a direção de Eduardo Galvão e Peter Hilbert, a reforma do Pavilhão Central e a reorganização da Exposição do Museu, ficando a Divisão de Antropologia com 4 salas de Etnologia e 3 salas de Arqueologia. As salas de Arqueologia foram modificadas para reunir em cada recinto, material de uma única procedência das 3 áreas mais conhecidas: Marajó, Santarém e Amapá. Também foi construído, onde hoje funciona o Almoxarifado, um prédio anexo ao da Divisão de Antropologia para depósito das coleções etnográficas e arqueológicas.

Com a injeção de verbas federais, foi possível planejar pesquisas mais extensivas. Só então o Museu foi capaz de reinaugurar efetivamente suas pesquisas arqueológicas. Contando com o apoio necessário, Peter Hilbert procedeu, entre os anos de 1955-1961, a escavações na foz do rio Negro, baixo e médio rio Amazonas, rio Solimões e rio Japurá. O Museu Goeldi financiou inteiramente essas novas investigações.

As pesquisas começaram logo de imediato com uma viagem de Hilbert, em setembro de 1955, às proximidades de Manaus. Nos anos que se seguiram, as investigações realizaram-se ao longo do médio Amazonas, acima e abaixo da embocadura do rio Negro. A escolha dessa área ocorreu não somente por ser pouco conhecida arqueologicamente, mas também em virtude

da sua posição intermediária entre a boca do Amazonas e as terras baixas subandinas, locais esses que já tinham ou estavam sendo alvo de pesquisas mais intensivas. O objetivo era descobrir quais rios teriam servido de rotas de migração para que grupos subandinos penetrassem na Amazônia, bem como verificar a existência de ligações culturais - como a relação entre as cerâmicas - unindo os dois extremos. Aqui podemos perceber a influência da teoria de Evans e Meggers na delimitação dos alvos e na condução da pesquisa. Nas proximidades da foz do rio Negro os resultados preliminares foram baseados em 2 sítios de especial interesse por causa de sua posição geográfica na área investigada: Refinaria (na foz do rio Negro) e Itacoatiara (às margens do Amazonas); ambos situados em terrenos de "terra preta". Hilbert (1959b) destaca que as "terras pretas", sem exceção, continham remanescentes arqueológicos e, na maioria dos casos, forneciam os únicos materiais arqueológicos desta área. O material cerâmico de Itacoatiara e Refinaria foi analisado e descrito na Divisão de Arqueologia do U. S. National Museum, em Washington, onde Hilbert passou quatro meses no início de 1958. Na oportunidade teve a assistência de Clifford Evans e Betty Meggers que, por intermédio da National Science Foundation e do Smithsonian Institution, promoveram sua ida aos Estados Unidos. O estudo da cerâmica dos 2 sítios permitiu a distinção de duas fases: Guarita, mais antiga, e Itacoatiara mais recente. Para Hilbert (op. cit.) a maioria das técnicas decorativas da cerâmica das duas fases eram também típicas da fase Napo, no Equador.

É interessante observar que pela primeira vez na história da Instituição foi promovida uma pesquisa arqueológica fora da região próxima à foz do Amazonas (Marajó e Amapá), onde tradicionalmente se concentravam as explorações anteriores. Antes desse projeto de Hilbert as áreas arqueológicas conhecidas estavam praticamente circunscritas às áreas da boca e do baixo rio Amazonas (Figura 1).

No decurso dessas pesquisas pelo médio Amazonas, foi também empreendida, em 1957, uma excursão aos municípios de Santarém e Monte Alegre. Dela participou junto com Hilbert o antropólogo Eduardo Galvão. A exploração visava obter registros estratigráficos para uma possível seriação e cronologia relativa da cerâmica santarena, bem como estabelecer sua área de difusão. Foram feitos cortes estratigráficos e coletas de superfície no planalto, na margem do Tapajós, na área urbana de Santarém e prospecções em

Monte Alegre. A quantidade de fragmentos nas escavações, a profundidade média das camadas e o número e extensão dos sítios indicavam uma longa ocupação da cultura Santarém.

No rio Solimões, as pesquisas deram-se a partir de 1958, abrangendo seu percurso desde Codajás até Coari, localizando-se os sítios ao longo do rio. No ano seguinte, as pesquisas no Solimões continuaram com a investigação de três regiões: baixo curso do rio Purus, onde as extensas inundações naquela época do ano tornaram difíceis o achado de eventuais sítios arqueológicos; Tefé e adjacências, devido a posição topográfica da cidade; e, finalmente, a várzea da foz do rio Negro. O sítio Caiambé, próximo de Tefé, atraiu a atenção de Hilbert por causa de seu material escavado e por sua localização. Dois cortes estratigráficos revelaram duas fases: Caiambé e Tefé (Hilbert 1962a).

Também em 1959 foram realizadas pesquisas no rio Japurá, um afluente norte do Amazonas. Os sítios eram raros e monofásicos (fase Japurá). Somente um possuía profundidade suficiente para permitir escavações. A escassez de sítios e a curta duração de sua ocupação, junto com a cerâmica desenvolvida, levaram Hilbert (1962b) a sugerir que o rio Japurá serviu de caminho para um povo subandino em migração, vindo do norte ou noroeste, entrando nas terras baixas amazônicas. Hilbert pretendia continuar a exploração no rio Içá, vizinho ao Japurá, quando surgiu a oportunidade de voar até Eirunepé, no alto Juruá. Aceitou a oferta pela conveniência de testar uma área completamente fora do vale Amazonas-Solimões. De Eirunepé subiu o rio Tarauacá, afluente do Juruá, e o Embira. Percorreu mais de 300 km por estes rios, mas não achou nenhum sítio arqueológico. Hilbert atribuiu a ausência de vestígios arqueológicos a várias razões ecológicas, geológicas e históricas.

Em 1960, Hilbert empreenderia dois trabalhos de campo. O primeiro se resumiu numa curta coleta de material estratigráfico em 3 sambaquis da região de Pirabas, rio dos Cacos e proximidades de Capanema, na zona do Salgado. Esta pesquisa foi a continuação de uma rápida viagem realizada no ano anterior a essa mesma região. A segunda excursão se constituiu na investigação arqueológica do baixo Tocantins, no trecho entre sua foz e a cidade de Marabá. A idéia de fazer explorações na região do baixo Tocantins foi sugerida por Clifford Evans e Betty Meggers, ao analisarem a coleção de cerâmica deste rio reunida por Curt Nimuendaju em 1926. A viagem de Hilbert

permitiu a localização de 12 sítios, dos quais somente 7 foram escavados. Os cortes estratigráficos revelaram uma grande densidade de material arqueológico. O estudo da cerâmica mostrou tratar-se do mesmo tipo de cerâmica achada por Nimuendaju. Apareceram também artefatos líticos. Foram colhidas amostras de carvão para testes de C-14. Entre Tucuruí e Marabá, trecho de corredeiras, não encontraram nenhum sítio arqueológico.

De julho a setembro de 1961, Hilbert realizaria a última viagem da série de investigações arqueológicas iniciadas em 1955 na região do médio Amazonas. Inicialmente pesquisou 2 sítios na foz do rio Cuieiras, afluente do baixo rio Negro. Escavou também nos sítios Paredão (rio Negro), Ilha do Careiro (rio Amazonas) e Manacapurú (rio Solimões). Depois alcançou Benjamim Constant, na fronteira peruana. De lá desceu o rio Solimões até a cidade de Tefé e, no percurso, efetuou cortes estratigráficos em 3 sítios para coleta de material cerâmico e de amostras de carvão para testes de C-14. Os sítios rasos não foram escavados, sendo feitas apenas coleções de superfície. Nas localidades de Santa Lucia e São Joaquim foi identificada uma nova fase cultural. Com essa excursão encerrava-se a carreira de Peter Hilbert como arqueólogo do Museu Goeldi. Naquele mesmo ano retornou à Alemanha, onde depois tornou-se professor da universidade de Marburg.

As escavações ao longo do Amazonas levaram Hilbert a estabelecer a sequência das culturas que se desenvolveram no curso médio do rio. O complexo cerâmico mais antigo é representado pela fase Jauari, enquadrada na tradição⁸ Hachurada Zonada. A segunda tradição, Borda Incisa, representa o nível de Cultura de Floresta Tropical e incluía as fases Paredão, Manacapurú e Caiambé. A maior parte dos sítios arqueológicos pertenciam à tradição Policroma, que corresponde ao estágio de cultura com métodos de agricultura mais intensivos, maiores e mais permanentes aldeamentos, estruturação social e divisão do trabalho; as fases definidas foram Guarita, Tefé, São Joaquim e Pirapitinga. A quarta tradição tinha na fase Itacoatiara seu único exemplo no médio Amazonas. As fases não incluídas nas grandes tradições foram

⁸ As grandes tradições (aqui entendidas como a continuidade temporal de certos padrões culturais) cerâmicas da Amazônia são: Hachurada Zonada 1100 a.C.-200 a.C.; Borda Incisa 0-900 d.C.; Policroma 100-1400 d.C. e Incisa Ponteada 900-1600 d.C. (Figueiredo & Folha 1976; Simões 1983a).

Santa Luzia, no alto Solimões, e a cerâmica da fase Japurá. Os resultados do trabalho de Hilbert no médio Amazonas foram apresentados detalhadamente numa monografia geral, em alemão, publicada em 1968.

Durante o tempo que passou na Divisão de Antropologia do Museu Goeldi, Hilbert demonstrou dedicação ao seu trabalho, não obstante as dificuldades. Suas pesquisas deram-se em condições muito difíceis: numa região e numa época em que a infraestrutura de transporte e comunicação eram mais deficientes do que hoje. Em suas constantes viagens pelos rios, Hilbert usava lanchas, canoas a motor de popa ou mesmo a remo. Referindo-se à atuação de Hilbert no Museu Goeldi, Clifford Evans destacou que mesmo "sem fundos adequados, mas tirando vantagem de cada oportunidade para viajar, Hilbert deve ser elogiado como a única pessoa a contribuir substancialmente para nosso conhecimento da Arqueologia do Médio e Alto Amazonas" (Evans 1967:7). A contribuição de Hilbert para a Arqueologia amazônica é apontada pelas publicações apresentadas entre 1952-1968, dez ao todo, divulgando os resultados de suas pesquisas na região. Em 1975 voltaria a realizar rápidas escavações nos rios Trombetas e Nhamundá, sendo os resultados preliminares publicados no *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* (Hilbert & Hilbert 1980). Um pequeno artigo reportando os doze anos (1949-1961) em que trabalhou como arqueólogo na Amazônia foi editado no ano de sua morte (Hilbert 1989).

No transcorrer dos anos 50, algumas instituições estrangeiras também patrocinaram excursões arqueológicas em trechos ainda não explorados da Bacia Amazônica. Entre 1950 e 1958, Wanda Hanke - do Institut für Völkerkunde de Colonia e Munique, Alemanha - realizou diversas viagens de exploração arqueológica nos rios Solimões e Japurá, coletando material cerâmico para vários museus, entre eles o Museu Goeldi. Em 1956 são divulgados os resultados das curtas investigações de Etta Becker-Donner no médio rio Guaporé, onde localizou uma série de sítios, a maioria no lado brasileiro. Suas pesquisas efetuaram-se sob os auspícios do Museum für Völkerkunde de Viena, Áustria.

Antes de concluirmos este período, deve-se mencionar a discreta atuação do pesquisador alemão Protásio Friel (1912-1974) nas questões arqueológicas da região. Residindo na Amazônia como missionário franciscano desde 1939, passou a interessar-se pela Etnologia e a partir de 1957, por convite de Eduardo Galvão, passou a trabalhar na Divisão de Antropologia

do Museu Emílio Goeldi. Fez várias viagens ao interior a fim de contactar com grupos indígenas. No decurso de seus trabalhos teve oportunidade de coletar amostras de material arqueológico em muitos dos lugares que passou (lago de Curuá, Rio Cururu, Rio Itacaiúnas, Parú de Oeste, região do Trombetas, etc.). Foi com base em descobertas suas que Hilbert escreveu o artigo sobre as urnas funerárias do rio Cururu (Hilbert 1958). A maior contribuição de Frikel porém, foi o estudo realizado nos fins dos anos 50 sobre a Arqueologia da Serra do Tumucumaque. Lá se utilizou da extensa tradição oral dos índios Tiriyo para reconstituir, por meio de uma abordagem em que combinava a Arqueologia e a Etno-história, as fases arqueológicas do grupo tribal (Frikel 1963). A tradição oral funcionava como um elo de ligação entre o passado e o presente. Falava dos grupos primitivos de coletores-caçadores arcaicos que primeiro habitaram a região no alto das colinas e serras descampadas. Este quadro foi mudado por causa de uma segunda onda migratória que trouxe novos grupos que preferiam como "habitat" os vales e estabeleciam suas aldeias perto dos rios, um costume que prevalecia até aqueles dias entre os Tiriyo. De acordo com Frikel (1961), os sítios arqueológicos da área enquadravam-se perfeitamente nesta tradição. Os Tiriyo estavam conscientes de que os sítios arqueológicos eram as aldeias de seus antepassados, e frequentemente sabiam ainda indicar os nomes de chefes dessas antigas aldeias. Frikel observou que os sítios nas matas eram diferentes dos de campo aberto, sendo então colhidas amostras de cerâmica de ambos e entregues a Peter Hilbert para análise e classificação. Entre 1955 e 1972, Frikel coletou material cerâmico arqueológico em vários sítios do médio e alto rio Paru de Oeste.

Com a partida de Peter Hilbert para a Alemanha, em 1961, as pesquisas arqueológicas sofreram novamente uma breve interrupção (Evans 1967). A despeito dos progressos alcançados com o trabalho de Hilbert, o Museu Goeldi não contava ainda com um Setor de Arqueologia devidamente estruturado, com pesquisadores de tempo integral e instalações adequadas. Era preciso que se desse continuidade à tarefa iniciada por Hilbert.

5. O Período de Mário F. Simões (1962-1985)

O grande responsável pela organização e estruturação de um moderno Setor de Arqueologia, compatível com a nova etapa de renovação do Museu

Goeldi, foi Mário Ferreira Simões (1914-1985). Carioca de nascimento, Mário F. Simões foi inicialmente atraído pela carreira militar entrando na Força Aérea (1932). Nesta atividade teve a oportunidade de conhecer algumas comunidades indígenas do Brasil Central, o que despertou-lhe o interesse pela Etnologia. Em 1949 iniciou um estágio na Divisão de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro enquanto concluiu os cursos de licenciatura e bacharelado em História e Geografia pela então Universidade do Distrito Federal (1952). Depois trabalhou vários anos como etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 1962, Mário F. Simões veio ao Pará a convite do então Diretor do Museu Goeldi e chefe da Divisão de Antropologia, Eduardo Galvão. Ingressou no Museu, através de Bolsa do CNPq, como pesquisador adjunto da Divisão de Antropologia, a qual chefiou de 1963 a 1965. Neste meio tempo, com o incentivo e apoio de Eduardo Galvão, começou a estruturar um Setor de Arqueologia condizente com a tradição de pesquisa da Instituição e com o acervo acumulado. Iniciou a construção de um pequeno prédio (atual Pavilhão Frederico Barata) com gabinetes e laboratório destinado às atividades de pesquisa e que também servisse de depósito para as coleções arqueológicas que se encontravam mal acomodadas e dispersas nos porões do Pavilhão Ferreira Penna. Em 1963 o prédio foi inaugurado e todo o acervo arqueológico do Museu foi para lá transferido (Simões 1981b). Com esta pequena base física e com os recursos disponíveis principiava-se o funcionamento do novo Setor. Ao mesmo tempo investia-se no treinamento de recursos humanos por meio de estágios, bolsas e cursos com o propósito de qualificar uma equipe especializada. Em 1968, Mário F. Simões foi promovido a pesquisador-chefe com dedicação exclusiva ao Setor de Arqueologia, que já dirigia desde o seu início em 1963. No ano seguinte (1969) o Setor de Arqueologia transformou-se - em decorrência do crescimento de sua base física, pesquisas e acervo - em Seção de Arqueologia (Simões 1981b). Em 1975, com a transformação do CNPq em fundação, Mário F. Simões foi contratado pelo INPA como pesquisador de tempo integral, continuando suas atividades na Seção de Arqueologia do Museu.

A partir dessa organização, que garantiu uma infraestrutura mínima, foram iniciados uma série de projetos de pesquisa com o objetivo de reconstituir a pré-história da região. Nos anos que se seguiram o Museu reassumiu seu papel de liderança na pesquisa arqueológica da Amazônia, posição que havia sido relegada desde o início do século com a partida de Goeldi e que começou a recuperar com a atuação de Hilbert nos anos 50.

Em novembro de 1962, Mário F. Simões e o antropólogo Arthur Napoleão Figueiredo (1923-1989), da Universidade Federal do Pará, iniciaram investigações complementares em dois sítios arqueológicos em Marajó. Este foi o primeiro projeto de Mário F. Simões como arqueólogo do Museu. Nesta viagem preliminar foram escavados os tesos “Ilha dos Bichos” e “Salitre” (Figueiredo & Simões 1963). Posteriormente, o projeto continuou sob a responsabilidade única de Mário F. Simões. O projeto teve prosseguimento até 1965 com o patrocínio do Museu Goeldi, UFPa e IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Objetivava, além do treinamento de alunos e estagiários, comprovar a sucessão arqueológica local, estabelecida pelo casal Clifford Evans e Betty Meggers, para a parte central da ilha e obter restos de carvão para datação. Originalmente o projeto pretendia localizar e prospectar sítios da fase marajoara para cadastramento e, principalmente, para comparações tipológicas e cronológicas com sítios da mesma fase situados nos setores vizinhos. Porém a localização de sítios de outras fases, fizeram com que o projeto, fosse ampliado para incluí-los. Durante os 4 anos que durou o projeto foram ao todo prospectados 16 sítios (10 da fase Marajoara, 5 da fase Formiga e 1 de fase Ananatuba e Mangueiras), em todos foram efetuados cortes estratigráficos. As etapas de campo realizavam-se sempre entre setembro e novembro, durante a estação seca, mais apropriada às escavações. Os sítios estavam na região sudeste do lago Arari, próximo aos rios Goiapi e Camará, faixa de terra que era praticamente desconhecida do ponto de vista arqueológico. Os dados levantados foram comparados com aqueles obtidos por Evans e Meggers na parte norte e central da ilha. Isto resultou na obtenção de novos subsídios, tanto temporais como espaciais, para a sequência das fases arqueológicas de Marajó. Dentre eles, destaca-se a obtenção de datações absolutas pelo C-14 para as fases Ananatuba e Marajoara. Para a primeira, os testes acusaram uma antiguidade de cerca de 980 a.C., colocando-a como uma das mais remotas culturas ceramistas da Amazônia brasileira. A fase marajoara apresentou níveis que incluíram-na numa extensão temporal de 400 a 1200 d.C. Esses dados permitiram a reformulação total da sequência cultural estabelecida para a ilha de Marajó (Simões 1967a, 1969).

Este projeto em Marajó (1962-1965) inaugurou a nova fase de pesquisas extensivas que se desenvolveram após Mário F. Simões estabelecer o novo Setor de Arqueologia.

O ano de 1965, quando terminou o projeto Marajó, entrou para a história da pesquisa arqueológica do Museu também por outro motivo: no seu transcorrer foram publicados os primeiros trabalhos de Arqueologia escritos por pesquisadores brasileiros desde o relatório de Aureliano Guedes em 1898. Em julho, o antropólogo Napoleão Figueiredo lançou, através do *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, uma pequena nota descrevendo a coleção de material arqueológico coletado por Protásio Friel na região dos índios Xicrin no rio Itacaiúnas: "*A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas*". Lamentavelmente Napoleão Figueiredo não mais trabalharia com Arqueologia, ainda que depois tenha escrito pequenas monografias sobre o assunto (Figueiredo & Folha 1976). No mês seguinte, a bolsista do CNPq Conceição G. Corrêa - que anteriormente havia participado de uma das etapas de campo do projeto Marajó e colaborado com Napoleão Figueiredo na manipulação do material arqueológico descrito em sua comunicação - publicou o catálogo "*Estatuetas de cerâmica na cultura Santarém*", baseado nas coleções do Museu Goeldi. Conceição G. Corrêa se tornaria a primeira pesquisadora, depois de Mário F. Simões, a integrar o novo Setor do Museu. Mas o que veio dar maior impulso ao esforço do nascente Setor de Arqueologia do Museu Goeldi foi a oportuna criação, naquele mesmo ano, 1965, do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas). Sua organização foi o produto de um convênio entre o CNPq e a Smithsonian Institution de Washington (EUA). Seus mentores foram Clifford Evans e Betty Meggers, cujo interesse pela Arqueologia brasileira não esmorecera. O objetivo do Programa era patrocinar levantamentos arqueológicos no território brasileiro por um período de 5 anos. O Museu Paraense Emilio Goeldi foi encarregado pelo CNPq da administração técnica do Programa. Um pequeno manual, de autoria de Evans & Meggers (1965), foi publicado pelo Museu para orientar os trabalhos de escavação. O Museu também se responsabilizou pela divulgação dos resultados científicos do PRONAPA através da publicação de uma série de volumes com os resultados preliminares de cada ano, tendo Mário F. Simões assumido a direção editorial.

Na Amazônia, o PRONAPA teve início com o projeto Alto Xingu (1966), sob a responsabilidade de Mário F. Simões. Sua área de atuação era no Parque Nacional do Xingu (MT). A escolha desta área decorreu de duas razões: a escassez de informações arqueológicas precisas e por sua localização geográfica, situada nos limites ecológicos meridionais da Bacia Amazônica. O objetivo do projeto era averiguar a possível ocorrência de traços culturais

advindos da faixa costeira do Brasil que, embora não tenham se difundido na Amazônia, poderiam ter penetrado na região do alto Xingu. A identificação de 12 sítios arqueológicos, no curso superior do rio e em alguns de seus afluentes revelou a existência de duas fases cerâmicas relativamente recentes: Diauarum e Ipavu - ambas pertencentes à tradição Incisa Ponteadá da Bacia Amazônica. Esta foi a primeira vez que se registrou esta tradição ao sul do rio Amazonas. A fase Diauarum com 7 sítios foi datada por C-14 em cerca de 1.120 d.C. Os sítios restantes da fase Ipavu apresentaram uma cerâmica mais elaborada que a da outra fase. A intrusão de fragmentos de cerâmica Ipavu em níveis superiores de alguns sítios da fase Diauarum indica o contato entre as duas fases, principalmente no estágio final da fase Diauarum, aproximadamente 1250-1400 d.C. Da mesma forma, a presença de cerâmica histórica alto xinguana (Wauará e Kustenau) nos primeiros níveis dos sítios da fase Ipavu, revelam o contato entre esta fase e os grupos indígenas históricos do alto Xingu. De acordo com as considerações preliminares tecidas por Mário F. Simões (1967b), a espessura dos refugos habitacionais de ambos os complexos, bem como os numerosos sítios, sugerem uma ocupação extensa e prolongada da região por grupos horticultores de floresta tropical.

A partir de então, os projetos desenvolvidos pelo Setor de Arqueologia se sucederam em um ritmo nunca alcançado anteriormente em toda a história da pesquisa arqueológica da Instituição. Utilizando-se dos fundos proporcionados pelo próprio Museu, PRONAPA e IPHAN, foi possível expandir e diversificar as atividades exploratórias do Setor. O final dos anos 60 e a década seguinte serão épocas de intensas prospecções em sítios localizados nos mais diversos pontos da Amazônia brasileira. Diante do aumento do número de projetos de levantamento arqueológico que passaram a ser executados concomitantemente, o volume de informações e dados recolhidos se multiplicaram. Conseqüentemente seria cansativo e desnecessário transcrevermos, em detalhes, o andamento e os resultados de todos os projetos. Portanto convém limitarmo-nos apenas ao mais essencial.

Também por esse tempo, durante o centenário do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1966, reuniu-se em Belém o Simpósio sobre a Biota Amazônica. Entre os expositores de Antropologia estava Clifford Evans, que apresentou uma avaliação de um século de pesquisas arqueológicas na Amazônia. O importante papel desempenhado pelo Museu, ainda que apagado em algumas épocas, não deixou de ser aludido. Clifford Evans esperava que no novo

século de história que se iniciava para o Museu não se repetisse a lentidão com que o trabalho arqueológico progrediu na Bacia Amazônica durante os primeiros cem anos de pesquisas. Dois anos depois, passado mais da metade do tempo de atuação do PRONAPA, seus integrantes se reuniram para uma revisão dos avanços e planejamento num seminário realizado em julho de 1968 no Museu Goeldi, Instituição incubida pelo CNPq para a execução do Programa (Brochado 1969).

Além da pesquisa, outro setor em que a Seção de Arqueologia procurava investir era na formação profissional e no preparo de pessoal técnico especializado para o preenchimento de seu quadro. Pela inexistência de cursos regulares de graduação e pós-graduação em Arqueologia, a Seção se preocupava em oferecer estágios básicos com programação teórica e prática sobre teoria e métodos em Arqueologia. Bolsas de estudo para estagiários passaram a ser concedidas pelo CNPq e pela SUDAM, destinadas preferencialmente a estudantes ou graduados nos cursos de História, Geologia, Geografia e Ciências Sociais. Além dos estágios regulares e especiais, o Museu programou dois cursos especiais, ambos em regime de tempo integral e em nível de pós-graduação. O primeiro em 1964-65 dividia-se em duas partes: uma de âmbito introdutória à Antropologia básica; a segunda era de especialização em uma das áreas da Divisão de Antropologia - Arqueologia, Etnologia e Linguística indígena (Simões 1973). O segundo curso - o Curso de Arqueologia Brasileira - foi realizado em 1969-70, e contou com a participação do pessoal local e ainda com a presença de dois professores de outras instituições. Em ambos os cursos, além das disciplinas teóricas básicas, foram ministrados os fundamentos de ciências afins ao levantamento e pesquisa arqueológica. Os alunos também foram treinados em todas as operações de registro e documentação de material arqueológico (Simões 1973).

Logo após uma viagem para estudos de especialização em Arqueologia Sul Americana nos Estados Unidos, Mário F. Simões daria início a mais dois projetos no ano de 1968: o projeto Baixo rio Negro e o projeto Salgado.

O projeto Baixo rio Negro (1968-1969), o segundo patrocinado pelo PRONAPA, foi efetuado com o propósito de verificar a hipótese de o rio Negro (AM) ter servido de rota de migração de povos indígenas ou de padrões culturais subandinos para a Amazônia ou em sentido contrário; visava também a localização de sítios de ocorrência das principais tradições ceramistas da Bacia Amazônica, na tentativa de delimitar sua área de dispersão e influência

em relação ao médio Amazonas. Como anteriormente Hilbert havia localizado 2 sítios na foz do rio Negro e identificado as fases Guarita, Paredão e Itacoatiara, o projeto procurava registrar outros sítios dessas tradições em áreas ainda não pesquisadas, nas duas margens do curso inferior do rio Negro. Na realidade, esse projeto, em sua essência, como se pode ver pelos seus objetivos, era uma continuação das pesquisas realizadas por Hilbert alguns anos antes na foz do rio Negro. As explorações ocorreram na região do baixo rio Negro, rios Apuaú, Preto-da-Eva (um afluente do médio Amazonas) e ilha de Terra Nova. Junto com o pesquisador responsável pelo projeto participou do levantamento de campo, em 1968-1969, a pesquisadora auxiliar Conceição G. Corrêa. Os sítios arqueológicos eram encontrados com facilidade devido à coloração dos solos de "terra preta". Localizavam-se em terrenos altos e não inundáveis, padrão que praticamente se repete em todas as margens dos grandes rios da Amazônia. Escavações realizadas confirmaram a presença das 3 fases identificadas por Hilbert, porém mostraram que as fases Guarita e Paredão foram contemporâneas, o que alterava a sequência cronológica estabelecida anteriormente pelo pesquisador alemão. Fez-se o reconhecimento de 10 sítios-habitações e descobriram-se 3 fases arqueológicas (Umari, Apuaú e Pajurá) ao lado das já definidas (Simões 1974). Todas as fases eram de grupos horticultores de floresta tropical com datações situando-as no primeiro milênio de nossa era. O projeto foi continuado pelo Museu Goeldi em 1974 com o apoio do INPA e IPHAN. Desta etapa participaram Mário F. Simões e outros pesquisadores da Seção de Arqueologia do Museu: Ana Lúcia Machado, Eneida Malerbi e o auxiliar Daniel F. Lopes. Foram pesquisados mais 11 sítios nos arredores do baixo rio Negro. Com poucas exceções, os sítios pertenciam às fases Paredão e Guarita. A presença de cerâmicas com características semelhantes a da fase Guarita, em vários pontos da Amazônia Central, levaram à proposição de uma subtradição dentro da tradição Policroma - subtradição Guarita - para designar todas as manifestações locais e fases com traços diagnósticos da fase-tipo Guarita (Simões 1974).

O segundo projeto, sob a coordenação de Mário F. Simões e Conceição G. Corrêa, se estendeu até 1974 e concentrou-se na região litorânea do Pará, conhecida como zona do Salgado. Intentava fazer um salvamento dos poucos sambaquis residuais, juntamente com o reconhecimento da sequência cultural dos antigos grupos pré-históricos do litoral do Pará. Enquanto Mário F. Simões estudava os sambaquis litorâneos, Conceição G. Corrêa concentrava-se nos sítios abertos não sambaquis a fim de detectar possíveis correlações temporais

e culturais destes com os sambaquis da costa. Durante a execução do projeto, além dos coordenadores, participaram dos trabalhos de campo e laboratório outros pesquisadores e estagiários. Na segunda expedição ao Salgado, em 1969, a equipe era integrada pelos alunos do Curso de Arqueologia Brasileira que estava sendo ministrado no Museu Goeldi: professores Francisco Xavier de Miranda, da UFMG; Maria José Reis, da UFSC; Ana Lúcia Machado e Renato Sampaio Corrêa, da UFPA. As etapas seguintes contaram com o apoio de Ana Lúcia Machado (1972 e 1973), da estagiária Mary John L. de Matos (1972) e do auxiliar de campo Daniel F. Lopes (1970 e 1972) que depois se integraria ao corpo de pesquisadores do Setor de Arqueologia. O projeto foi patrocinado pelo Museu Goeldi e IPHAN, mas contou com a colaboração interdisciplinar de outras instituições. Localizaram-se 43 sambaquis litorâneos (quase todos destruídos), 3 sítios de gastrópodes fluviais (sambaquis interioranos) e 16 sítios de horticultores. Os sambaquis litorâneos pertenciam à fase Mina, e os interioranos à fase Uruá. Os sambaquis litorâneos situavam-se no fundo de baías e às margens de rios e ilhas, sempre cercados por terrenos de manguezais. Devido ao estado precário em que se encontravam, somente dois sambaquis do litoral tiveram condições de serem escavados. Os cortes estratigráficos revelaram camadas de conchas contendo fragmentos de cerâmica rudimentar temperada com conchas moídas, e mais raramente, areia; raros artefatos líticos (polidos e lascados); grande variedade de objetos de ossos e conchas, tais como contas de colares, adornos auriculares, pingentes, furadores, carimbos, raspadores e alguns prováveis anzóis. No próprio local do sambaqui eram realizados sepultamentos primários e diretos. Os restos da fauna malacológica eram formados principalmente por valvas de *Anomalocardia brasiliensis*, seguida por *Crasostrea arborea* e *Mytella* sp. e outros tipos mais raros. O estudo da cerâmica dos sambaquis litorâneos permitiu a definição da fase Mina, formada por uma cerâmica utilitária simples ou toscamente decorada (Simões 1981a). Testes com C-14 evidenciaram a antiguidade da ocupação do litoral paraense por grupos coletores-pescadores ceramistas adaptados aos recursos do mar. A importância desses achados no âmbito da Arqueologia amazônica foi atestado por Mário F. Simões:

“As datações por C-14 resultantes situam a fase Mina entre o 4º e 2º milênios antes de Cristo, o que reflete ser a fase cerâmica, até o presente, mais antiga do Brasil e incluída entre as mais recuadas da América”. (Simões 1981a:19).

Os 3 sítios constituídos por gastrópodes fluviais ou sambaquis interioranos estão inseridos dentro da fase Uruá. Localizam-se na parte mais alta da terra-firme. As escavações puseram à mostra imensa quantidade de *Pomacea lineata*, grandes gastrópodes fluviais, em mistura com outros tipos de vestígios. A cerâmica apresentou um maior acabamento de superfície que a da fase Mina.

A fase Mina e a fase Castália, identificada por Peter Hilbert (1959a) num sambaqui fluvial do baixo Amazonas, pela cerâmica e outras evidências levaram Mário F. Simões a reconhecer a existência de uma tradição ceramista regional - a tradição Mina. Nessa tradição também estão incluídos os sambaquis do baixo Tocantins e Xingu (fase Macapá), correlacionando-se ainda com os sambaquis do litoral do Maranhão e os da fase Alaka, da Guiana (Simões 1981a).

Para os 16 sítios abertos, estudados por Conceição G. Corrêa, as etapas de campo se alongaram até 1978. Foram identificadas 6 fases ceramistas não-sambaqueiras pertencentes a grupos de horticultores de floresta tropical. Esses povos habitaram a região do Salgado após o desaparecimento dos grupos sambaqueiros; do III ao XVII séculos de nossa era aproximadamente (Corrêa & Simões 1971; Corrêa 1987).

Segue-se, em 1970, o projeto Lago de Silves, também sob a coordenação de Mário F. Simões e com a participação dos alunos do Curso de Arqueologia Brasileira. Contou com o financiamento do Museu Goeldi e colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A pesquisa foi conduzida na região do Lago de Silves ou Saracá e cursos do rio Sanabani, no Estado do Amazonas. Seu objetivo era acrescentar dados complementares às pesquisas já realizadas anteriormente em áreas contíguas por Hilbert e pelo próprio Mário F. Simões, a fim de estabelecer a área de dispersão das grandes tradições ceramistas da Amazônia e suas relações com outras fases locais. Uma segunda etapa de campo foi realizada em 1979. As informações arqueológicas que justificavam um projeto de pesquisa na região provinham de coleções de fragmentos cerâmicos da área existentes no Museu de Gotenborg e no Museu Goeldi, assim como de várias urnas antropomorfas retiradas de um sítio-cemitério na margem norte do lago em 1957 por uma equipe do INPA. O material arqueológico coletado nos 19 sítios prospectados resultou no reconhecimento de 5 fases arqueológicas: Silves, pertencente à tradição Borda Incisa; Saracá e Iraci, da tradição regional Saracá, identificada

no lago; Sanabani e Garbe, pertencentes a tradição Incisa Ponteadada. A tradição regional Saracá possuía alguns traços característicos da subtradição Guarita, mas também apresentou técnicas de decoração ponteadada que eram ainda inéditas na Amazônia (Simões & Machado 1987). A fase Silves é a mais antiga (C-14 datando de 200 d.C.). Não há datações absolutas para as fases Saracá e Iraci, mas pelos traços diagnósticos da cerâmica - semelhante a fase Uatumã - pode-se atribuir um período de 300 a 900 d.C. A fase Sanabani existiu nos séculos X e XI, sendo portanto a mais recente.

As pesquisas do Museu Goeldi no médio Amazonas e seus tributários (projetos Baixo rio Negro, Lago de Silves e outros que foram posteriormente conduzidos em áreas vizinhas, como os projetos Uatumã-Jatapu e o projeto Urubu), convergiam para um mesmo propósito: definir as possíveis rotas de migração de povos das regiões subandinas para a Amazônia ou em sentido contrário, além do estabelecimento da dispersão espaço-temporal das tradições ceramistas arqueológicas estabelecidas para a Amazônia, seguindo e tentando comprovar o esquema difusionista de Clifford Evans e Betty Meggers, que forneciam o substrato teórico para os projetos de levantamento arqueológicos do Museu. Dentro desse esquema, o rio Amazonas e alguns de seus principais afluentes, poderiam ter servido como vias de contatos interétnicos e culturais recíprocos entre os Andes e a planície. Razão pela qual as pesquisas arqueológicas efetuadas no interior da Amazônia se concentravam em prospectar a beira dos grandes rios da região.

Essas expedições eram dirigidas por Mário F. Simões, como responsável geral, contando com a participação de outros pesquisadores, bolsistas, estagiários e de auxiliares técnicos integrantes, ou convidados, da Seção de Arqueologia do Museu. Para se atingir a maioria das regiões onde os projetos deveriam ser desenvolvidos recorria-se ao transporte aéreo. No entanto, grande parte das pesquisas eram realizadas em barcos percorrendo as margens dos rios e lagos. Geralmente aconteciam no segundo semestre do ano, quando a diminuição das chuvas permitia o trabalho de campo. O levantamento arqueológico começava com a identificação dos locais de sítios. Fazia-se a coleta de material na superfície e através de cortes estratigráficos em pontos selecionados. Recolhia-se uma variedade de vestígios: fragmentos de cerâmica, urnas e vasos inteiros, artefatos líticos, amostras de solos e, quando possível, carvão para datação por C-14. As amostras recuperadas eram então trazidas ao Museu Goeldi para estudo. Após cada etapa de campo era preparado um

relatório apresentando os resultados alcançados naquela viagem. A análise do material recolhido e o resultado desses projetos demoravam algum tempo - geralmente anos - para serem concluídos e publicados. Entre as primeiras etapas de campo e a conclusão final estava o lento e meticuloso processamento dos dados recolhidos.

Em 1971, mais dois projetos foram levados a efeito, ambos no Maranhão. A equipe que participou destes projetos era formada pelos pesquisadores Mário F. Simões, Conceição G. Corrêa, Ana Lucia Machado e Renato Sampaio Corrêa, tendo este último falecido bruscamente em campo na fase final do segundo projeto. O primeiro deles, o projeto Lago Cajari, foi financiado pelo IPHAN e se concentrou no levantamento arqueológico das antigas aldeias lacustres do lago Cajari. As estearias ou palafitas do lago Cajari eram aldeias indígenas sustentadas por esteios e erigidas acima do nível das águas. Seus remanescentes foram encontrados por Raimundo Lopes em 1919, quando pôde observar, durante a rigorosa estação seca daquele ano, milhares de esteios destacando-se acima do nível do lago que, em virtude da estiagem, sofreu uma baixa excepcional. O projeto buscava resolver as controvérsias sobre a origem e antiguidade das aldeias palafíticas, bem como estabelecer uma sequência cultural e cronológica local. Foram localizadas e delimitadas as estearias de Cacaria e do Igarapé do Baiano, ambas no lago Cajari. Por meio da prospecção subaquática foi possível localizar os restos dos velhos esteios de sustentação das palafitas e recolher do fundo do lago, no local onde existiram as estearias, grande quantidade de material arqueológico (cerâmica, artefatos líticos, restos de madeira e carvão etc.). Denominou-se fase Cajari ao complexo cultural formado pelas estearias maranhenses. Era uma fase ceramista do tipo agricultores de floresta tropical. Mário F. Simões descreveu a disposição espacial e estrutural das aldeias lacustres:

“A aldeia da fase Cajari, a julgar pelo sítio-tipo da Cacaria, abrangia área elíptica irregular de 8.000 m², com os esteios de sustentação do tabuado em troncos de pau-d’arco enterrados verticalmente, em média 1,20 m, no fundo do lago;... Acima do nível máximo das águas estendia-se o tabuado ou piso, sobre o qual, provavelmente, se distribuíam as cabanas” (Simões 1981b:160).

Um único teste com C-14 deu a data de 570 d.C. Não obstante a contemporaneidade, não existiu entre a fase Cajari e a ilha de Marajó nenhuma interrelação cultural, como chegou a insinuar Raimundo Lopes (Capucci 1987).

O segundo projeto foi patrocinado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e visava fazer um levantamento dos sambaquis do litoral da ilha de São Luís, a fim de comparar seu conteúdo cultural e cronológico com os dos sambaquis do Pará e da Bahia. O projeto São Luís foi realizado imediatamente após o término da etapa de campo no lago Cajari, nos meses de novembro-dezembro de 1971. Dos 8 sambaquis localizados, apenas 2 ofereceram condições de serem escavados; os restantes estavam no mesmo estado que os da região do Salgado, mostravam-se totalmente destruídos. Os sambaquis escavados (Maiobinha e Guaíba) apresentaram uma cerâmica com grau de elaboração e técnicas decorativas bem superiores às dos demais sambaquis locais, ainda que fossem diferentes entre si. O sambaqui da Maiobinha revelou um espesso refugo com quase 2m de material arqueológico e dois sepultamentos. O outro sambaqui, Guaíba, estava parcialmente destruído, mostrando indícios de perturbação e pouca profundidade residual. Amostras de carvão do sambaqui da Maiobinha permitiram situá-lo em torno dos séculos VI-VIII d.C. Com exceção dos acima citados, os demais sambaquis foram tipologicamente filiados à tradição Mina do litoral paraense e baixo Amazonas (Simões 1981b).

No mesmo ano de 1971, Mário F. Simões apresentou o artigo "*O Museu Goeldi e a Arqueologia da Bacia Amazônica*", incluído na coleção "*Antologia da Cultura Amazônica*", obra organizada pelo jornalista Carlos Roque. Este opúsculo, que já fora apresentado em forma de comunicação no 39º Congresso Internacional de Americanistas em Lima (Peru) no ano anterior, foi o primeiro resumo mostrando especificamente as contribuições e a participação centenária do Museu Goeldi no campo da Arqueologia amazônica, quer através de pesquisas e publicações, quer ainda pela colaboração prestada a outras instituições. Posteriormente, versões ampliadas e atualizadas deste trabalho foram publicadas na revista *Dédalo* (1973) e na *Acta Amazonica* (1981). Uma rápida vista nos anos após 1962 mostra como a pesquisa, com os sucessivos projetos, se incrementou em quantidade e qualidade.

Em 1970, era concluído o PRONAPA, cujos resultados seriam apresentados em 1973 por Mário F. Simões na reunião final deste Programa, realizada em Washington (EUA). Com os dados obtidos começou-se a vislumbrar novos rumos para a Arqueologia brasileira. O PRONAPA foi o maior Programa de pesquisa arqueológica até então efetuado no continente Americano, não somente devido a abrangência de sua área geográfica mas

também à metodologia sistemática na escolha das áreas a serem pesquisadas, uniformidade na análise dos dados e o uso de uma terminologia padronizada na classificação e divulgação dos resultados. No entanto, a maior parte do levantamento se concentrou nos Estados da faixa costeira, desde o Rio Grande do Sul até o Nordeste. Apesar de até 1965 a Amazônia ter sido a região brasileira melhor documentada em termos arqueológicos, ainda se ressentia da falta de pesquisas sobre a maior parte de sua área - não obstante os dois projetos do PRONAPA conduzidos nesta região (Alto Xingu e Baixo Rio Negro) e os efetuados pelo próprio Museu Goeldi. Somando-se a isto, passou a existir a possibilidade latente de destruição de inúmeros sítios em consequência do surto desenvolvimentista incentivado pelo governo federal na Amazônia. Por isso no Simpósio final do PRONAPA surgiu a idéia de ampliar seus resultados no norte do país. Assim, Mário F. Simões junto com Clifford Evans e Betty Meggers, enviamos esforços para que fosse criado um Programa semelhante especificamente para a região Amazônica. Desse modo, nasceu o PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica) que, como o anterior, foi um convênio entre a Smithsonian Institution e o CNPq, com a colaboração do IPHAN, INPA e Museu Goeldi. O Programa tinha como diretores científicos Clifford Evans e Betty Meggers (Smithsonian Institution) e Mário F. Simões (INPA-Museu Goeldi), como coordenador do lado brasileiro. O novo Programa promoveu pesquisas extensivas nos Estados da região norte e Mato Grosso, especialmente ao longo dos tributários da margem direita do Amazonas. Inicialmente estavam previstas pesquisas durante 5 anos em 21 áreas selecionadas na Bacia Amazônica (figura 5). Foram prospectados centenas de sítios arqueológicos ao longo dos cursos dos rios Madeira e Guaporé, Juruá, Purus, Tapajós, Xingu, Tocantins e outros tributários da margem esquerda do Amazonas como o Negro e o Uatumã (Simões 1977; Meggers 1985). O PRONAPABA tinha por objetivo, no que se relacionava à ocupação pré-histórica da Amazônia:

“Testar a aplicabilidade do modelo de refúgios florestados propostos por vários biólogos (Haffer, Vanzolini, Sheppard Brown, Prance e outros) para explicar as diversificações observadas no ecossistema atual da região. Como este modelo reflete períodos sucessivos de fragmentação e coalescências da floresta tropical úmida, motivados por modificações climáticas ocorridas desde o Pleistoceno, e, considerado ainda, que os dois mais recentes desses episódios são posteriores a chegada do Homem à Amazônia, busca o programa: a - evidências que possam revelar diferenças na antiguidade das culturas pré-históricas adaptadas à floresta tropical; b - continuidade

ou não de residência local; c - superposição de complexos e fases arqueológicas distintas, além de outros tipos de situações compatíveis com o modelo biogeográfico em questão, entre os quais certos padrões que possam vir a corroborar ou esclarecer a localização e tamanho desses refúgios" (Simões 1977:299).

As pesquisas desenvolvidas por este novo Programa ampliaram as informações a respeito da ocupação pré-histórica na Amazônia. Deste trabalho de grande amplitude participaram a equipe científica da Seção de Arqueologia do Museu Goeldi e pesquisadores de outras instituições que haviam atuado no PRONAPA. Entre esses últimos estavam Ondemar Dias Jr. (UFRJ) que realizou pesquisas no Estado do Acre e nos rios Juruá e Purus (AM); Eurico Th. Miller (UCRS) em Rondônia, Mato Grosso e médio rio Madeira (AM) e Celso Perota (UFES) nos rios Tapajós e Xingu (PA) e rio Purus (AM). Cada um deles, com respectivo pessoal, atuou em uma área específica sob a orientação geral de Mário F. Simões. A equipe de Arqueologia do Museu Goeldi que participou do PRONAPABA, com o respectivo ano de seu ingresso no Museu, era constituída dos seguintes pesquisadores: Conceição G. Corrêa (1962), Daniel F. Lopes (1964, passando a exercer atividades de pesquisa a partir de 1979), Ana Lúcia Machado (1968), Ana Lúcia Kalkmann (1975) e Fernanda de Araujo Costa (1976). Este grupo formou o núcleo do presente quadro de pesquisadores da atual Área de Arqueologia do Museu. A medida que ingressavam no Museu eram treinados e atuavam como participantes nos projetos coordenados por Mário F. Simões.

Em 1976, deu-se início ao primeiro projeto sob os auspícios do PRONAPABA, o projeto Baixo rio Tocantins (PA), que logo no ano seguinte - mediante acordo com a ELETRONORTE - tomou um cunho de salvamento arqueológico devido à construção da barragem de Tucuruí. O projeto continuou até 1978, quando se realizaram as últimas etapas de campo. Uma breve etapa de campo complementar foi efetuada em 1984 com o propósito de preencher algumas lacunas observadas nos dados levantados nas etapas iniciais (Araujo Costa 1984). Até então, muito pouco se conhecia da Arqueologia do baixo Tocantins. Existia uma pequena coleção (cerâmica e lítica) superficial recolhida nas proximidades das cidades de Jacundá e Baião. Havia, ainda, a coleção de Protásio Frikel, recolhida em 1963, no alto curso do Itacaiúnas e em um pequeno afluente. Deste material se definiu a fase Itacaiúnas (Figueiredo 1965; Simões 1972). O projeto foi inicialmente realizado por Eneida Malerbi e Fernanda de Araujo Costa, sob a coordenação de

Mário F. Simões, depois prosseguiu somente com a pesquisadora Fernanda de Araújo Costa. A região incluída no projeto estendia-se de Marabá até a foz do Tocantins, mas a pesquisa restringiu-se ao curso entre Marabá e um pouco abaixo do povoado de Nazaré dos Patos. Além dos objetivos específicos do PRONAPABA e de salvamento arqueológico, a pesquisa tinha por finalidade verificar a hipótese do rio Tocantins ter sido uma rota migratória de grupos indígenas pré-históricos entre o norte e o centro do Brasil. Foram prospectados 37 sítios arqueológicos e identificadas 3 fases (Tauari, Tucuruí e Tauá), todas ligadas à tradição regional Itacaiúnas, que engloba todas as fases arqueológicas da região compreendida pela mesopotâmia Tocantins-Xingu. Com exceção de um sítio-oficina lítico, os demais eram sítios-habitacões, entre eles um sítio etno-histórico dos índios Parakanã. Todas as 3 fases pertenciam a culturas típicas de horticultores de floresta tropical. O material cerâmico do trecho mais meridional da área atingida pela pesquisa apresenta alguns traços da tradição Tupiguarani da faixa costeira em proporção maior do que os encontrados mais ao norte. A fase Tauari é a que mais se aproxima da fase Itacaiúnas, enquanto as outras duas apresentam afinidades com a fase Carapanã (Simões et al. 1973; Simões & Araújo Costa 1987). Todas as fases também apresentam diagnósticos das tradições amazônicas, principalmente Incisa Ponteadas, cuja frequência se acentua à medida que se desce o rio. Esses dados sugerem que o baixo Tocantins pode ter sido uma área de aculturação ou de miscigenação de diferentes estilos cerâmicos provenientes de várias partes do interior do Brasil (Simões & Araújo Costa 1987). As datações apontam um período que varia de cerca de 1000 a 1550 d.C.

Dando continuidade ao PRONAPABA, o médio curso do rio Negro foi alvo de um novo projeto em 1978. Junto com Mário F. Simões participaram as pesquisadoras Ana Lúcia Machado e Ana Lúcia Kalkmann. Além dos objetivos básicos do Programa, o projeto tencionava complementar as pesquisas anteriores no baixo curso do rio, no sentido de verificar a delimitação das áreas de ocorrência das principais tradições ceramistas da Amazônia e suas influências no médio Amazonas, bem como o limite alcançado pela subtradição Guarita no norte do rio Negro. Uma segunda etapa de campo foi efetuada em 1983. O trecho compreendido pela pesquisa ia desde a foz do rio Cuieiras até a cidade de Tomar. Antes do projeto, o que se tinha do médio rio Negro estava restrito a um material de superfície coletado por dois etnólogos do Museu em 1972, na ilha de São João. Dos 35 sítios localizados, somente

1 estava no Território Federal, hoje Estado, de Roraima, os demais no Estado do Amazonas. O projeto permitiu o reconhecimento de 6 novas fases ceramistas; 2 delas (Manauacá e Samambaia) pertencem a subtradição Guarita, filiada à tradição Policroma da Amazônia. Destas, a que mais se assemelha a fase-tipo da subtradição Guarita é a fase Manauacá, que era também a mais antiga da região (700-950 d. C.). As 4 restantes (Cuaru, Cumaru, Quemacubau e Unini) não se enquadram em nenhuma das grandes tradições ceramistas conhecidas da Amazônia, mas apresentam traços diagnósticos comuns formando uma tradição regional, denominada tradição Cuaru. Com exceção da fase Cumaru, com dois sítios-habitacões, as outras fases independentes eram representadas por um sítio cada, o que levou a considerá-las como manifestações culturais de grupos locais (Simões & Kalkmann 1987). Também foram identificados 14 sítios da fase Apuaú, anteriormente definida por Mário F. Simões no baixo curso do rio em 1968-69. Uma fase etno-histórica foi reconhecida em 2 sítios, no trecho entre Airão Velho e Barcelos. Todas as fases identificadas no médio rio Negro pertenciam a grupos horticultores de floresta tropical. Testes com C-14 acusaram um leque cronológico que vai de 880 d.C. (fase Manuacá) a 1.560 d.C. (fase Apuaú) aproximadamente.

Em seguida, executaram-se mais três projetos, todos no Estado do Amazonas: projeto Baixo Uatumã-Jatapu (1979), Médio rio Urubu (1980) e Baixo e Médio rio Madeira (1981).

O projeto Uatumã-Jatapu, realizado nos cursos inferiores desses dois rios e afluentes, permitiu o reconhecimento de 21 sítios, nos quais se distribuíam 3 fases arqueológicas pré-históricas (Uruará, Jatapu e Uatumã), com a exceção de 1 sítio etno-histórico. As duas primeiras fases filiam-se à tradição Incisa Ponteadada da Amazônia e talvez sejam contemporâneas; ambas apresentaram material cerâmico considerado intrusivo, proveniente de áreas limítrofes, devido à pequena frequência destes nas amostras recolhidas. A fase Uruará continha alguns fragmentos típicos da subtradição Guarita e da tradição Saracá. Na fase Jatapu encontraram-se alguns fragmentos da fase ou estilo Konduri. Uma datação por C-14 da fase Jatapu deu 920 a.C. Para a fase Uatumã, incorporada à tradição regional Saracá, as datações a situam entre 200-900 d.C. (Simões & Corrêa 1987). Este projeto, a primeira exploração arqueológica da área, foi patrocinado pelo PRONAPABA e teve como co-participantes, ao lado do coordenador do Programa, as pesquisadoras Conceição G. Corrêa, Ana Lucia Kalkmann e Lília G. Nasser. Entre seus

objetivos estava a tentativa de identificar as áreas de influência das duas grandes tradições ceramistas amazônicas.

O segundo projeto, Médio rio Urubu, foi financiado pelo PIN - Trópico úmido e procurava complementar as pesquisas anteriores efetuadas em áreas contíguas, no lago de Silves e baixo rio Negro. Foi realizado por Mário F. Simões, Daniel F. Lopes e Ana Lucia Kalkmann. Registraram-se 23 sítios ao longo do curso médio do rio, estando alguns praticamente destruídos pelas fazendas de gado. Com a única exceção de um sítio cerimonial com petróglifos, todos os demais eram sítios-habitações (Simões 1980). Os resultados finais deste projeto foram apresentados pela pesquisadora Ana Lúcia Machado que, a partir da análise e classificação do material cerâmico coletado no médio Urubu, desenvolveu um estudo crítico da metodologia pela qual foram estabelecidas as grandes tradições ceramistas da Amazônia. Ana Lúcia Machado (1991) demonstrou que a heterogeneidade das técnicas decorativas da cerâmica, com sua persistência temporal, não apresenta coerência em sua distribuição espacial da maneira como tem sido coletada e classificada. Os elementos definidores de uma tradição ceramista limitaram-se somente a algumas técnicas decorativas que caracterizavam os tipos, que por sua vez determinavam as fases e estas as tradições. Assim sendo, as fases e tradições ceramistas da Amazônia forma definidas a partir de informações com insuficiente base de sustentação nos dados arqueológicos, os quais foram levantados unicamente de uma variável: a cerâmica.

O último projeto, Baixo e Médio rio Madeira, foi realizado em 1981 com recursos do PRONAPABA e o apoio logístico do INPA. Antes do PRONAPABA, não haviam sido realizadas pesquisas arqueológicas na região. Sua execução esteve sob a responsabilidade do pesquisador Daniel F. Lopes. As explorações deram-se desde a foz do rio Madeira até um pouco acima da cidade de Manicoré. A pesquisa buscava complementar as investigações anteriores nos rios Marmelos e Guaporé a fim de detectar possíveis indícios de rota de migração e/ou difusão cultural entre o médio Amazonas e a Bolívia. Nos trabalhos de campo localizaram-se 31 sítios arqueológicos e reconheceram-se 3 fases (Borba, Axinim e Curralinho). A primeira dessas fases, Borba, pertence a subtradição Guarita da tradição Policroma; as outras duas incluem-se na tradição Incisa Pontecada. Para a fase Curralinho, que parece ser contemporânea da fase Axinim, conseguiu-se datações que variam de cerca de 840 a 1.450 d.C. (Simões & Lopes 1987). Com este projeto

encerrava-se o PRONAPABA, embora Mário F. Simões ainda realizasse uma última viagem ao alto curso do rio Negro em 1983.

Os resultados e um breve histórico dos projetos do PRONAPABA que foram conduzidos pela Divisão de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, foram publicados na "*Revista de Arqueologia*" vol. 4 N^o 1 de 1987, editada pelo CNPq/MPEG. Como foi enfatizado antes, não é nosso objetivo o relato pormenorizado de todos os resultados, nem a compilação sistemática dos dados levantados por cada projeto, mas apenas mostrar a extensão e o ritmo alcançado pelas pesquisas arqueológicas empreendidas pelo Museu nas últimas décadas.

O grande mérito dos Programas nacionais de levantamento, especialmente para o segundo, foi estender geograficamente o raio da exploração arqueológica na Amazônia. É importante ressaltar que antes do PRONAPA e mais especificamente do PRONAPABA, as pesquisas eram conduzidas em escalas bem modestas e geralmente circunscritas às regiões localizadas ao longo ou nas proximidades da calha do baixo e médio rio Amazonas. Evidentemente, esses Programas cobriram também trechos limitados quando comparados com a vastidão da região, embora em locais diversificados da Bacia Amazônica. O alvo da pesquisa continuou sendo as margens dos principais cursos d'água, no caso os afluentes que convergem para o Amazonas. O método do PRONAPABA - semelhante ao seu antecessor - de realizar prospecções rápidas e extensivas, alcançando diversas regiões ao mesmo tempo, coletando material arqueológico em superfícies limitadas e em cortes estratigráficos espalhados por entre os diferentes sítios, prendia-se ao fato de que quase todo o imenso interior amazônico apresentava uma completa ausência de registros arqueológicos. Não se podendo explorar tudo de uma vez, optou-se por uma amostragem ampla e seletiva, ainda que superficial e fracionada, de regiões consideradas de importância estratégica para a pesquisa. A escolha das áreas a serem pesquisadas estava relacionada aos objetivos do PRONAPABA, isto é, testar a aplicabilidade do modelo de refúgios florestados para explicar as variações observadas no atual ecossistema amazônico. Procurava-se obter uma visão geral da Arqueologia amazônica por meio do levantamento de dados que corroborassem ou não as hipóteses suscitadas pelo Programa. Os dois Programas, e mais ainda o PRONAPABA, foram grandes realizações da Divisão de Arqueologia do Museu Goeldi, centralizando e co-direcionando operações de grande envergadura. Por esses

empreendimentos e pelos seus próprios projetos, a Instituição se destacava como um dos principais centros de pesquisa arqueológica do país.

Esses levantamentos permitiram - através de relatórios e participação dos pesquisadores - que se organizasse um arquivo atualizado de todos os sítios pesquisados e cadastrados na região, possibilitando a publicação pelo Museu Goeldi de dois catálogos (Simões & Araujo Costa 1978; Simões 1983) com a lista, descrição e localização dos sítios registrados na Amazônia Legal Brasileira. O que facilitou ainda mais o cadastramento foi o fato de o Museu Goeldi ter sido delegado pelo então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IBPC, de gerenciar os assuntos referentes à Arqueologia na região.

Os dados levantados pelo PRONAPABA, juntamente com os registrados desde a primeira visita do casal Evans, assim como os trabalhos efetuados a partir de 1962, permitiram aos coordenadores do Programa esquematizar um esboço da pré-história da Amazônia baseado nas informações até então obtidas. Uma tentativa de reconstituição, ainda que confessadamente fragmentária e por vezes conjectural, foi resumida por Mário F. Simões (1983a) em um artigo expondo os horizontes arqueológicos de ocupação e adaptação humana na região. Buscava explicar a evolução cultural do período pré-colombiano da Amazônia, abrangendo desde os primeiros grupos de caçadores-coletores até a época da colonização européia.

Além de suas próprias pesquisas, o Museu cooperava com cientistas de outras instituições que tivessem qualificação e interesse em trabalhar na Amazônia. Este foi o caso de Pierre Becquelin, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França, que em duas oportunidades (1973 e 1980) esteve no Parque Nacional do Xingu (MT) com o propósito de localizar e prospectar novos sítios arqueológicos em complemento às pesquisas realizadas em 1966 por Mário F. Simões (Becquelin 1973, 1980). Da mesma forma, o Museu colaborou com as investigações arqueológicas no rio Fresco, médio Xingu, e na região do baixo Trombetas e Nhamundá, desenvolvidas em 1975 pelo ex-arqueólogo do Museu Peter Hilbert, sob o patrocínio do Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG), Bad Godesberg (Hilbert 1975; Hilbert & Hilbert 1980).

Com o crescimento de suas atividades e, também, para proporcionar maior liberdade de programação e orçamentação de recursos, a Seção de

Arqueologia foi desvinculada da Divisão de Antropologia e transformada em Divisão (1977) do Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Museu Goeldi. Mário F. Simões continuou na chefia da Divisão de Arqueologia até pouco antes de sua morte em março de 1985. Chegou ainda, em 1980, a participar da fundação da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) em Goiânia como representante do Museu Goeldi, estando a exercer a presidência da entidade quando faleceu. Nos 23 anos em que passou dirigindo e estruturando a Divisão de Arqueologia, Mário F. Simões coordenou 13 projetos de pesquisa e levantamento arqueológico - inclusive o de salvamento arqueológico na área do projeto Carajás (1983), não citado anteriormente. Todos foram de grande relevância para o conhecimento da pré-história amazônica e serviram para consolidar definitivamente a Divisão de Arqueologia do Museu Paraense Emilio Goeldi. Não há dúvida de que a própria existência de uma Divisão de Arqueologia organizada e funcionando deve-se em muito a sua pessoa. Este foi seu legado. Deixou cerca de 31 publicações e relatórios sobre a Arqueologia amazônica, e mais alguns que foram editados postumamente. Por tudo isso podemos dizer que a atuação de Mário F. Simões marcou de maneira decisiva a história da pesquisa arqueológica no Museu Goeldi.

6. O Período Atual (1985 - até nossos dias)

Depois da morte de Mário F. Simões, assumiu a chefia da Divisão de Arqueologia a pesquisadora Fernanda de Araujo Costa (1985 a 1987); seguindo-lhe Conceição G. Corrêa (1987-1989); Klaus Hilbert (1989), filho de Peter Hilbert, chegado ao Brasil em 1988 para realizar pesquisas na Amazônia; Cristina do Socorro F. de Senna (1990-1991) e, finalmente, Alicia Duran Coirolo (1991).

Nestes últimos anos, a Divisão de Arqueologia tem, premida pelas circunstâncias, colocado entre suas tarefas mais imediatas o trabalho de salvamento arqueológico em várias áreas da Amazônia que estão sob o impacto de projetos desenvolvimentistas: hidrelétricas, exploração mineral, rodovias etc. A ação depredatória desses projetos sobre o meio ambiente resulta, entre outras conseqüências, na perturbação ou destruição de todo o patrimônio arqueológico existente em seus limites. A falta de um planejamento ambiental nos grandes projetos desenvolvimentistas implica no aniquilamento dos sítios

arqueológicos: as barragens criam imensos lagos artificiais que submergem inúmeros sítios arqueológicos; as empresas mineradoras, utilizando máquinas pesadas, removem profundamente as camadas do solo arrasando os eventuais sítios existentes na área; da mesma forma os trabalhos de terraplenagem na construção de rodovias afetam os sítios situados próximos às estradas. Nesses casos a destruição é total. O desaparecimento de um único sítio arqueológico significa a destruição irreversível de uma parte do testemunho material de sociedades amazônicas pretéritas. Por isso os sítios se constituem numa herança cultural e científica (Patrimônio arqueológico) que precisa ser considerada nos programas de preservação ambiental, pois são parte integrante da paisagem e do contexto ecológico de onde se encontram. O objetivo primordial dos projetos de salvamento arqueológico, em áreas de impacto ambiental, é o levantamento e resgate do maior volume possível de informações e dados sobre a Arqueologia da área ameaçada. Geralmente os projetos de salvamento nas áreas impactadas se dividem em duas etapas: prospecções de levantamento e o salvamento arqueológico propriamente dito. O levantamento inicial visa à caracterização do patrimônio arqueológico - tipos de vestígios, densidade de sítios e natureza dos assentamentos - e a coleta de dados ambientais que possibilitem uma avaliação do potencial arqueológico e o subsequente planejamento das operações de salvamento ou de medidas que conciliem sua preservação com o prosseguimento das obras de impacto.

Enquanto nas décadas de 60-70 as atividades de pesquisa da Divisão de Arqueologia do Museu estiveram ocupadas principalmente com os Programas de levantamento nacionais e interinstitucionais (PRONAPA e PRONAPABA) ou com os projetos de levantamento da própria Divisão, durante os anos 80 predominaram os projetos de salvamento arqueológico. O primeiro trabalho de salvamento arqueológico desenvolvido pelo Museu foi na região do Salgado (1968-1974), mas a intensificação de projetos dessa natureza começou somente no final da década de 70. O projeto Tocantins, do PRONAPABA, continuou nos anos seguintes (1977-1978) como salvamento arqueológico na área a ser inundada pela hidrelétrica de Tucuruí, segundo acordo entre o Museu Paraense Emílio Goeldi e a ELETRONORTE. Essa prática teve prosseguimento com as rápidas excursões de salvamento do pesquisador Daniel F. Lopes em Marabá (1979), rio Moju (1980), Porto Trombetas (1981) e com uma viagem de inspeção arqueológica ao sítio Pedra Pintada em Roraima (1983). Essas viagens se limitaram a breves prospecções

de reconhecimento e coleta de material arqueológico para amostragem (Lopes 1979, 1980, 1981). A prioridade dos projetos de salvamento nos anos 80 foi colocada não somente pela ameaça de destruição dos sítios nas áreas afetadas, mas também pela escassez de verbas para trabalhos em outros tipos de pesquisa. Assim mais recentemente assinaram-se acordos para projetos de salvamento arqueológico em Carajás (1983) - convênio entre CVRD/CNPq-MPEG; Roraima (1984) - convênio entre o governo territorial e CNPq-MPEG; Trombetas (1985) - convênio entre MRN/CNPq-MPEG; Cachoeira Porteira (1985) - convênio entre ENGE-Rio Engenharia e Consultoria S.A/CNPq-MPEG e Xingu (1986) - convênio entre CNEC/CNPq-MPEG. Mediante esses convênios eram acertados projetos que financiariam pesquisas em suas respectivas áreas, dando condições de trabalho e infraestrutura material à pesquisa em regiões de difícil acesso. Sem tal suporte financeiro e logístico, o Museu não poderia assumir sozinho tais empreendimentos devido à insuficiência de recursos. Daí as pesquisas estarem mais direcionadas aos projetos de salvamento. Um problema adicional com esses projetos de salvamento é que, se por um lado permitem a realização de pesquisas em áreas ameaçadas de impacto ambiental, por outro, sofrem a influência da instável situação econômica do país - gerando complicações burocráticas e atrasos na liberação de verbas -, fazendo com que quase todos os projetos conveniados, por falta de recursos financeiros e humanos, não tivessem continuidade e nenhum chegasse a ser concluído.

O projeto de salvamento em Carajás, convênio entre CNPq-Museu Goeldi e a Companhia Vale do Rio Doce, tinha por objetivo efetuar prospecções de salvamento e estudo em sítios já perturbados ou ameaçados de destruição pela exploração mineral do projeto Ferro Carajás, no Município de Marabá (PA). Sua área geográfica de atuação abrangia os platôs da Serra Norte e parte das bacias dos rio Itacaiúnas e Parauapebas. O projeto foi inicialmente coordenado por Mário F. Simões (Simões 1986) mas, com o falecimento deste, passou a ser dirigido por Daniel F. Lopes. Os outros membros da equipe eram os pesquisadores Marcos Magalhães e Maura Imázio da Silveira. O levantamento arqueológico na área tinha em vista propor a CVRD medidas de preservação e, ao mesmo tempo, testar a hipótese de uma ocupação pré-cerâmica nas grutas da área; estabelecer a cronologia e a sequência cultural; reconstituição dos estágios de povoamento e complementar pesquisas anteriores realizadas em áreas vizinhas como alto Itacaiúnas, baixo

Tocantins, e rio Fresco (Figueiredo 1965; Simões et al. 1973; Simões & Araujo Costa 1987). Nos cinco anos em que durou a primeira fase do projeto (1983 a 1988) foram detectadas duas etapas de ocupação pré-histórica na região: um complexo pré-cerâmico e uma ocupação ceramista. Os vestígios pré-cerâmicos da área de Carajás foram localizados em dois sítios nas cavernas da Serra Norte e estão relacionados a grupos caçadores-coletores. Uma das cavernas, a Gruta do Gavião, apresentou além de artefatos líticos, restos de fogueira e resíduos de alimentação como ossos de vários tipos de animais. O material lítico de Carajás apresentou prováveis correlações cronológicas e tipológicas com artefatos encontrados em outros locais da Amazônia. Sua antiguidade varia aproximadamente de 8.000 a 3.000 anos A. P. (antes do presente), sendo uma das mais remotas datações já conseguidas na Amazônia. A descoberta de sítios pré-cerâmicos na Serra Norte veio reforçar a suposição de Mário F. Simões de que vestígios dessa natureza, muito antigos e difíceis de preservar devido ao solo e ao clima da região, deveriam ser procurados nas formações rochosas dos planaltos brasileiro e Guianense, onde haveria condições mais adequadas para sua preservação:

“No tocante à escassez de sítios pré-cerâmicos na Bacia Amazônica, quer-nos parecer que a maior dificuldade está relacionada, principalmente, ao tipo de atividade nômade dos grupos caçadores e a seu reduzido inventário tecnológico. Este, além dos implementos líticos citados, incluía também objetos de madeira, concha, osso, fibra e penas, todos perecíveis em ambiente aberto de Floresta Tropical úmida. Obviamente, sítios pré-cerâmicos dificilmente serão encontrados na faixa aluvional da calha amazônica, devendo ser procurados nos planaltos Brasileiro e Guianense, especialmente em grutas, cavernas e abrigos-sob-rocha” (Simões 1983a:6)

Os outros 51 sítios descobertos pertencem ao período ceramista e relacionam-se cronológica e culturalmente à fase Itacaiúnas, que apresenta características típicas da tradição cerâmica Tupiguarani, cujas ramificações se estendem desde o rio Fresco até o baixo Tocantins. Estão situados nas bacias dos rios Itacaiúnas e Parauapebas, com datações que se estendem de 280 d.C. a 1510 d.C. A cerâmica arqueológica, recuperada em Carajás, confirmou as hipóteses de Mário F. Simões e Napoleão Figueiredo sobre a existência de uma ocupação Tupiguarani no sul do Pará, ainda que bem mais antiga que a imaginada pelos dois pesquisadores. Dos 53 sítios pesquisados, cerca de 81% encontravam-se total ou parcialmente destruídos, devido principalmente à produção agropecuária que se instalou na região. Um relatório final dos cinco anos de convênio, apresentado junto com os outros subprojetos do Museu

Goeldi na área, foi entregue a CVRD. Continha os resultados dos levantamentos; sugestões para preservação dos sítios e do meio ambiente, e propostas para a continuação do projeto. Em 1989 foi realizada uma última etapa de campo complementar em um dos sítios pré-cerâmicos (Gruta de Gavião) com o objetivo de verticalizar, por meio de escavações com uma nova abordagem, os resultados alcançados nas pesquisas anteriores (Hilbert 1989). Atualmente está em negociação um novo convênio entre o CNPq-MPEG e a CVRD para implantação da segunda fase do projeto, cujo objetivo é a ampliação dos conhecimentos arqueológicos da região de Carajás, através de estudos integrados (inter e/ou multidisciplinares) sobre a Ecologia humana das populações pré-históricas que ocuparam a área.

O projeto Roraima visava fazer o salvamento na área de Boa Vista (RR), onde um grande número de sítios com pinturas e gravuras rupestres, especialmente o de Pedra Pintada, estavam sendo danificados pela ação do turismo predatório e vandalismo. Foi efetivado por um acordo entre o governo do então Território Federal de Roraima, hoje Estado, e o CNPq-MPEG. O projeto surgiu com base num primeiro levantamento preliminar efetuado por arqueólogos do Museu Goeldi na área de Pedra Pintada em 1983. Esta primeira viagem de inspeção foi realizada a partir de informações prestadas pela então Diretora do Patrimônio Histórico de Roraima, Sra. Maria Inaiá Estrela, e também por solicitação da Fundação Nacional pró-Memória, que pediu ao Diretor do Museu Goeldi o envio de dois arqueólogos à região para verificarem a situação de depredação dos sítios, assim como para sugerirem medidas de conservação e proteção aos sítios ameaçados (Lopes & Kalkmann 1983). A partir desta avaliação inicial, Mário F. Simões elaborou um projeto de pesquisa para a área, que entretanto só foi iniciado após seu falecimento. Os trabalhos de levantamento contaram com a participação de pesquisadores das Faculdades integradas de Santa Cruz do Sul (FISC), RS, e de duas arqueólogas do Museu Goeldi, Ana Lúcia Machado e Vera Lúcia Guapindaia. Inicialmente o projeto esteve sob a responsabilidade de Ana Lúcia Machado, passando depois para Fernanda de Araújo Costa, tendo o prof. Pedro Mentz Ribeiro da FISC como coordenador científico. Em duas etapas de campo no ano de 1985, as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na região, foram localizados 40 sítios arqueológicos contendo pinturas rupestres, petróglifos, cerâmica e urnas com ossos e contas de vidro de origem européia. A cerâmica encontrada apresentou correlação com a fase Rupuni da Guiana, definida por Meggers e Evans em 1960, no que se refere ao tipo de

cerâmica (simples) e as formas dos vasos e urnas, assim como na disposição e locais dos sepultamentos: enterramentos secundários em urnas guardadas em abrigos ou cavernas, com contas de colar de vidro dentro e fora das urnas (Mentz Ribeiro et al. 1985). Quanto às pinturas, predominam em sua quase totalidade as formas geométricas abstratas de cor vermelha em várias tonalidades. Foi observado que as pinturas ocorrem nas planícies e as gravuras, em geral, nas serras, mas ambas se fazem presentes no cerrado, parecendo indicar duas ocupações distintas. Entretanto não foi constatado nenhuma relação entre os locais com urnas e os locais com pintura (Mentz Ribeiro & Guapindaia 1985). Problemas de atraso na liberação de recursos e a sobrecarga de compromissos da Divisão de Arqueologia, prejudicando a condução satisfatória das pesquisas, levaram a paralisação e posterior suspensão do projeto (1987). Um outro projeto, dando continuidade às pesquisas na área, teve prosseguimento com uma equipe da FISC sob a coordenação de Pedro Mentz Ribeiro.

Em 1985, a Mineração Rio do Norte S.A e o CNPq-MPEG acertaram um convênio de 5 anos para um projeto de salvamento arqueológico na região de influência do Projeto Trombetas (mineração de bauxita), no baixo rio Trombetas, desde o lago Acari até o lago Mura e áreas de lavra nos platôs requisitados pela MRN, Município de Oriximiná (PA). Além do salvamento arqueológico dos sítios perturbados pela atividade de extração mineral, o projeto procurava através de prospecções arqueológicas estabelecer a cronologia e a sequência de desenvolvimento cultural da área. Intentava, ainda, com base na evolução cultural e ecologia humana, reconstituir as várias etapas de ocupação e assentamento pré-histórico da região Nhamundá-Trombetas. A princípio foi coordenado por Ana Lucia Kalkmann. Junto com a coordenadora, trabalharam os pesquisadores Antônio Nery Neto e Dirse C. Kern. Após um período de paralisação por falta de recursos humanos, o projeto foi retomado em 1988 como "Projeto Trombetas: pesquisas etnoarqueológicas, geomorfológicas e botânicas no Baixo rio Trombetas", sob a coordenação de Klaus Hilbert. Sua vigência deveria durar até 1993. Nesta segunda fase do projeto estavam previstas prospecções intensivas, não só para se localizar novos sítios, mas também para distinguir as diferentes áreas de atividade (habitação, trabalho, lazer e lixeira) em cada sítio; detectar os modelos de assentamento, tecnologia e subsistência dos antigos ocupantes da região, reconstituindo a história da cultura em suas manifestações particulares. Concomitantemente foi também elaborado um subprojeto para o estudo da cerâmica formativa e policrômica dos baixos cursos dos rios Trombetas e

Nhamundá. As pesquisas de campo realizadas entre 1985 e 1988 resultaram no levantamento de mais de 50 sítios arqueológicos distribuídos em três micro-ambientes diferentes: o serrano, área ribeirinha e área lacustre, este último parecendo ter sido o preferido para o assentamento das aldeias. Os sítios do rio Trombetas correspondiam aos locais de "terra preta", solos escurecidos pela decomposição de restos orgânicos onde comumente são encontrados vestígios arqueológicos. A cerâmica encontrada, tanto no anti-plástico empregado como nas técnicas decorativas, apresentou características da cultura Santarém e do complexo Konduri. Em meados de 1990, o projeto foi definitivamente paralisado com a partida de seu coordenador que, com o vencimento de sua Bolsa do CNPq, aceitou o convite para integrar o corpo docente da PUC/RS.

O levantamento arqueológico na área de Cachoeira Porteira, médio Trombetas (PA), no Município de Oriximiná, foi financiado pela ENGE-Rio Engenharia e Consultoria S.A através de convênio com o CNPq-MPEG. A área de atuação do projeto cobria o trecho do rio Trombetas que ia de Cachoeira Porteira até a foz do igarapé Caxiporé, e partes dos cursos inferiores de dois afluentes do Trombetas, os rios Mapuera e Cachorro. O período de vigência para a primeira fase do projeto teve início em 1985 e deveria estar concluído em 1988. Integravam a equipe de pesquisa as arqueólogas Fernanda de Araujo Costa, que assumiu a responsabilidade pelo trabalho de coordenação do projeto, Cristina do Socorro F. de Senna, Dirse C. Kern e Edithe da Silva Pereira. Objetivava identificar e caracterizar o patrimônio arqueológico da área a ser inundada com a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. A partir dos resultados obtidos, se daria início ao salvamento arqueológico. As expedições realizadas em 1985 e 1986 levaram ao registro de 43 sítios arqueológicos. As análises preliminares identificaram a ocorrência de elementos da cultura Santarém e do complexo Konduri. A análise desses resultados poderá trazer uma valiosa contribuição para o conhecimento do processo de difusão destas culturas, cujo foco mais conhecido se encontra a mais de 200 km da região em estudo. Um relevante trabalho desenvolvido nesse projeto foi o estudo realizado pela pesquisadora Dirse C. Kern em dois sítios de Terra Preta Arqueológica (TPA), solos antropogênicos com horizontes superficiais de cor escura devido ao grande acúmulo de material orgânico. As características pedológicas dos solos de TPA demonstraram irrefutavelmente que resultam da atividade humana. A ação antrópica na origem dos sítios de TPA fica evidenciada no solo, ao lado de artefatos cerâmicos

e líticos, pelos elevados teores de cálcio, magnésio, zinco, manganês, carbono orgânico e fósforo, sendo este último um importante indicador de sítios com ocupação humana pré-histórica (Kern & Kampf 1989). A região de Cachoeira Porteira mostrou possuir um potencial arqueológico de importante significado. Isto por ser a área de difícil acesso, o que dificultou o povoamento e resguardou os sítios arqueológicos de maiores depredações (Araujo Costa et al. 1986). Atualmente o projeto acha-se paralisado.

O projeto de levantamento arqueológico na região do complexo hidrelétrico do rio Xingu teve início em julho de 1986 e o tempo de vigência do projeto seria relativamente longo: após as etapas iniciais de levantamento, de 1986 a 1990, viria o salvamento do patrimônio arqueológico regional, previsto para ser efetuado até 1998. Entretanto durou apenas dois anos antes de ser completamente paralisado. Era financiado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A, através de convênio com o CNPq-MPEG. Abrangia a região a ser afetada pela construção das barragens de Babaquara e Kararaô, no baixo Xingu e Iriri (PA), entre São Felix do Xingu e Senador José Porfírio, numa extensão de 500 km ao longo dos referidos rios. A coordenação esteve a cargo de Fernanda de Araujo Costa, com os pesquisadores Walter Neves e Solange Caldarelli como consultores. Além da coordenadora, a equipe de arqueólogos do projeto era composta pelos seguintes pesquisadores: Christiane L. Machado, Cíntia J. Magalhães, Eduardo G. Neves, Fernando T. Marques, Maria do Carmo dos Santos, Maria Angela G. Alvaro, Mauro V. Barreto, Paulo J. Mello e Renato Kipnis. Seus integrantes eram de diferentes procedências (Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade de São Paulo e Faculdade Estácio de Sá - Rio de Janeiro) formando um grupo misto. A primeira fase do projeto consistia na identificação e caracterização do material arqueológico existente na área. A partir desse levantamento seria planejado o salvamento do patrimônio arqueológico, no caso de virem a ser construídas as barragens.

O projeto Xingu representou um momento de renovação na pesquisa arqueológica do Museu Emílio Goeldi pela experiência metodológica e pelas inovações empreendidas nos trabalhos de campo durante sua execução. De um modo geral, os projetos até então desenvolvidos pelo Museu tinham uma duração e objetivos voltados mais à prospecções de exploração em áreas ainda não, ou pouco, estudadas, do que a projetos de levantamento sistemático com o propósito de esclarecer questões previamente formuladas acerca

da adaptação cultural e biológica de sistemas sociais pré-históricos às condições ambientais da Amazônia (Araujo Costa et al. 1990). Possuíam, quase que invariavelmente, como meta a descoberta da área de dispersão e cronologia de tradições e fases cerâmicas arqueológicas; seguindo aliás a longa tradição do Museu de se concentrar no estudo da cerâmica, o vestígio arqueológico mais comum, ou pelo menos o mais visível, da Amazônia. Os métodos tradicionais de levantamento efetuados na Amazônia não eram apropriados para documentar a heterogeneidade cultural que se poderia encontrar em diferentes paisagens da extensa região. A preocupação em compreender as relações pretéritas entre o homem e a paisagem xinguana, levou à adoção de uma abordagem que considerasse a diversidade ambiental no levantamento, isto é, os sítios arqueológicos deveriam ser vistos como parte do ecossistema, ao mesmo tempo que procurava ser uma pesquisa arqueológica com enfoque antropológico. Com essas perspectivas se planejou uma metodologia de levantamento e amostragem até então inédita na Amazônia. A estratégia de pesquisa procurou interiorizar, da maneira mais sistemática possível, o raio de alcance da prospecção, que geralmente ficava restrita às margens dos rios, esperando-se, com isso, obter dados representativos das diferentes ocorrências arqueológicas. Delimitaram-se unidades amostrais atravessadas, em cada margem do rio, por um transect - picada aberta na mata - de 5 km, demarcando um semicírculo com um raio equivalente ao tamanho do transect a partir de seu início na beira do rio. As equipes de reconhecimento exploravam intensivamente a área demarcada com três tipos de abordagem: levantamento clássico (margem do rio), levantamento oportunístico de interiorização e levantamento sistemático de interiorização. A delimitação dos sítios e a coleta de amostras de superfície foram efetuadas segundo critérios que permitissem a análise dos dados recuperados a partir da deposição e distribuição espacial dos restos arqueológicos no sítio. Foram localizados cerca de 70 sítios arqueológicos, a esmagadora maioria se constituindo de restos cerâmicos, ao lado de sítios pré-cerâmicos, de arte rupestre, polidores, etc.

O projeto Xingu produziu o mais extenso e detalhado relatório de levantamento e caracterização arqueológica de uma área em toda história da pesquisa arqueológica do Museu Goeldi (Araujo Costa & Caldarelli 1988). Neste sentido pode ser tomado como um exemplo para futuros projetos de salvamento de grande envergadura. Também foi resultado do projeto Xingu o primeiro trabalho publicado sobre o relacionamento e os problemas surgidos da convivência entre uma equipe de arqueólogos em campo e a empresa

financiadora, os trabalhadores de apoio e, principalmente, os habitantes ribeirinhos da área onde se realizou o levantamento. O artigo "*Arqueólogos e populações ribeirinhas*" (1988), foi elaborado em conjunto pela equipe executora do projeto que achava-se alocada no Museu Paraense Emílio Goeldi.

Esses projetos de salvamento eram realizados com equipes formadas por pesquisadores do Museu e de pesquisadores bolsistas, ou ainda por pesquisadores contratados pelos convênios para complementarem a equipe. A maior parte dos integrantes dessas equipes haviam sido estagiários e/ou bolsistas do programa de treinamento e formação de recursos humanos desenvolvido pelo DCH, que para isso tem oferecido bolsas de estudo do CNPq. No caso do projeto Xingu, um de seus objetivos também era a formação e capacitação de uma equipe de jovens profissionais por meio de cursos e treinamentos em pesquisas de campo e laboratório. Os estagiários e bolsistas têm participado ativamente nos mais diversos projetos de pesquisa arqueológica efetuados pelo Museu, permanecendo depois alguns na Instituição como pesquisadores contratados. Esse foi o caso de quase todos os novos pesquisadores que passaram a integrar a Divisão de Arqueologia do Museu Goeldi depois de 1985: Cristina do Socorro F. de Senna, Vera Lúcia Guapindaia, Marcos Magalhães e Alicia Duran Coirolo (contratados em 1985); Dirse C. Kern, Edithe da Silva Pereira, Maura da Silveira, Fernando T. Marques e Cíntia J. Magalhães (contratados em 1988).

Os projetos de salvamento têm sido um desafio constante à Arqueologia, pois lidam com questões específicas e problemas diferentes dos encontrados numa pesquisa arqueológica tradicional. Os projetos arqueológicos, em áreas ameaçadas por impacto ambiental, defrontam-se com alguns fatores condicionantes à pesquisa como: o limite da área a ser prospectada, isto é, a pesquisa deve, em princípio, restringir-se à área a ser afetada; os curtos prazos de tempo disponíveis antes da área ser interditada; as dificuldades de acesso e movimentação em região isoladas; a infraestrutura e as condições de trabalho nem sempre satisfatórias; os entraves burocráticos e administrativos com as fontes financiadoras, entre outras dificuldades. A eficácia e o aproveitamento científico deste tipo de pesquisa vai depender de como vão se conciliar essas questões. Apesar de tudo, a Área de Arqueologia do Museu (a partir de janeiro de 1988, com a reformulação da estrutura organizacional do Museu, as ex-Divisões do DCH passaram a ser informalmente chamadas de Áreas) tem aceitado atuar neste campo a fim de evitar, ou minimizar, a

perda total do patrimônio arqueológico das regiões afetadas. Com o acelerado desenvolvimento da Amazônia é de se prever que os projetos de salvamento arqueológico continuem a ocupar um lugar destacado nas atividades de pesquisa da Área de Arqueologia do Museu Goeldi.

Outras ameaças para a preservação dos sítios arqueológicos são o desenvolvimento urbano, a colonização agrícola e a garimpagem. Uma das consequências mais sérias do surto demográfico e econômico, pelo qual passa a Amazônia, para o patrimônio arqueológico é o desmatamento que causa erosão e ocasiona a destruição dos sítios. As atividades agropecuárias estão entre as mais danosas. O desmatamento indiscriminado causado pela produção agropecuária priva os sítios arqueológicos da proteção vegetal natural e do isolamento que os defendiam das intempéries e da ação do homem. O funcionamento dos garimpos ao longo dos rios provoca o arrasamento dos sítios situados em suas margens. O crescimento rápido e desordenado das cidades demanda mais espaço e sacrifica os pontos arqueológicos nas áreas adjacentes - isto é bem visível nos arredores de Santarém e Manaus. Tudo isso acarreta uma séria e irreparável perda para o patrimônio cultural e científico da nação. Três episódios ilustram bem essa situação:

- O primeiro foi em 1985 com a descoberta ocasional, decorrente da construção de uma residência no local, de um grande sítio arqueológico no subúrbio do Pacoval em Macapá (AP). O governo do então Território Federal do Amapá comunicou o fato à direção do Museu Goeldi, que enviou as arqueólogas Dirse C. Kern e Edithe da Silva Pereira para verificarem o que poderia ser recuperado. Em janeiro do ano seguinte, 1986, foi realizado o trabalho de salvamento do sítio através de um levantamento geofísico para orientar as escavações (Pereira et al. 1986). Este procedimento teve como base as pesquisas de Alves & Lourenço (1981), os primeiros a testarem a aplicação de métodos geofísicos à prospecção arqueológica no Brasil.
- O segundo também ocorreu em 1986 por ocasião da ampliação das instalações de uma escola em Salvaterra, Marajó, onde foram encontrados restos arqueológicos históricos. A pedido da Prefeitura de Salvaterra, o Museu deslocou os pesquisadores Fernando T. Marques e Antônio Nery Neto para verificarem a possibilidade de pesquisa arqueológica no local (Costa Neto 1986).
- O último foi quando da construção de um hotel-fazenda nas proximidades

de Soure, Marajó. O local escolhido encontrava-se nas proximidades de um sítio, comprometendo sua preservação. Novamente o Museu escalou, em julho de 1988, as arqueólogas Maura da Silveira e Vera Lúcia Guapindaia para rápidos trabalhos de prospecção e salvamento (Silveira & Guapindaia 1988). Foram registrados e prospectados 2 sítios: um sítio cerâmico pré-histórico, pertencente talvez à fase Ananatuba e um sítio histórico, provavelmente do século XIX.

Essas escavações sumárias e apressadas estão longe de serem a solução para tais situações. O ideal seria que em cada um desses locais ameaçados, fossem efetivadas escavações metódicas visando a recuperação do maior volume possível de informações sobre o antigo assentamento, mas o que dificulta esse objetivo é a pouca disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

Entretanto, a urgência requerida pelos programas de salvamento não significa a total ausência de pesquisas voltadas para questões teóricas apriorísticas. Exemplo disto foi a expedição dos arqueólogos Klaus Hilbert e Mauro V. Barreto ao rio Maracá (AP) em 1988 onde, num mini-projeto de baixíssimo custo financeiro, descobriram vestígios pré-cerâmicos datando, por C-14, cerca de 3.750 anos A.P. A pesquisa, que foi inteiramente desenvolvida com recursos fornecidos pelo Museu, objetivava verificar a hipótese de uma ocupação pré-cerâmica na região do rio Maracá, tendo em vista que as características fisiográficas da área são favoráveis à localização de vestígios de grupos caçadores-coletores. O sítio arqueológico Buracão do Laranjal, a mesma gruta visitada por Aureliano Guedes em 1896, é um abrigo-sob-rocha situado próximo do igarapé do Lago. Numa das reentrâncias da gruta foi aberta uma trincheira. Na escavação foram recuperados alguns poucos artefatos líticos e restos de carvão. A técnica de lascamento bipolar dos instrumentos assemelhava-se aos dos artefatos da Serra de Carajás. As paredes de alguns nichos do abrigo apresentavam pictografias representando desenhos geométricos, círculos concêntricos, espirais e uma figura antropomorfa. As pinturas eram de diferentes estilos, sugerindo que o conjunto poderia ser o resultado de ocupações distintas. Além do sítio pré-cerâmico, foram localizados 8 cerâmicos, bastante erodidos, ao longo do igarapé do Lago e do rio Maracá. Com esta viagem, ficou comprovada a ocupação da região da Serra do Laranjal por grupos não ceramistas que se utilizavam das grutas e abrigos de rocha como locais de acampamento e moradia (Hilbert & Barreto 1988).

O projeto deveria continuar em 1989 com a prospecção de novos sítios na região, mas ficou inativo principalmente devido à carência de meios financeiros.

Recentemente têm-se também desenvolvido, no Museu, estudos em Etnoarqueologia. Nesta linha de atuação podemos situar o minucioso levantamento da pesquisadora Alicia Duran Coirolo, entre 1985-1990, sobre as características e as técnicas culturais dos grupos ceramistas que habitaram a ilha de Marajó desde as primeiras fases cerâmicas pré-históricas até nossos dias. O projeto - que tinha como fonte financiadora o CNPq-MPEG - procurava esclarecer, através da observação das atividades artesanais dos ceramistas contemporâneos, a distribuição do espaço e das técnicas produtivas na época pré-histórica. Os resultados comprovaram a perpetuação de uma tradição ceramista milenar entre as populações caboclas de Marajó, atestada pela conservação de tecnologia, crenças e rituais de origem indígena nos vários estágios de fabricação da cerâmica. Esta pesquisa foi substanciada na análise morfológica, estilística e técnica de mais de 1000 peças de cerâmica pré-histórica e atual da ilha de Marajó, permitindo novas hipóteses sobre a evolução pré-histórica na foz do Amazonas. Também nesta mesma linha de pesquisa está o projeto "Estudo etnoarqueológico com os Assurini do Xingu-PA" elaborado por Cíntia J. Magalhães para ser desenvolvido entre os rios Xingu e Bacajá, no Município de Altamira(PA). A pesquisa procura estudar os processos de manufatura da cerâmica pré-histórica, correlacionando-os com o espaço de atividade arqueológica a fim de se reconhecer os comportamentos sociais ligados a essa atividade. Foi realizada até agora apenas uma rápida viagem de campo em 1989, confirmando-se a exequibilidade do projeto, cujo início efetivo, porém, depende da liberação da área pela FUNAI e de financiamento pela Fundação Banco do Brasil.

Outro tipo de pesquisa que despontou na Área de Arqueologia do Museu Paraense Emilio Goeldi durante os anos 80 foi a Arqueologia histórica, inaugurando uma nova linha de estudos ao lado das tradicionais pesquisas em Arqueologia pré-histórica. A Arqueologia histórica procura fazer o levantamento, reconstituição e, se possível, a restauração de ruínas, construções e monumentos do período histórico. Está fundamentada também no estudo da cultura material, secundada porém pela documentação escrita, fotográfica e relatos orais. A primeira experiência da Área de Arqueologia, neste campo, começou no final de 1985, quando os pesquisadores Fernando T.

Marques, Edithe da Silva Pereira e Vera Lúcia Guapindaia elaboraram um projeto de levantamento técnico a nível arquitetônico, arqueológico e histórico para a Chácara “Meu Sossego”, uma antiga residência familiar na cidade de Soure, no Marajó. O projeto chegou a conseguir financiamento através de um convênio entre o SPHAN e o CNPq-MPEG, mas devido a uma sucessão de empecilhos operacionais não foi possível concretizá-lo, tendo sido arquivado (1987) sem nunca ter sido efetivamente iniciado. O primeiro projeto de Arqueologia histórica do Museu a apresentar resultados foi desenvolvido pelos pesquisadores Scott Anderson e Fernando T. Marques nas localidades de Igarapé-Miri (1988) e Barcarena (1989), onde realizaram - com o patrocínio da Fundação Ford e CNPq-MPEG - levantamentos sobre os antigos engenhos movidos pela maré no estuário do canal sul do Amazonas. O projeto objetivava fazer um resgate da tecnologia tradicional de captura de energia das marés nos antigos engenhos e adaptá-la, com o uso de micro-turbinas, como alternativa para o desenvolvimento rural. A pesquisa inicial permitiu o registro de 24 sítios em Igarapé-Miri, 8 em Barcarena (dos quais 2 eram sambaquis) e 1 na ilha de Cotijuba, próxima a Belém. Também, em 1989, foi realizada uma pesquisa de Arqueologia histórica no perímetro urbano de Belém. O trabalho de uma equipe de concluintes do curso de Arquitetura da UFPa, gerou uma rápida escavação no galpão Mosqueiro-Soure da Companhia das Docas do Pará. A escavação - supervisionada pelo arqueólogo Klaus Hilbert, que então trabalhava no Museu - procurava os fundamentos da velha fortaleza de São Pedro Nolasco e ao mesmo tempo realizar seu mapeamento. No ponto escavado foram encontradas moedas, pedaços de louça, azulejos e peças de ferro. No ano seguinte (1990), o pesquisador Marcos Magalhães, do Museu Emílio Goeldi, realizou uma prospecção arqueológica na fortaleza de São José de Macapá, no Estado do Amapá. O levantamento fez parte de um projeto de restauração da área externa da fortaleza, elaborado pela DPJ ARQUITETOS ASSOCIADOS para o governo do Estado. Devido a certas dúvidas aparecidas durante a restauração, a Área de Arqueologia do Museu foi contactada para fazer um diagnóstico arqueológico. A área foi dividida em 7 setores e escavada através de cortes estratigráficos, trincheiras e decapagens naturais. A reduzida quantidade de material encontrado foi atribuída à pouca espessura do solo arqueológico que, expondo os objetos e utensílios na superfície, facilitou seu desaparecimento (Magalhães 1990).

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Museu Goeldi, concentradas principalmente em prospecções de levantamento e projetos de

salvamento, não se devem somente às contingências do trabalho arqueológico na Amazônia e às dificuldades orçamentárias da Instituição, mas também refletem as limitações e deficiências teóricas que ainda existem na Arqueologia brasileira como um todo, conforme nos expõe Walter Neves:

“Em decorrência da própria dimensão da empreitada com a qual se deparou a primeira geração de arqueólogos profissionais do país, a quase totalidade da energia material e “espiritual” gasta, até o momento, na Arqueologia nacional girou em torno de pesquisas exploratórias... A Arqueologia brasileira precisa, portanto, conquistar a qualquer custo o dedutismo como ferramenta epistemológica, a exemplo do que ocorreu com a Arqueologia praticada na esmagadora maioria dos países desenvolvidos, ainda no final da década de 60... Precisamos, portanto, de um plano de emergência que acelere a passagem de um modelo de pesquisa indutiva onde a responsabilidade do produto é transferida para o próprio objeto de estudo, para um modelo dedutivo, onde a responsabilidade do produto incida, decisivamente, sobre a competência intelectual dos observadores” (Neves 1988:200-201).

Presentemente, a Área de Arqueologia do Museu tem passado pelas mesmas tensões e tentativas de renovação pelas quais atravessa a Arqueologia nacional, que busca sua identidade e auto-firmação no campo teórico e metodológico. Os últimos seis anos (1986-1991) de pesquisas arqueológicas no Museu Goeldi podem ser considerados como uma fase de transição de um período moldado pela atuação pessoal de Mário F. Simões, que baseava seus projetos na linha teórica de Clifford Evans e Betty Meggers, para uma fase que procura atuar com uma abordagem ecológico-cultural e experimenta adaptar novas técnicas interdisciplinares às especificidades de cada trabalho de levantamento e pesquisa. Para isso, a Área de Arqueologia tem investido na capacitação de seu “staff” científico através de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, com o propósito de formar uma massa crítica à altura das novas perspectivas de pesquisa e metas do Museu, que almeja atingir a excelência científica de seu quadro de pesquisadores.

Dentro desse contexto de renovação, foi um acontecimento promissor para o futuro da pesquisa arqueológica no Museu a criação, em 1987, do Núcleo de Biologia Humana, sob a coordenação do pesquisador Walter Neves. O novo núcleo, um dos poucos do país, será de grande valor para a Arqueologia, na medida em que desenvolve, entre suas linhas de pesquisa, o estudo de Biologia humana das sociedades pré-históricas e a adaptação ecológica das comunidades indígenas. Em 1988 foi realizado o Seminário internacional “Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do homem nativo da

Amazônia”, promovido pela OEA e CNPq-MPEG, um evento de relevante importância para os estudos Ecoantropológicos na região, reunindo em Belém pesquisadores nacionais e internacionais de renome.

A Área de Arqueologia tem também continuado a cooperar e a manter intercâmbio científico com pesquisadores de outras instituições nacionais ou estrangeiras, como no caso das recentes investigações da arqueóloga norte-americana Anna C. Roosevelt no baixo Amazonas (1983-1991). Esta pesquisadora tem-se dedicado ao estudo da adaptação cultural pré-histórica nas regiões de várzea da Amazônia. Em suas escavações pelo baixo Amazonas (Taperinha, Monte Alegre e, principalmente, Marajó), teve entre os integrantes de sua equipe alguns pesquisadores e bolsistas do Museu. Pôde também dispor da ajuda do Museu para a armazenagem temporária de seu material e para a flotação das amostras de solo recolhidas em campo. Entre os mais significativos resultados de suas pesquisas, está a descoberta da mais antiga cerâmica até agora encontrada no continente americano, com datações de cerca de 8.000 a 7.000 anos A.P., em um sambaqui fluvial perto de Santarém (Roosevelt et al. 1991). Outro exemplo de colaboração interinstitucional deu-se no projeto “Martírios do Araguaia”, desenvolvido pela Casa da Cultura de Marabá na Serra das Andorinhas, Município de São Geraldo do Araguaia (PA), que contou com a participação de arqueólogos do Museu na quinta etapa de campo (1989). Nesta expedição fez-se um levantamento das potencialidades espeleoarqueológicas da região: encontraram-se vestígios pré-cerâmicos em abrigos e cavernas; sítios cerâmicos abertos com solos de TPA e dois sítios com milhares de petróglifos (Kern et al. 1990). Ainda dentro desse programa de intercâmbio científico, pesquisadores visitantes têm vindo ao Museu como consultores de projetos, para realizar estudos, ministrar cursos, seminários ou palestras para a Área de Arqueologia; entre eles podemos citar Betty Meggers, Mário Consens, Ulpiano B. de Menezes, Margarida D. Andreatta, Anna Roosevelt, Guy Maziere, John Rick, além de outros.

A partir de 1990, o andamento das pesquisas no Museu Emílio Goeldi passou a enfrentar uma série de dificuldades em decorrência da nova situação criada pela reforma administrativa do governo federal. A política de diminuição nos gastos do setor público, limitou ao mínimo os recursos orçamentários da Instituição, obrigando-a a uma maior contenção de despesas. Com poucos recursos para o desenvolvimento de projetos, ficou prejudicada a produção científica. No que concerne à área de Arqueologia - que nos últimos

três anos já vinha se ressentindo com os cortes e suspensões nos financiamentos dos programas de salvamento em áreas de impacto ambiental -, os projetos sofreram uma desaceleração em suas atividades e as expedições de campo tiveram uma diminuição gradual: enquanto em 1989 foram realizadas seis viagens de pesquisa em campo, em 1990 foram efetuadas três e em 1991 apenas duas.

Não obstante as dificuldades, alguns projetos conseguiram manter seu cronograma de pesquisa de campo em sua área de atuação. O projeto "Levantamento de sítios com registros rupestres na região do baixo Amazonas", coordenado por Edithe da Silva Pereira, iniciou-se em 1990, quando foi realizada a primeira viagem de campo na região do baixo Amazonas próxima a Santarém, onde foram cadastrados, pelas pesquisadoras Edithe da Silva Pereira e Vera Lúcia Guapindaia, 14 sítios com registros rupestres nos municípios de Prainha, Monte Alegre e Alenquer. Este levantamento inicial permitiu uma primeira avaliação das possibilidades arqueológicas de cada sítio e também forneceu elementos para uma caracterização dos registros rupestres na área (Pereira 1991). No ano seguinte (1991) foi efetuado uma segunda etapa de campo dirigida pela coordenadora com a participação de Marcos Magalhães e de mais dois auxiliares. Foram localizados e cadastrados mais 5 sítios. Com base na bibliografia existente e no material iconográfico registrado em campo, houve a confirmação inicial da hipótese da existência de uma tradição de gravuras rupestres para a região (Tradição Amazônia) que se estenderia desde o Município de Prainha até Oriximiná.

A Área de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi desenvolveu, durante o ano de 1991 - em fase de implantação, execução, conclusão ou complementação -, os seguintes projetos e subprojetos de levantamento, salvamento e revisão, alguns vinculados a dissertações de pós-graduação:

- 1) História, identidade e meio ambiente. Pesquisa sobre a formação de um conjunto regional pluri-cultural, ao norte do Amapá e no baixo Oiapoque, da pré-história aos nossos dias (área geográfica específica foz do rio Oiapoque).
 - Coordenadores: Alicia Duran Coirolo, Pirre Grenand e Fraçoise Grenand.
- 2) As coleções do Chateau d'Eu. A família imperial e os índios do Brasil (exposição itinerante a ser realizada no MPEG, Museu Imperial de Petrópolis e Castelo d'Eu na França).

- Coordenadores: Alicia Duran Coirolo, Lúcia Hussak van Velthen e Denise Hamú de La Penha.
- 3) Ocupação humana da área do Programa Grande Carajás: estudos arqueo-antropológicos (área do Programa Grande Carajás no sul do Pará).
 - Coordenador: Marcos Magalhães.
- 4) Levantamento Arqueológico dos sítios com registros rupestres do baixo Amazonas (municípios de Prainha, Alenquer, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Oriximiná).
 - Coordenador: Edithe da Silva Pereira.
- 5) Levantamento Arqueológico na região de Cachoeira Porteira. Subprojetos:
 - a) Estudo da ocupação pré-histórica nos sítios PA-OR-73: Colônia; PA-TR-02: área 11 e PA-MP-01: Três ilhinhos, na região de Cachoeira Porteira, Oriximiná-PA.
 - b) Uso da mineralogia e da geoquímica nos estudos arqueológicos da região de Cachoeira Porteira, Oriximiná (PA).
 - Coordenadores: Dirse C. Kern e Conceição G. Corrêa.
- 6) Engenhos movidos à maré: Resgate de uma tecnologia tradicional do estuário do Amazonas para substanciar seu desenvolvimento (Estuário do Amazonas).
 - Coordenador: Scott Anderson.
- 7) Estudo comparativo da evolução da indústria canavieira e sua importância histórica na costa amazônica e guianense (Estuário do Amazonas e costa das Guianas).
 - Coordenadores: Scott Anderson e Yannick Le Roux
- 8) Projeto gerenciamento costeiro. Subprojeto: macrozoneamento costeiro. Mapa temático geomorfológico (Folha SA-23-V-A-V/Salinópolis).
 - Coordenador: Cristina do Socorro F. de Senna.
- 9) Estudos geomorfológicos e botânicos em áreas litorâneas do Estado do Pará (Quadricula DSG, Folha SA-23-V-A-V/Salinópolis).
 - Coordenador: Cristina do Socorro F. de Senna.

- 10) Caracterização da biodiversidade de áreas litorâneas do Estado do Pará - Ilhas de Algodoal e Maiandeuá (ilhas de Algodoal e Maiandeuá-PA).
 - Coordenadores: Cristina do Socorro F. de Senna e Maria de Nazaré Bastos.
- 11) Estudos arqueológicos no Amapá: tentativa de resgatar informações sobre a pré-história da região do rio Maracá - Igarapé do Lago-AP (região do rio Maracá - Igarapé do Lago-AP).
 - Coordenadores: Ana Lúcia Machado e Mauro V. Barreto.
- 12) Projeto (dissertação): Estudos etnoarqueológicos com os Assurini do rio Xingu-PA (bacia do rio Xingu no Município de Altamira-PA).
 - Coordenador: Cintia Jalles de Araujo Costa.
- 13) Projeto (dissertação): Análise da cerâmica de Santarém (PA) - coleção Frederico Barata (região de Santarém-PA).
 - Coordenador: Vera Lúcia Guapindaia.
- 14) Projeto (dissertação): Estudo zooarqueológico do sítio Gruta do Gavião - PA (gruta do Gavião na região de Carajás-PA).
 - Coordenador: Maura Imázio da Silveira.

O Museu Paraense Emílio Goeldi tem como área de atuação toda a Amazônia Legal Brasileira e seus projetos de pesquisa arqueológica tem abrangido os mais diversos pontos da região desde 1955 até os dias atuais (Figura 6). A Área de Arqueologia desempenha sua missão enfrentando muitas dificuldades, como a carência de recursos e de profissionais do ramo - conta com 11 pesquisadores efetivos, 2 técnicos de nível superior e 5 técnicos de nível médio para uma área imensa como a Amazônia. Pode-se imaginar os inúmeros obstáculos operacionais e financeiros enfrentados para se realizar pesquisas numa região com poucas rodovias, onde boa parte dos municípios só podem ser atingidos por via fluvial ou aérea, ao contrário do que ocorre com frequência em outras regiões do Brasil, em que os sítios arqueológicos podem estar apenas alguns quilômetros de uma estrada asfaltada. Essas dificuldades não impediram, porém, graças aos trabalhos das últimas décadas, que se delineasse um esboço geral da ocupação e adaptação pré-histórica na extensa planície.

A linha tradicional de pesquisa da Área de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi tem sido a Arqueologia pré-histórica. Seu objetivo é a reconstituição da ocupação pré-colombiana da Amazônia através do estudo dos elementos que influíram na história da cultura na região - origem do povoamento, rotas de migração, adaptação humana às condições ecológicas, desenvolvimento cultural, as manifestações da cultura material, possíveis correlações com as áreas vizinhas sul-americanas e a delimitação dos períodos cronológicos. Essas premissas básicas subsidiam a formulação de Modelos de ocupação e subsistência humana na pré-história, respaldados teoricamente pela Ecologia cultural. Dentro dessa linha básica de pesquisa é que a Área tem promovido levantamentos arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira e programado os projetos de salvamento em áreas críticas, ou seja, ameaçadas de destruição por empreendimentos de impacto ambiental. Porém, ao lado disso, uma das preocupações atuais da Área é a diversificação e a interdisciplinariedade, isto é, busca atuar em novas linhas e com novos métodos de pesquisa como a Arqueologia histórica, Geoarqueologia, Etnoarqueologia e Zooarqueologia. Mas além da pesquisa, outras metas da Área são: a divulgação de seus resultados através de exposições e publicações junto com o esclarecimento de sua importância para o público; a formação de recursos humanos por meio de treinamento de profissionais (pesquisadores e técnicos) em Arqueologia através de estágios, bolsas, e cursos; tombamento e conservação do acervo arqueológico formado pelas coleções de peças inteiras e de fragmentos; colaborar com o IBPC catalogando e procurando preservar os sítios e monumentos arqueológicos; assessorar a diretoria do Museu Goeldi nos assuntos específicos de sua área de atuação.

Quanto às publicações de Arqueologia, verifica-se que, de 1957 a 1991, o Museu editou cerca de 30 títulos, ainda que diversos artigos e comunicações de pesquisadores do Museu tenham sido publicados em periódicos de outras instituições. Uma das razões para esta reduzida quantidade de trabalhos publicados é que, frequentemente, os dados levantados nas etapas de campo ficam restritos aos relatórios preliminares, demorando algum tempo para a análise e divulgação dos resultados. Além disso, a limitação de recursos financeiros também concorre para o atraso na editoração das publicações.

A base física da moderna Área de Arqueologia do Museu Goeldi foi expandindo-se lentamente ao longo de sua existência até incorporar 4 prédios contíguos, ao lado da rua 9 de janeiro, e parte do porão do Pavilhão Ferreira Penna, que serve de depósito e sala para a restauração de peças fragmentadas. As instalações abrigam laboratórios, gabinetes, salas de reuniões, o acervo arqueológico, secretaria, copa e um pequeno auditório - onde originalmente começou a funcionar a sala de Arqueologia em 1955. Devido ao aumento do volume de material arqueológico coletado nas pesquisas dos últimos anos e do acréscimo de pessoal novo ao quadro de pesquisadores, as instalações atuais ressentem-se da falta de espaço, estando prevista sua transferência para o Campus de Pesquisa do Museu na Avenida Perimetral.

No acervo da Área encontra-se a maior coleção de peças arqueológicas da Amazônia, que é também uma das maiores do Brasil. São milhares de peças e fragmentos recolhidos de sítios espalhados por toda a Bacia Amazônica. Na época de Emilio Goeldi as coleções arqueológicas do Museu estavam em torno de 100 peças inteiras, destacando-se as de Maracá e do Cunani. Quando foi organizada a Área de Antropologia, em 1955, as coleções etnográficas e arqueológicas foram definitivamente separadas, sendo que o acervo arqueológico não ia além de 700 peças e fragmentos. No começo dos anos 60, Mário F. Simões iniciou a catalogação e descrição museográfica das peças arqueológicas. A partir de 1964 Conceição G. Corrêa assume a curadoria, seguindo as novas normas de guarda e conservação do acervo, função que ocupou até 1986. Desde então, como resultado dos vários projetos de pesquisas, o acervo arqueológico passou a ter um considerável crescimento. Em 1972 as peças inteiras e semi-inteiras, excluído os milhares de fragmentos, somavam um total de 1540 objetos tombados. O atual acervo depositado na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões (assim denominada em sua homenagem) é composto por uma coleção de 2.756 itens tombados, destes 1.808 são peças inteiras ou restauradas (Relatório de atividades de 1989). De resto, possui também, armazenados em centenas de caixas apropriadas, quase 1 milhão de fragmentos cerâmicos e líticos, recolhidos no decorrer das pesquisas arqueológicas mais recentes.

7. Considerações Finais

Ao se tentar reconstituir a história da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi as dificuldades ficam patentes. Não são muitas as publicações referentes ao assunto, algumas - editadas no exterior - até inexistentes na Biblioteca do Museu. O material de consulta praticamente se restringe à reduzida bibliografia arqueológica publicada pelo Museu, que consiste basicamente de relatórios de viagens exploratórias. Os relatórios anuais de atividades do Museu referentes ao período de 1915 a 1954 são muito resumidos e incompletos. Como se não bastasse isso, alguns estão desaparecidos ou extraviados do arquivo da Instituição, deixando uma lacuna no registro histórico. Outro problema está na precariedade dos relatos e documentos que nos são acessíveis, principalmente dos mais antigos. As narrativas das primeiras investigações às vezes não apresentam informações precisas e detalhadas, e em certos casos são até contraditórias. Finalmente, em último lugar, está a própria dificuldade de se conseguir apresentar um relato conciso e fundamentado, tendo em vista as razões mencionadas, das atividades empreendidas pelo Museu nesta área de pesquisa em seus 125 anos de existência.

A tarefa de remontar o contexto histórico e os acontecimentos ligados à exploração arqueológica promovida pela Instituição, evidencia o fato de que a pesquisa arqueológica na Amazônia ainda apresenta muito por se fazer. Recentes pesquisas levantam novas questões a serem abordadas. Até agora o que basicamente se realizou foram trabalhos de reconhecimento e prospecção em pontos dispersos, fazendo com que algumas áreas sejam melhores conhecidas do que outras, enquanto que para a maior parte da região não se dispõe de nenhum dado. A predominância de levantamentos exploratórios em detrimento de projetos direcionados para o esclarecimento de questões teóricas previamente definidas é explicado, em parte, pelo pouco ou nenhum conhecimento arqueológico que se tinha de extensas áreas. Por isso a Amazônia em sua maior parte pode ser considerada uma "*terra incógnita*" numa visão arqueológica. Levará portanto algum tempo para se obter um panorama mais detalhado e melhor documentado do passado pré-histórico da região. O Museu Paraense Emílio Goeldi através de sua Área de Arqueologia tem a missão de no futuro continuar este empreendimento.

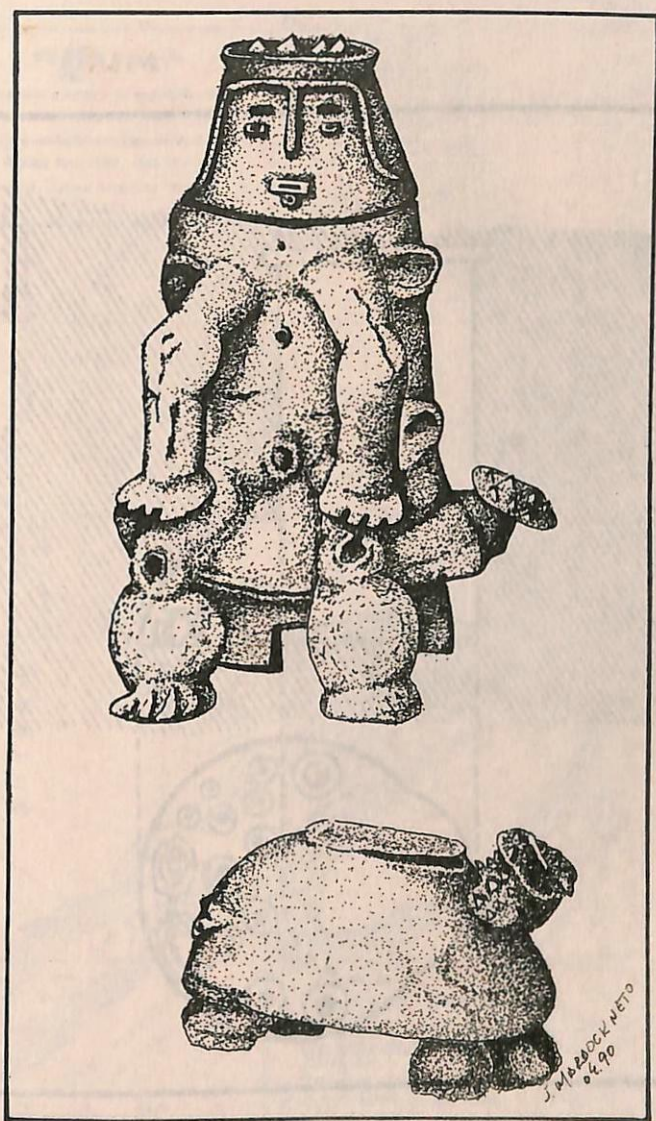


Figura 2 - Urnas típicas da região de Maracá: Urna antropomorfa e urna zoomorfa recolhidas por Ferreira Penna em 1872.

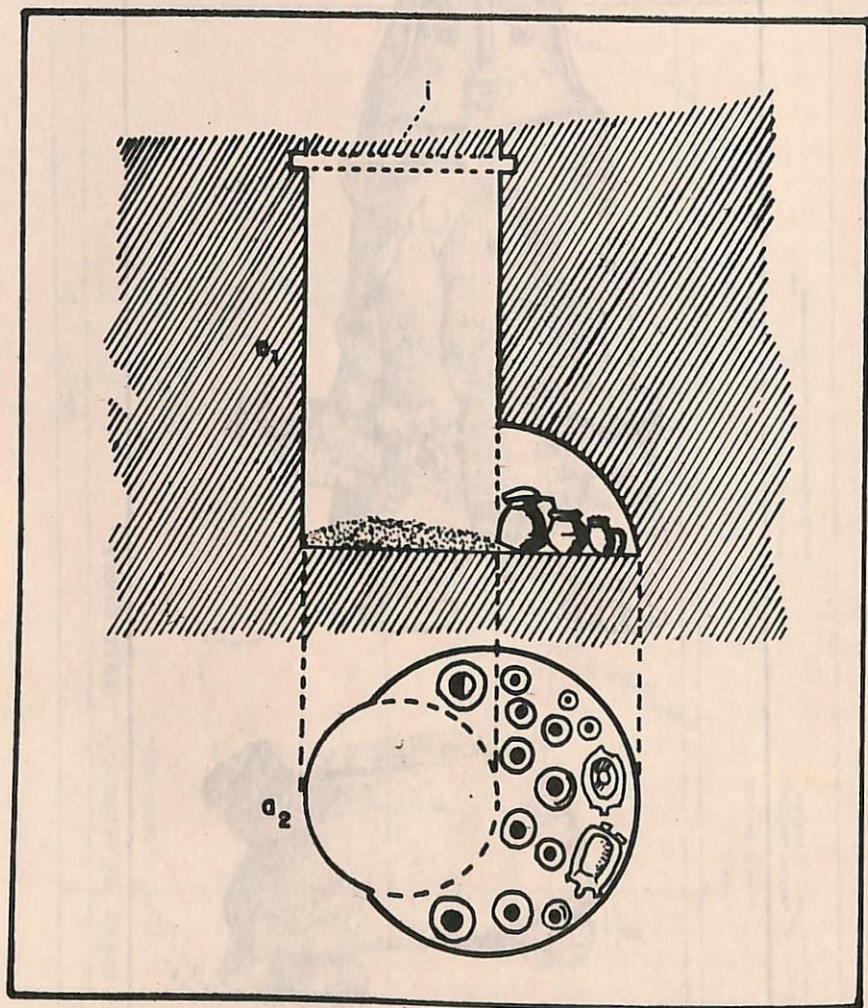


Figura 3 - Perfil longitudinal de um poço funerário artificial encontrado por Goeldi no Cunani. Ilustração tirada das "Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnografia" (1990)

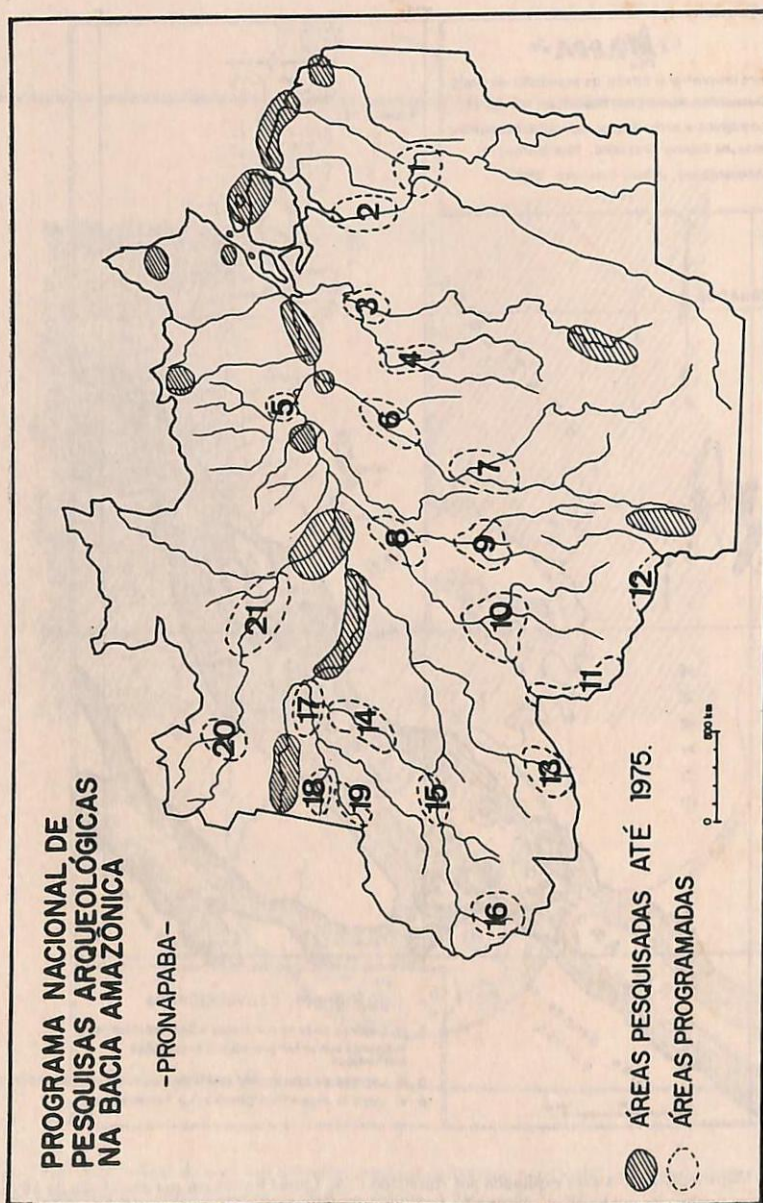


Figura 5 - Mapa mostrando as áreas programadas para as pesquisas do PRONAPABA.

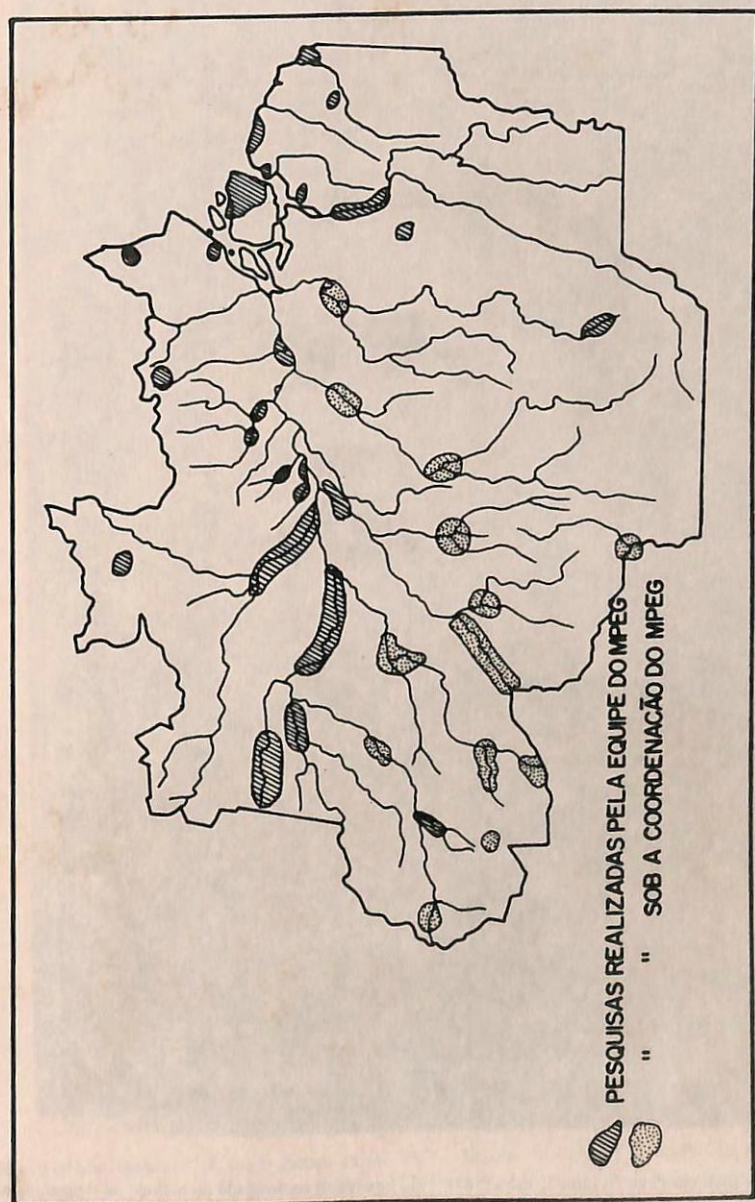


Figura 6 - Mapa mostrando as áreas de pesquisas arqueológicas na Amazônia Legal efetuadas pelo MPEG - 1955 - 1991.



Ten-Cel. Aureliano Pinto de Lima Guedes (1848-1912), primeiro encarregado do Serviço de Arqueologia do Museu na época da administração de Emilio Goeldi.



Mário Ferreira Simões (1914-1985) chefiou e consolidou a Área de Arqueologia do Museu Goeldi entre 1962-1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. J. A. & LOURENÇO, J. 1981. Métodos geofísicos aplicados à Arqueologia no Estado do Pará. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Geol.*, Belém (26):1-52.
- ARARIPE, T. A. 1887. Cidades petrificadas e inscrições lapidárias no Brasil. *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, Rio de Janeiro:213-294.
- ARAUJO COSTA, F. 1984. *Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (PA). 5ª parte*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 4 p. Inédito.
- ARAUJO COSTA, F. et al. 1986. *Levantamento Arqueológico na área da UHE Cachoeira Porteira - Relatório Global*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 42 p. Inédito.
- ARAUJO COSTA, F. & CALDARELLI, S. B. 1988. *Programa de Estudos arqueológicos na área do reservatório de Kararaô (PA). Relatório-viabilidade*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, v. 1 e 2. Inédito.
- ARAUJO COSTA, F.; NEVES, W. A. & CALDARELLI, S. P. 1990. Rescue Archaeology in Brazilian Amazon: retrospect and perspectives. SYMPOSIUM ARCHAEOLOGY AND SOCIETY: 277-286. Stockholm, ICOMOS. (ICAHM Report, 1).
- ARNAUD, E. C. 1981. Os estudos de Antropologia no Museu Emilio Goeldi. *Acta Amazon.*, Manaus, 11(1):137-148.
- BARATA, M. 1965. Vida e paixão do Museu Paraense Emilio Goeldi. *Rev. Inst. Hist. Geog. Pará*. Belém, 23:155-157.
- BARBOSA RODRIGUES, J. 1892. Antiguidades do Amazonas. *Vellozia*. Rio de Janeiro, 2:1-40.
- BECQUELIN, P. 1973. *Pesquisas Arqueológicas no Parque Nacional do Xingu, Mato Grosso*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. Inédito.
- BECQUELIN, P. 1980. *Pesquisas Arqueológicas no Parque Nacional do Xingu, Mato Grosso*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. Inédito.
- BROCHADO, J. P. et al. 1969. Arqueologia em 1968: Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publ. Avulsas Mus. Pará. Emilio Goeldi*. Belém, (12):1-33.
- CAPUCCI, V. Z. 1987. *Fragmentos de cerâmica brasileira*. Brasília, Ed. Nacional, 94 p. (Série Brasileira, 382).
- CORRÊA, C. G. 1965. Estatuetas de cerâmica na Cultura Santarém: Classificação e catálogo das coleções do Museu Goeldi. *Publ. Avulsas Mus. Para. Emilio Goeldi*. Belém, (4):1-90.
- CORRÊA, C. G. 1987. Horticultores Pré-históricos do litoral do Pará. *Rev. Arqueol.*, Belém, 4 (2):137-252.
- CORRÊA, C. G. & SIMÕES, M. F. 1971. Pesquisas Arqueológicas na região do Salgado (Pará). A fase Areão do Litoral de Marapanim. *Bol. Mus. Pará. Emilio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (48):1-30.
- COSTA NETO, A. N. 1986. *Prospecção arqueológica em Joanes - Ilha de Marajó (PA)*. Belém. Museu Paraense Emilio Goeldi, 9p. Inédito.

- CRULS, G. 1942. Arqueologia Amazônica. *Rev. Serv. Patrim. Hist. Artist. Nac.*, Rio de Janeiro, (6):169-213.
- CUNHA, O. R. 1986. Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. São Paulo, Banco Safra, p. 7-19.
- CUNHA, O. R. 1989. *Talento e atitude: Estudos Bibliográficos do Museu Emílio Goeldi*, I. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 160 p.
- EQUIPE quer encontrar as três casas da fortaleza. 1989 *Liberal*, Belém, 7 jul., caderno 1, p.5
- EVANS, C. 1967. Amazon Archeology - a centennial appraisal. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. *Atas*. 2:1-12. Belém, 1966. Rio de Janeiro, CNPq. Antropologia.
- EVANS, C & MEGGERS, B. J. 1965. *Guia para prospecção arqueológica no Brasil*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 57 p. (Série Guias, 2).
- FARABEE, W. C. 1921. Explorations at the mouth of the Amazon. *Mus. J. Univ. Penn.*, Philadelphia, 12:142-161.
- FERREIRA PENNA, D. S. 1973. *Obras completas*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, v. 1 e 2.
- FIGUEIREDO, A. N. 1965. A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (27):1-17.
- FIGUEIREDO, A. N. & FOLHA, M. H. A. 1976. *As culturas arqueológicas pré e pós-cabralinas na Amazônia brasileira*. Belém. Universidade Federal do Pará, 31 p. (Série Pesquisa, 1).
- FIGUEIREDO, A. N. & SIMÕES, M. F. 1963. Contribuição à arqueologia da fase Marajoara. *Rev. Mus. Paul.*, São Paulo, 14:455-465.
- FRIKEL, P. 1961. Fases culturais e aculturação intertribal no Tumucumaque. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (16):1-16.
- FRIKEL, P. 1963. Tradição tribal e Arqueologia no Tumucumaque. *Rev. Mus. Paul. nova sér.*, São Paulo, 14:470-491.
- GOELDI, E. A. 1896a. Relatório sobre o estado do Museu Paraense. *Bol. Mus. Para. Hist. Nat. Ethnogr.*, Belém, 1(1-4):10-22.
- GOELDI, E. A. 1896b. Relatório apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, governador do Estado do Pará. *Bol. Mus. Para. Hist. Nat. Ethnogr.*, Belém, 1(1-4):217-239.
- GOELDI, E. A. 1898. Estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente. *Bol. Mus. Hist. Nat. Ethnogr.*, Belém, 2(1/4):397-417.
- GOELDI, E. A. 1905. *Escavações archeologicas em 1895: Executadas pelo Museu Paraense no littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas*. 1ª Parte. As cavernas funerarias artificiaes de Índios hoje extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua ceramica. Belém, Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 43 p. (Memórias do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1). Reimpressão da edição original de 1900.
- GOELDI, E. A. 1906. Relatório sobre o Museu, relativo ao ano de 1901. *Bol. Mus. Para. Hist. Nat. Ethnogr.*, Belém, 4(1/4):1-30.
- GOELDI, E. A. (s.d.) *Cerâmica de índios extinctos nos rios Maracá e Anauerá-pucú (Guyana)*. Estampas 1-10.

- GUEDES, A. P. L. 1898. Relatório sobre uma missão ethnographica e archeológica aos rios Maracá e Anauerá-pucú (Guyana Brasileira) *Bol. Mus. Para. Hist. Nat. Ethnogr.*, Belém 2 (1/4):42-63.
- HARTT, C. F. 1871. The ancient Indian Pottery of Marajó, Brazil. *Am. Nat.*, 5:259-271.
- HARTT, C. F. 1885. Contribuições para Ethnologia do valle do Amazonas. *Arch. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro, 6:1-174.
- HILBERT, P. P. 1952. Contribuição à Arqueologia da ilha de Marajó. Os "tesos" marajoaras do alto Camutins e a atual situação da ilha do Pacoval, no Arari. *Publ. Inst. Antropol. Etnol. Pará*, Belém, (5):1-32.
- HILBERT, P. P. 1955a. Tripods in the lower Amazon. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31, *Anais*. 2:825-28. São Paulo.
- HILBERT, P. P. 1955b. A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná. *Publ. Inst. Antropol. Etnol. Pará*, Belém, (9):1-76.
- HILBERT, P. P. 1957. Contribuição à Arqueologia do Amapá. Fase Aristé. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (1):1-37.
- HILBERT, P. P. 1958. Urnas Funerárias do Rio Cururu, Alto Tapajós. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (6):1-13.
- HILBERT, P. P. 1959a. Achados arqueológicos num sambaqui do Baixo Amazonas. *Publ. Inst. Antropol. Etnol. Pará*, Belém, (10):1-20.
- HILBERT, P. P. 1959b. Preliminary results of archeological investigations in the vicinity of the mouth of the Rio Negro, Amazonas. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 33, *Actas*. 2:370-377. San José.
- HILBERT, P. P. 1962a. New stratigraphic evidence of culture change on the middle Amazon (Solimões). INTERNATIONALEN AMERIKANISTENKONGRESSES, 34, *Akten*: 471-476. Wien.
- HILBERT, P. P. 1962b. Preliminary results of archeological research on the Japurá River. Middle Amazon. INTERNATIONALEN AMERIKANISTENKONGRESSES, 34, *Akten*, Wien: 465-470.
- HILBERT, P. P. 1968. *Archaeologische Untersuchungen am mittleren Amazonas: Beiträge zur Vorgeschichte des Sudamerikanischen Tieflandes*. Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 337 p. (Marburger Stud. Zur Völker 1)
- HILBERT, P. P. 1975. *Pesquisa Arqueológica no rio Fresco (Xingu) e na região do Baixo Trombetas e Jamundá*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi. 4 p. Inédito.
- HILBERT, P. P. 1989. Die "formative" Periode in der Forschung der Amazonas-Archäologie. In: HARTMAN, G (ed.) *Amazonien im Umbruch/Symposium über Aktuelle Probleme und deutliche Forschungen im größten Regenwaldgebiet der Erde*. Berlin, Dietrich Reimer Verlag, p. 27-42.
- HILBERT, P. P. & HILBERT, K. 1980. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (75):1-11.
- HILBERT, K. & BARRETO, M. V. 1988. *Relatório de viagem do projeto arqueológico de levantamento de sítios pré-cerâmicos no rio Maracá-AP*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 8 p. Inédito.
- HILBERT, K. 1989. *Salvamento arqueológico em Carajás (PA)*. PA-AT-69: Gruta do Gavião. Relatório. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 15p. Inédito.

- KATZER, K. F. 1933. Geologia do Estado do Pará (Brasil). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Hist. Nat. Etnogr.*, Belém 9:1-269.
- KRAATZ-KOSCHLAU, K. von & HUBER, J. 1900. *Zwischen Ocean und Guamá; Beitrag zur Kenntniss des Staates Pará*. Belém, Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 34 p. (Memórias do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 2).
- KERN, D. C. & KAMPF N. 1989. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos com terra preta arqueológica na região de Oriximiná, Pará. *Rev. Bras. Cienc. Solo*, Campinas, (13):219-225.
- KERN, D. C. et al. 1990. *O Potencial Espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia-PA* (entregue para publicação).
- LOPES, D. F. 1979. *Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Tocantins (PA)*. Relatório Preliminar, 4 part. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 12 p. Inédito.
- LOPES, D. F. 1980. *Pesquisas de Salvamento Arqueológico no rio Moju (PA)*. Relatório Preliminar. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 3 p. Inédito.
- LOPES, D. F. 1981. *Salvamento Arqueológico em Porto Trombetas (PA)*. Relatório. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 4 p. Inédito.
- LOPES, D. F. & KALKMANN, A. L. 1983. *Inspeção Arqueológica no Sítio "Pedra Pintada" (RR)*. Relatório. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 7 p. Inédito.
- MACHADO, A. L. 1991. *As Tradições ceramistas da Bacia Amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM)*. Recife, UFPe, 152 p. Tese de mestrado.
- MAGALHÃES, J. C. 1935. *O Selvagem*. São Paulo, Ed Nacional, 330 p.
- MAGALHÃES, M. P. 1990. *Fortaleza de São José de Macapá. Relatório e prospecção arqueológica*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 18 p. Inédito.
- MEGGER, B. J. 1985. Advances in Brazilian Archeology, 1935-1985. *Am. Antiq.*, 50 (2):364-373.
- MEGGER, B. J. & EVANS, C. 1954. Uma interpretação das culturas de Marajó. *Publ. Inst. Antropol. Ethnol. Pará*, Belém, (7):1-12.
- MEGGER, B. J. & EVANS, C. 1957. Archeological investigations at the mouth of the Amazon. *Bull. Bur. Am. Ethnol.*, Washington, (167):1-664.
- MENTZ RIBEIRO, P. A.; MACHADO, A. L. & GUAPINDAIA, V. L. C. 1985. *Salvamento Arqueológico em Roraima*. Primeiro Relatório Preliminar. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 10 p. Inédito.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. & GUAPINDAIA, V. L. C. 1985. *Salvamento Arqueológico na Área de Boa Vista (RR)*. Projeto Roraima. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 52 p. Inédito.
- MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 1980. Exposição de peças arqueológicas e etnográficas; coleção Carlos Estevão. Recife. Governo do Estado de Pernambuco.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1955/1989. *Relatório de atividades do Museu Paraense Emílio Goeldi*. (Doc. do Arq. Grupo Direção. Série Relatórios).
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1986. São Paulo, Banco Safra, 287 p.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1991. Área de Arqueologia. Relatório Anual. 61 p.
- NETTO, L. 1885. Investigações sobre a Arqueologia brasileira. *Arch. Mus. Nac.*, Rio de Janeiro, 6:257-555.

- NEVES, W. A. 1988. Arqueologia brasileira, algumas considerações. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol.*, Belém, 4(2):200-5.
- NIMUENDAJU, C. 1949. Os Tapajó. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi*. Belém, 10:93-106.
- NUNES PEREIRA, M. 1946. Curt Nimuendaju. (síntese de uma vida e de uma obra). Belém. 60p.
- O' DE ALMEIDA, A. 1921. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário Geral do Estado do Pará em julho de 1921, pelo Diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém, 5 p. Inédito.
- OLIVEIRA, A. C. E. 1938. Resumo histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi. *Rev. Serv. Patrim. Hist. Artist. Nac.*, Rio de Janeiro (2):7-19.
- OLIVEIRA, C. E. 1939. A cerâmica de Santarém. *Rev. Ser. Patrim. Hist. Artist. Nac.*, Rio de Janeiro (3):7-32.
- OLIVEIRA, A. G. et al. 1988. Arqueólogos e Populações Ribeirinhas *Cad. Cent. Filos. Cienc. Hum.*, Belém, (15):37-60.
- O SÁBIO Japonês Ryuzo Torri na redação da Folha. 1937. *Folha do Norte*, Belém, 26 jun., p. 1
- PALMATARY, H. C. 1950. The pottery of Marajó Island, Brazil. *Trans. Am. phil. Soc. n. s.*, Philadelphia, 39(3):258-470.
- PALMATARY, H. C. 1960. The Archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil. *Trans. Am. phil. Soc. n. s.*, Philadelphia, 50(3):1-243.
- PARÁ. Governo. 1867. *Administração da Província. Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Presidente da Província Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Sr. 1º Vice-presidente Barão do Arary, em 9 de abril de 1867*. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 36p.
- PEREIRA, E. S. 1991. *Projeto: levantamento arqueológico dos sítios com registros rupestres no baixo Amazonas*. Relatório de viagem. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 45 p. Inédito.
- PEREIRA, E. S.; KERN, D. C. & VERUSSIMO, C. U. V. 1986. Nota sobre o salvamento arqueológico do sítio AP-MA-03 Pacoval, Macapá-AP. *Rev. Cent. Estud. Pesqui. Arqueol. Curitiba*, 5:55-67.
- PROUS, A. 1982. História da Pesquisa e da Bibliografia Arqueológica no Brasil. *Arq. Mus. Hist. Nat.*, Belo Horizonte, 4/5:11-24.
- PROJETO de levantamento técnico da Chácara "Meu Sossego". 6 p. Inédito.
- PUBLICAÇÕES AVULSAS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1967. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano 1965-66. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, (6):1-158.
- PUBLICAÇÕES AVULSAS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1969a. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do segundo ano 1966-67. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, (10):1-147.
- PUBLICAÇÕES AVULSAS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1969b. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do terceiro ano 1967-68. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, (13):1-168.
- PUBLICAÇÕES AVULSAS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1971. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultado preliminares do quarto ano 1968-69. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, (15):1-186.

- PUBLICAÇÕES AVULSAS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. 1974. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultado preliminares do quinto ano 1969-70. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, (26):1-188.
- ROOSEVELT, A. C. 1980. *Parmana: Prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York, Academic Press, 320 p.
- ROOSEVELT, A. C. et al. 1991. Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. *Science*. Washington D. C. 254(5038):1621-1624.
- SILVEIRA, M. I. & GUAPINDAIA, V. L. C. 1988. *Prospecção arqueológica na fazenda Providência - Município de Soure - Ilha de Marajó (PA)*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 5 p. Inédito.
- SIMÕES, M. F. 1967a Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (ilha de Marajó) In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. *Atas*. Rio de Janeiro. 2:207-224, Antropologia.
- SIMÕES, M. F. 1967b. Considerações preliminares sobre a Arqueologia do alto Xingu (Mato Grosso): Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emílio Goeldi*, Belém (6):129-152.
- SIMÕES, M. F. 1969. The Castanheira site: New evidence on the antiquity and history of the Ananatuba phase (Marajó Island, Brazil) *Am. Antiq.*, Menasha, 34 (4):402-10.
- SIMÕES, M. F. 1971. O Museu Goeldi e a Arqueologia da Bacia Amazônica. In: ROCQUE, C. *Antropologia da Cultura Amazônica*. São Paulo, Culturais, v. 6, p. 172-180.
- SIMÕES, M. F. 1972. Índice das fases arqueológicas brasileiras. 1950-1971. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Belém, (18):1-75.
- SIMÕES, M. F. 1973. A pesquisa arqueológica na Amazônia Legal Brasileira. *Dédalo*. São Paulo, 17/ 18:11-23.
- SIMÕES, M. F. 1974. Contribuição à Arqueologia dos arredores do Baixo rio Negro, Amazonas: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 5. Resultados preliminares do quinto ano 1969-70. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Belém, (6):165-188.
- SIMÕES, M. F. 1977. Programa Nacional de pesquisas arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazon.*, Manaus, 7(3):297-300.
- SIMÕES, M. F. 1980. *Pesquisa arqueológica no Médio rio Urubu (AM) Relatório Preliminar*. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi. 96 p. Inédito.
- SIMÕES, M. F. 1981a. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. Nota preliminar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, nova sér. Antropol.*, Belém, (78):1-26.
- SIMÕES, M. F. 1981b. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Acta Amazon.*, Manaus, 11(1):149-165.
- SIMÕES, M. F. 1983a. A Pré-História da Bacia amazônica; uma tentativa de reconstituição In: *CULTURA Indígena*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 5-12.
- SIMÕES, M. F. 1983b. Pesquisa e cadastros de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira, 1978-1982. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Belém, (38):5-100.
- SIMÕES, M. F. 1986. Salvamento arqueológico. In: *CARAJÁS: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense/CNPq. p. 534-559.

- SIMÕES, M. F. & ARAUJO COSTA, F. 1978. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emilio Goeldi*. Belém, (30):1-160.
- SIMÕES, M. F. & ARAUJO COSTA, F. 1987. Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). *Rev. Arqueol.*, Belém, 4(1):11-27.
- SIMÕES, M. F. & CORRÊA, C. G. 1987. Pesquisas arqueológicas no baixo Uatumã-Jatapu (AM). *Rev. Arqueol.*, Belém, 4(1):29-48.
- SIMÕES, M. F. & KALKMANN, A. L. 1987. Pesquisas arqueológicas no Médio rio Negro (AM). *Rev. Arqueol.*, Belém, 4(1):83-116.
- SIMÕES, M. F. & LOPES, D. F. 1987. Pesquisas arqueológicas no baixo/médio rio Madeira (AM). *Rev. Arqueol.*, Belém, 4(1):117-133.
- SIMÕES, M. F. & MACHADO, A. L. 1987. Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (AM). *Rev. Arqueol.*, Belém, 4(1):49-82.
- SIMÕES, M. F.; CORRÊA, C. G. & MACHADO, A. L. 1973. Achados arqueológicos no baixo rio Fresco (Pará): O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário. *Publ. Avulsas Mus. Para. Emilio Goeldi*. Belém, (20):113-142.